

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre na Área de Especialização em História Contemporânea, realizada sob a orientação do Professor Douro Fernando Rosas, Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

O Estado Novo e a Vila do Seixal (1926-1961): um percurso político e socio-económico do concelho durante a ditadura

Rúben Manuel Diniz Lopes, N°31938

PALAVRAS-CHAVE: Seixal, concelho, indústria corticeira, Ditadura Militar, Estado Novo, corporativismo, Segunda Guerra Mundial

Esta dissertação de Mestrado tem como objectivo analisar a evolução política, económica e social do concelho do Seixal (localizado no Distrito de Setúbal) durante o período entre 1926 (implantação da Ditadura Militar) e o início dos Anos 60 (início das Guerra Colonial Portuguesa), atendendo a questões principais como a dinâmica do funcionamento regime do Estado Novo português dentro do concelho, o desenvolvimento económico deste (concedendo destaque ao facto da posição do Seixal como concelho industrial) e os focos de oposição política ao regime presentes. A escolha do tema deve-se ao interesse de auxiliar a contribuição para o desenvolvimento da História Local/Regional e a defesa da memória histórica das chamadas regiões “periféricas” do país.

ABSTRACT

The “New State” and The Town of Seixal (1926-1961): a political and socio-economical itinerary of the municipality during the dictatorship

Rúben Manuel Diniz Lopes, N°31938

KEY-WORDS: Seixal, municipality, cork industry, *Ditadura Militar*, New State, corporatism, Second World War

This Master’s dissertation has the goal to analyse the political, economical and social development of the municipality of Seixal (localized on the Setúbal District) in the period between 1926 (implantation of the *Ditadura Militar*) and the beginning of the 1960’s (the beginning of the Portuguese Colonial War), attending to main questions such as the dynamics of the running of the portuguese New State regime inside of this municipality, it’s economic development (featuring the importance of Seixal’s position as a industrial municipality) and the signs of presence of political opposition to the regime. This theme was chosen due to the interest in assisting the development of local/regional history and in defending the historical memory of the so-called “periferal” regions of the country.

Lista de Abreviaturas

AC – Associação de Classe/Associações de Classe

ADS – Arquivo Distrital de Setúbal

AHCMS – Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal

AHM – Arquivo Histórico-Militar

AHP – Arquivo Histórico-Parlamentar

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

CMS – Câmara Municipal do Seixal

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

LP – Legião Portuguesa

LOC – Liga Operária Católica

MP – Mocidade Portuguesa

MUD – Movimento de Unidade Democrática

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PRN – Partido Republicano Nacionalista

PRP – Partido Republicano Português

PRR – Partido Republicano Radical

PSP – Partido Socialista Português

PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado

SNOCDs – Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

TME – Tribunal Militar Especial

UN – União Nacional

Índice

Introdução.....	8
Estado da Arte.....	10
Fontes.....	11
Capítulo I – Descrição Geográfica e Demográfica do concelho do Seixal.....	13
1- Localização do concelho do Seixal e a divisão administrativa do concelho na Época Contemporânea Portuguesa.....	13
2 – Demografia: alguns aspectos.....	13
Capítulo II – A Economia e a Sociedade seixalense durante o Estado Novo.....	16
1 - A economia seixalense durante o Estado Novo.....	16
2 – A sociedade seixalense durante o Estado Novo.....	24
Capítulo III – O concelho do Seixal nos finais da I República e durante a Ditadura Militar.....	35
1 – O concelho do Seixal nos anos finais da 1ª República (1925-1926).....	35
2 – A Ditadura Militar e as suas repercussões no concelho.....	39
3 – O «Revirvalho».....	43
4 – A situação do movimento operário seixalense durante a Ditadura Militar.....	47
5 – O apoio local à Ditadura Militar.....	50
Capítulo IV – A implantação do Estado Novo e o concelho durante a 2ª Guerra Mundial.....	56
1 – Os primeiros anos – as expectativas do concelho do Seixal perante o novo regime; as comissões administrativas da Câmara Municipal; o papel da União Nacional.....	56
2 - A constituição dos organismos corporativos no concelho do Seixal (1933-1943).....	58

3 – A Mocidade e a Legião.....	68
4 - Primeiros sinais de oposição ao Estado Novo (década de 30).....	73
5 – A 2ª Guerra Mundial: repercussões no concelho.....	81
Capítulo V – O pós-guerra e a Década de 50.....	92
1 – Do fim da 2ª Guerra Mundial às eleições presidenciais de 1949: repercussões da actividade oposicionista no concelho do Seixal.....	92
2 – A Década de 50 no concelho do Seixal: o breve retorno ao «viver habitualmente».....	96
Conclusão.....	108
Fontes e Bibliografia.....	110
Anexos.....	121

Introdução

Esta dissertação de Mestrado em História insere-se no Curso de Mestrado em História da FCSH-UNL, e tem como objecto de estudo a história do concelho do Seixal durante a Ditadura Militar e o regime do Estado Novo, relativamente aos aspectos relacionados com a evolução política e socio-económica do concelho.

Este tema foi escolhido com o intuito de contribuir e desenvolver a história local – estudo do passado das localidades das «províncias», em contraponto à história escrita “...na perspectiva da capital”.¹ Porque se não desenvolvemos a história local, não desenvolvemos ao mesmo tempo a história nacional do país. O Seixal de meados do Século XX, que possuía uma forte tradição relacionada com o movimento operário e uma forte tradição republicana e demo-liberal, (a I República fora implantada no concelho a 4 de Outubro de 1910 – 1 dia antes do que em Lisboa²) altera o seu panorama, sofrendo um desenvolvimento económico caracteristicamente industrial ao mesmo tempo que tem que lidar com um período de autoritarismo, que duraria durante 41 anos, no regime oficialmente denominado «Estado Novo», sob a liderança quase vitalícia do professor catedrático da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar. Pretendemos assim igualmente contribuir para a história deste regime no contexto da sua implementação local/regional.

Esta dissertação encontra-se dividida em 5 capítulos: o primeiro capítulo dedica-se à descrição geográfica concelho e a sua evolução no período histórico em que esta dissertação se insere; o segundo dedica-se a descrever a evolução económica do concelho e como se caracterizava a sociedade seixalense durante o Estado Novo; o terceiro dedica-se à análise da situação do concelho do Seixal durante os anos finais da I República e a evolução política do concelho durante a Ditadura Militar (1926-1933), como transição para a implementação das elites locais do Estado Novo; o quarto dedica-se à implementação do Estado Novo no concelho e à implementação do regime económico-socio conhecido como corporativismo, seguindo-se depois a análise da

¹ SILVA, António Ribeiro, *História Local: Objectivos, Métodos e Fontes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pág.383 [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> - visualizado a 27/09/2014]

² SABINO, Fátima, “Seixal e a República: As Vivências Locais e a Difusão do Republicanismo, in Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Moita (Org.), *A República nos Concelhos da Margem Sul. Actas do Colóquio*, 1ª Edição, s.l., 2011, págs.142-149

situação do concelho durante a 2ª Guerra Mundial; por fim, o quinto e último capítulo dedica-se à situação do concelho e às novas realidades surgidas durante o período do «pós-guerra» e durante a Década de 50. Para isto foi estabelecida uma barreira temporal que se inicia no ano de 1926 e termina no ano de 1961, sendo o primeiro o ano em que se inicia a Ditadura Militar e o último o ano em que se inicia uma nova época da história do Estado Novo e da história do concelho do Seixal: é o início da guerra colonial portuguesa e é a inauguração das instalações da Siderurgia Nacional na freguesia de Paio Pires (concelho do Seixal).

Iremos nos deparar com vários assuntos ao longo da elaboração desta dissertação: como quem eram as elites que dominavam o concelho durante o Estado Novo; que sucessos e insucessos o regime teve na sua implementação; qual era a relação do operariado corticeiro do Seixal com as autoridades do regime; como se desenvolveu a oposição política ao Estado Novo durante este longo período; como se desenvolveu a oposição comunista ao Estado Novo no concelho, etc.

A escolha de escrever uma dissertação dedicada a este tema e a este período histórico deve-se a várias razões. Por um lado, a boa acessibilidade que existe à maioria das fontes necessárias para a sua elaboração. Outra razão, muito importante, é a quase inexistência de estudos historiográficos sobre a história do concelho do Seixal, se compararmos com outros concelhos que lhe são próximos (Almada e Barreiro). Por último, o desejo de contribuir para o desenvolvimento da história local/regional do país para o período do Estado Novo, que é um período histórico da História Contemporânea de Portugal ainda muito obscuro sobre as relações do poder central com os poderes locais.

Por fim, achando desnecessário ocupar espaço nesta dissertação sobre tal temática, afirmamos concordar com a perspectiva do historiador Fernando Rosas de que o regime do Estado Novo constitui um «fascismo à portuguesa»: ou seja, constituiu um regime político e socio-económico baseado no regime fascista italiano, adaptado à específica situação portuguesa.³

³ “...Atraídas pela «eficácia» do regime mussoliniano, as direitas «fascistizam-se», unem-se em torno de plataformas políticas e ideológicas que esbatem ou arbitram as suas diferenças históricas ou os seus distintos interesses sectoriais de lcaste sob a hegemonia do «modelo» fascista, naturalmente adaptado ao caldo da cultura económico-social e mental de cada país. Desse processo também nascerá...o Estado Novo.” – “A política da «desordem»”, in ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, 2013, pág.26

Estado da Arte

Em várias obras historiográficas relacionadas com o Estado Novo, encontram-se referências ao concelho do Seixal. No entanto, são na sua maioria referências muito breves e enquadradas sobre os movimentos grevistas do operariado português, que se sucederam em 1934, 1943 e 1944, não sendo detalhados os acontecimentos do que aconteceu no concelho.⁴ Se já existem estudos sobre o Seixal durante a Monarquia Constitucional (1826-1910) e a I República (1910-1926), por outro lado, não existem estudos sobre o período do Estado Novo, com a excepção deste período histórico estar incluído em estudos historiográficos do âmbito socio-económico ou cronológicos⁵ sobre o concelho, desenvolvidos na sua grande maioria pela iniciativa do Ecomuseu Municipal do Seixal.⁶

Por outro lado, em relação aos estudos monográficos e às memórias individuais publicadas por seixalenses, a situação é menos preocupante: temos a monografia do concelho escrita por Manuel de Oliveira Rebelo⁷, publicada pela primeira em 1959, que possui uma breve descrição da história do concelho para o período do Estado Novo, e a monografia sobre a freguesia de Amora, escrita pelo professor Manuel A. S. Lima⁸, que foram excelentes pistas para a elaboração desta dissertação; também temos as memórias publicadas pelos antigos membros da oposição comunista seixalense – Domingos Fernandes de Carvalho⁹ e Ângelo Matos Piedade¹⁰ -, que serviram de base para a nossa investigação sobre a história da oposição política do Estado Novo, no concelho do Seixal.

Se estas monografias e memórias publicadas nos ajudam a elaborar esta dissertação, achamos negativa a inexistência (até então) de um estudo historiográfico

⁴ Obras como *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa. 1939-1945* (Lisboa, Editorial Estampa, 1995), de Fernando Rosas; *Sindicatos contra Salazar: A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000), de Fátima Patriarca

⁵ Exemplo da obra *História do Concelho do Seixal. 1-Cronologia* (publicada em 1981, por António Nabais)

⁶ Ver Bibliografia

⁷ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra – Monografia do Concelho do Seixal*, 2ª Edição, Edições da Câmara Municipal do Seixal, 1992

⁸ LIMA, Manuel A.S., *Amora: Memórias e Vivências D'Outrora*, Plátano Editora, 1ª Edição, 2006

⁹ CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros*, Lisboa, Edições Sociais, 1975

¹⁰ PIEDADE, Ângelo Matos, *Memórias Escolhidas. 1932-1951. Seixal*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006

relacionado com a análise dos principais acontecimentos históricos no concelho do Seixal, durante os períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Cabe-nos então «encher» esse «vácuo», ao analisarmos fontes anteriormente não visualizadas ou pouco conhecidas, contribuindo assim para uma melhor análise para a história deste concelho durante o respectivo período.

Fontes

A investigação histórica para a realização desta dissertação de Mestrado iniciou-se no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal (AHCMS), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e na Biblioteca Nacional de Lisboa (BN)¹¹. Enquanto os Fundos da Câmara Municipal do Seixal, da Administração do Concelho (do AHCMS), do Ministério do Interior e da PIDE/DGS (ANTT) permitiram-nos adquirir informação sobre a evolução política do concelho durante o Estado Novo, os jornais da imprensa local (*O Seixalense*, *A Voz do Seixal*, *A Voz da Paroquia* e *Tribuna do Povo*) e nacional (*O Mundo*, *República*, *O Século*, *A Voz*, entre outros) localizados na Biblioteca Nacional de Lisboa foram uma fonte essencial para aumentar o nosso conhecimento sobre a situação do concelho ao longo dos anos em vários aspectos. A partir destas instituições, adquirimos as pistas para a continuação da investigação histórica.

No Arquivo Histórico-Militar (AHM), foi recolhida informação importante a partir dos processos sobre a prisão de vários oposicionistas ao regime no ano 1938, e a partir de processos sobre a luta das autoridades contra o açambarcamento e o «mercado negro» (processos esses localizados no Fundo do Tribunal Militar Especial –TME). No mesmo arquivo, no fundo da Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra, foram encontrados processos relacionados com os Serviços de Mobilização Industrial, com descrição pormenorizada das greves de finais de Julho de 1943 no concelho do Seixal.

No Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP), foi recolhido a partir do Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, alguns detalhes

¹¹ Foram também visualizados alguns exemplares da imprensa local, disponível na Biblioteca Municipal do Seixal

relacionados com alguns organismos do aparelho corporativo do Estado Novo, localizados no Seixal.

No Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), foi recolhida alguma informação a partir dos registos de correspondência do Fundo do Governo Civil de Setúbal. Infelizmente, o facto deste fundo ainda estar em organização, não foi possível visualizar a correspondência existente para além da Década de 30.

No Ecomuseu Municipal, foram nos disponibilizados os fundos de antigos arquivos empresariais (onde estava incluído um fundo sobre o Grémio da Lavoura de Almada e Seixal), apesar de não termos encontrado nestes informação que considerávamos necessária para esta dissertação. Encontramos pequenas referências a outros arquivos (que serão mencionados nas fontes e bibliografia da dissertação).

Algumas instituições como a Casa do Povo de Amora e a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal simpaticamente nos concederam a liberdade de visualizar os seus espólios privados (sobre a mesma Casa do Povo e sobre o antigo Grémio Comércio do Seixal), também com alguma documentação sobre antigos organismos corporativos.

Finalmente, tentámos adquirir relatos orais de alguns seixalenses ainda vivos, que viveram na época do Estado Novo. Infelizmente, devido à indisponibilidade de alguns, foi só possível adquirir um relato oral, além de outros relatos registados pelo Ecomuseu Municipal, já feitos anos atrás.

Capítulo I – Descrição Geográfica e Demográfica do concelho do Seixal

1 – Localização do concelho do Seixal e a divisão administrativa do concelho na Época Contemporânea Portuguesa

O concelho do Seixal situa-se na «Margem Sul» do Rio Tejo, limitado a norte pelo mesmo rio, a oeste pelo concelho de Almada, a leste pelo concelho do Barreiro e a sul pelo concelho de Sesimbra, mantendo assim uma ligação dual entre a terra e o rio. Cobre uma área de cerca de 95 km². O concelho fundado em 1836, no âmbito de uma reforma administrativa realizada na implementação do liberalismo em Portugal.¹² O concelho foi dividido em 4 freguesias: Seixal, Amora, Arrentela e Paio Pires (situação que permaneceria assim até à década de 70 do século XX), e esteve brevemente extinto entre 1895 e 1898, num período de reformas administrativas. Em 1899, o Seixal tornou-se centro de uma comarca judicial, englobando vários concelhos limítrofes.¹³ Pertenceu ao Distrito de Lisboa até 1927 (sendo depois anexado ao Distrito de Setúbal, criado no ano anterior pelo governo da Ditadura Militar).

2 – Demografia: alguns aspectos

O concelho, no século XIX, contém principalmente um feição rural e fluvial, sendo que a exploração da terra e dos recursos fluviais existentes no Estuário do Tejo eram a principal fonte de riqueza do concelho e de subsistência alimentar da população. No entanto, em finais do século XIX e durante o regime político da I República (1910-1926), o concelho passa a adquirir uma nova fisionomia, com um processo de industrialização que engloba a implementação da indústria vidreira e corticeira¹⁴, e com o surgimento de várias cooperativas e de várias sociedades de recreio, que trazem uma nova dinâmica ao desenvolvimento do concelho Seixal.

¹² Nabais, António, *História do Concelho do Seixal. 1-Cronologia*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1981, p.51

¹³ Idem., p.71

¹⁴ Antes do surgimento destas indústrias, já existia uma fábrica de produção de lanifícios, propriedade da Companhia de Lanifícios de Arrentela (criada em 1862), que a partir de 1858, passa a designar-se de Fábrica de Lanifícios de Arrentela - in SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 1ª Edição, 2013, págs.716-717

Em relação à população, os censos populacionais demonstram que o concelho teve, entre 1930 e 1960, uma baixa taxa de crescimento populacional, ao compararmos com outros concelhos da região da «Margem Sul». Não conseguindo atingir uma taxa de crescimento populacional superior aos 30%, o concelho só conseguiu em 1960 ultrapassar ligeiramente os 20000 habitantes, mas sendo ultrapassado logo em 1950 em termos populacionais pelo anteriormente menos habitado concelho de Moita.¹⁵ O concelho do Seixal teve assim, entre estes anos, um crescimento estagnado. Visualizando as faixas etárias da população do concelho, visualiza-se que mais de metade da população encontra-se durante este período entre as idades de 15 e 64 anos. A população com menos de 15 anos de idade é ainda uma percentagem considerável em 1930 (um pouco mais de 30%), mas em uma década (de 1940 para 1950) esta faixa etária desce em cerca de 7%, muito provavelmente devido a uma redução da natalidade.¹⁶ Em relação ao analfabetismo¹⁷, no ano de 1930, 47.41% da população com idades superiores aos 7 anos não sabia ler. Sendo que a população com idades inferiores aos 7 anos não é mencionada na percentagem (o que naturalmente, a aumentaria), isto demonstra que a taxa de alfabetização do concelho era inferior à média nacional, que era cerca de 40% para a população do Continente e Ilhas com mais de 10 anos de idade.¹⁸ É a partir de 1950 que esta taxa de analfabetismo reduz-se substancialmente, ficando abaixo dos 30%.¹⁹

Em 1930, as principais actividades económicas em que a população activa do concelho se inseria era na indústria (43.54%) e na agricultura (28.06%), sendo que a indústria estava-se a aproximar de ocupar mais de metade da população seixalense activa. Uma velha actividade económica que antigamente empregava muitos seixalenses, a pesca, estava em clara decadência (4.99%), e como veremos mais à frente, é uma profissão que sofrerá graves consequências por parte das políticas do regime do Estado Novo.²⁰ Para os anos de 1950 e 1960, a indústria já possuía mais de metade da população activa do concelho, enquanto a agricultura continuou numa espiral descendente, passando no ano de 1960 a ocupar menos de 10% da população activa. A população activa no comércio e transportes/meios-de-comunicação possuíam um

¹⁵ Ver Anexo I

¹⁶ Ver Anexo II

¹⁷ Ver valores da taxa de analfabetismo da população com mais de 7 anos de idade, no Anexo III

¹⁸ CANDEIAS, António (dir. e coord.), *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pág.40

¹⁹ Ver Anexo III

²⁰ Ver Anexo IV

crescimento estagnado, nunca ultrapassado os 10%, sempre sobre a sombra do sector secundário.²¹

Os estrangeiros que habitavam no concelho eram, em inícios da década de 40, pouco acima de uma centena, sendo que os residentes de nacionalidade espanhola se destacavam entre estes (52, segundo o censo populacional de 1940)²² – muitos destes habitavam o concelho por serem operários corticeiros ou funcionários que trabalhavam nos estabelecimentos fabris da empresa Mundet & C.^a²³

²¹ *Ibidem.*

²² *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940* (Vol.XVI), Lisboa, Imprensa Nacional, 1945, págs. 41 e 42

²³ Como é visível nos Livros de Registo de Estrangeiros do Fundo da CMS, no AHCMS

Capítulo II – A Economia e a Sociedade seixalense durante o Estado Novo

Neste capítulo desta dissertação, trataremos de visualizar a evolução da economia seixalense durante o Estado Novo e como se constituía a sociedade seixalense durante o regime. Sobre a economia, trataremos da industrialização do concelho (um fenómeno constante durante o Estado Novo) e a posição dos outros sectores da economia (agricultura e pesca). Depois, trataremos de analisar como se como era o dia-a-dia na vida dos seixalenses: a alimentação, a higiene e a assistência médica, além de referirmos as associações, filarmónicas e cooperativas existentes no concelho, e o seu papel na vida do concelho.

1- A economia seixalense durante o Estado Novo

Iremos agora analisar, cronologicamente, a evolução dos principais sectores da economia seixalense (indústria e agricultura), ao longo do espaço temporal estabelecido para a realização desta dissertação.

1.1 – O sector industrial: a importância da indústria corticeira no concelho

Quando chegamos ao fim da I República, o concelho do Seixal tem uma fisionomia completamente diferente da que possuía no século anterior: o concelho está industrializado e o sector secundário começa a substituir o sector primário. Este fenómeno, como veremos, é contínuo durante a vigência do Estado Novo e a indústria que predomina em importância é a indústria corticeira.

Geralmente, quando se trata da antiga economia seixalense no Século XX, o concelho é associado à sua ligação com a empresa «Mundet» e o seu papel importante na história da indústria corticeira em Portugal. No entanto, a implementação da indústria corticeira no Seixal é um fenómeno tardio, se compararmos com outros concelhos da Margem Sul, como Almada, Barreiro e Moita, que já possuíam em finais do Século XIX estabelecimentos fabris dessa mesma indústria, segundo o Inquérito

Industrial de 1890.²⁴ A empresa (de origem catalã) se estabeleceu em Portugal em 1905²⁵, sendo que na freguesia do Seixal esta iria construir o seu primeiro estabelecimento fabril no país, e em 1911, estabelecia-se na mesma freguesia uma fábrica de cortiça da empresa «Wicander» (de origem sueca). Em 1917, a «Mundet» abriu uma nova fábrica na freguesia de Amora.²⁶ A importância da empresa no meio concelhio aumentou na Década de 30, quando ambas as fábricas no Seixal²⁷ e na Amora²⁸ foram alargadas na sua capacidade. Esta empresa ficou conhecida no Seixal pelos serviços sociais que proporcionou aos seus operários, onde se destacam a sua «Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.^a Lda.», com serviços clínicos incluídos²⁹ e a sua creche e Casa de Infância.³⁰ Para o transporte marítimo da sua produção, esta empresa possuía em meados do século XX uma fragata e vários varinos.³¹ A situação da crise da indústria corticeira nos Anos 50 e 60, levaria ao encerramento da creche e da «Casa de Infância» em Maio de 1960, e em Dezembro de 1964, ao encerramento da fábrica da empresa na freguesia de Amora.³²

Outra empresa que estabeleceu uma fábrica de cortiça no concelho do Seixal foi a empresa «Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.» (da qual, António Manuel Viana Baptista - presidente da CMS entre 1936-1939 e dirigente da MP - foi gerente e accionista), cuja fábrica em Amora começou a laborar em 1936, sendo que a mesma

²⁴ *Subsídios para o Estudo da Indústria Corticeira*, in *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, Nº47 do mês de Setembro de 1942 – Almada e Barreiro possuíam, segundo o mesmo inquérito, 2 estabelecimentos de «grande indústria»

²⁵ SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 1ª Edição, 2013, pág.723

²⁶ *Ibidem.*, pág.729

²⁷ “...Mais tarde, no início dos anos 30, foram adquiridas propriedades vizinhas para proceder ao alargamento das suas oficinas, de modo a melhorar o rendimento da sua produção... Em 1937, na fase de maior expansão da fábrica, a firma adquiriu uma parte considerável da Quintados Franceses (70 000 m2 de área) a Georgina Rosa d’Oliveira, que lhe permitiu expandir a área fabril e criar uma zona destinada aos serviços sociais e a instalações desportivas. No ano seguinte a empresa adquiriu uma parcela da Quinta do Bravo” – *O sítio industrial da Mundet (Seixal)*, in *Ecomuseu Informação*, Nº46 do 1º Trimestre de 2008

²⁸ “...Por volta de 1938, quando a indústria corticeira atravessava um bom momento e para a «Mundet & C.^a Lda.» entrou Joseph Mundet, decide a empresa ampliar as suas instalações de Amora. Foi nesta altura, que a administração da fábrica adquiriu a designada Quinta dos Pintos...Após a compra da referida propriedade, rapidamente surgiram novas dependências e pavilhões industriais” – in LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.147-148

²⁹ *Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.^a Lda.*, Lisboa, Pap. Luso-Brasileira, 1942

³⁰ Inauguradas na visita presidencial do General Óscar Carmona ao Seixal, no dia 4 de Abril de 1943 – in *O Século*, Nº21923 de 05/04/1943

³¹ CURTINHAL, Elisabete, *Barcos, memórias do Tejo: catálogo de exposição*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2007, págs.58-60

³² LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.150-151

seria em 1954 vendida à empresa «Queimado e Pampolim, Lda.», que permaneceria aberta aos Anos 90.³³

Em relação à pequena indústria ou à produção familiar, esta parecia não existir na Década de 30 no concelho.³⁴ No entanto, segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal* para o concelho do Seixal (1950), já existiam como pequenos produtores de cortiça os indivíduos Pedro da Silva Duarte no Seixal, Carlos Pereira em Corroios (freguesia de Amora) e Custódio Homem de Pinho, da Arrentela.³⁵

1.2 – Outras indústrias do concelho

Para além da indústria corticeira, existiram outros tipos de indústria no concelho: a indústria dos explosivos, a indústria de lanifícios/têxtil, a indústria da construção naval, além de outros tipos de indústria (grande ou pequena) de menor importância.

A indústria dos explosivos remonta a finais do Século XIX, quando o industrial Libânio Augusto de Oliveira estabeleceu em 1895, uma fábrica de pólvora negra na localidade de Vale Milhaços (localizada durante o Estado Novo, na freguesia de Amora). A partir de 1922, a fábrica passou para a posse da empresa «Sociedade Africana de Pólvora, Lda.», funcionado até ao seu encerramento em 2001.³⁶ Em 1928, foi criada na «Quinta do Cabo da Marinha», na zona ribeirinha da freguesia de Amora, uma fábrica de explosivos da empresa «Sociedade Portuguesa de Explosivos Lda.», que em 1948, empregava 107 operários.³⁷ Esta fábrica (como será referido mais à frente nesta tese) ira ser acusada em 1937 pelo jornal clandestino do PCP, *Avante!*, de produzir material que era enviado para o lado nacionalista da Guerra Civil Espanhola. Foi em 1948 (no dia 24 de Novembro) que ocorreu o acidente mais grave da história da indústria seixalense, em que a explosão de material desta fábrica causou a morte de 27 operários e feriu 27, sendo que a maioria das morte foram mulheres.³⁸ Na sessão de 26

³³ *Ibidem.*, págs.152-159

³⁴ SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra....Op. Cit.*, pág.734

³⁵ VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal: Concelho do Seixal*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1950, pág.94

³⁶ *A Fábrica de Pólvora de Vale Milhaços*, in *Pedra & Cal*, Nº52 do 1º Semestre de 2012, pág.16

³⁷ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.160

³⁸ *Ibidem.*, pág.167

de Novembro de 1948, o Presidente da Assembleia Nacional, Albino dos Reis, refere o caso, sendo apoiadas as suas palavras de pesar pelos deputados Madeira Pinto e Pedro Teotónio Pereira (eleitos pelo Círculo de Setúbal).³⁹ Após o incidente, a fábrica da «Quinta do Cabo da Marinha» foi abandonada, e foi criada uma nova fábrica na localidade de Santa Marta de Corroios (também na freguesia de Amora), apesar de ainda terem ocorrido incidentes, como em 1950 e 1956.⁴⁰ A fábrica permaneceu em actividade até 2006.

A indústria de lanifícios/têxtil é provavelmente a indústria mais antiga existente no concelho, remontando a sua existência a meados do Século XIX, com o surgimento da já referida Fábrica de Lanifícios de Arrentela. Além desta, existia desde princípios do Século XX uma fábrica de lanifícios existente na «Quinta do Rosinha» (freguesia de Amora), que segundo documentação antiga, era chamada de «Fábrica de Lanifícios de Amora» e que pertencia à «Firma Rosado e Rosinha», que produzia principalmente xailes de lã e seda, que terá terminado a sua laboração algures na Década de 20.⁴¹ Em finais de 1946, o jornal *Voz do Seixal* noticiava que Frederico Marques Válido (velho membro da comissão concelhia da UN do Seixal) adquirira as velhas instalações dessa mesma fábrica, para instalar “...uma fábrica de manufactura de cortiça”.⁴² Parece que tal fábrica nunca chegou a ser instalada. Em 1942, era instalada na localidade do Fogueteiro (freguesia de Amora), oficialmente designada «Fábrica de Têxteis Artificiais», que em meados da Década de 50 (segundo notícia da época), dava trabalho a cerca de 300 operários. A fábrica deixou de laborar em meados da Década de 60.⁴³ Em notícia de 1944, o jornal *Voz do Seixal* relatou que uma firma da cidade do Porto iria instalar uma nova fábrica de lanifícios na freguesia de Arrentela.⁴⁴ Não parece que tal chegou a ocorrer, pois não houve mais notícias sobre o assunto e desconhece-se se tal fábrica chegou a ser instalada.

A indústria de construção naval do concelho, durante a I República (segundo o *Anuário Comercial* de 1920), era constituída pelos estaleiros navais de José dos Anjos

³⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, Nº158 de 26/11/1948, pág.5

⁴⁰ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.163

⁴¹ *Ibidem.*, pág.204

⁴² *Indústria Corticeira*, in *A Voz do Seixal*, Nº418 de 01/12/1946, pág.3

⁴³ *Ibid.*, págs.168-169

⁴⁴ “Por uma importante firma do Porto, vai ser montada uma nova fábrica de lanifícios na freguesia de Arrentela, que será construída em terreno já comprado pela mesma e cuja planta foi entregue na Câmara Municipal a-fim-de ser estudada e aprovada.” – *Nova Fábrica de Lanifícios*, in *A Voz do Seixal*, Nº361 de 01/07/1944, pág.3

Júnior, Alfredo dos Reis Silveira, de José Policarpo Alves Ferreira e de João António de Figueiredo.⁴⁵ No ano de 1932, Álvaro Lopes Venâncio (originário da cidade de Aveiro) funda o seu estaleiro na localidade de Amora de Baixo (freguesia de Amora), dedicado à reparação de embarcações de madeira e à construção de outras⁴⁶; na mesma década, era implantada na mesma freguesia os «Estaleiros Navais do Talaminho», criados por Joaquim Maria da Silva Valente (também originário da cidade de Aveiro)⁴⁷; existia na freguesia de Arrentela um estaleiro chamado «Estaleiro da Fidalga», que na Década de 40 pertencia à empresa «Marítima do Sul, Lda», sendo que na Década de 50, este estaleiro passou para a posse da empresa «Sociedade Reunida Alves de Carvalho».⁴⁸ Segundo Manuel de Oliveira Rebelo, em 1956 os estaleiros do Seixal tinham ao seu serviço 78 indivíduos, número esse diminuto devido à concorrência que a moderna construção naval de ferro impunha aos estaleiros navais do concelho, que construíam na sua grande maioria barcos feitos a partir de madeira.⁴⁹

Uma empresa que se destacou na freguesia do Seixal durante esta época, especializada na serração, na carpintaria mecânica e na venda de imobiliário foi a firma «A. Silva & Silva», estabelecida na Década de 30⁵⁰, e que tornou numa das empresas mais importantes do concelho durante décadas vindouras. Outras indústrias de pequena importância existentes no concelho foram a da produção de artigos de vime, estabelecida em velhas instalações que tinham pertencido à antiga «Fábrica de Vidros de Amora», existente desde finais dos Anos 20, sob a posse de membros família Trindade (importante família da freguesia de Amora)⁵¹; a empresa «Sereia – Fábrica de Adubos Orgânicos Lda.», cujos estabelecimentos fabris dedicavam-se à produção de adubos para vender a produtores agrícolas, localizada na freguesia de Paio Pires, que na Década de 30, envolveu-se num caso controverso, pelo facto de os seus estabelecimentos lançarem mau-cheiro no concelho, o que levou a grande contestação por parte das

⁴⁵ CURTINHAL, Elisabete, *Barcos, memórias do Tejo: catálogo de exposição*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2007, pág.21

⁴⁶ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.212

⁴⁷ *Ibidem.*, pág.223

⁴⁸ CURTINHAL, Elisabete, *Barcos, memórias do Tejo...Op. Cit.*, pág.22

⁴⁹ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra... Op. Cit.*, pág.76

⁵⁰ SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra...Op. Cit.*, pág.736

⁵¹ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.198-200

populações⁵²; existiu também uma fábrica de cerca pertencente à empresa «Quicor, Lda.», que laborou durante a Década de 50 e que se estabeleceu na «Quinta do Cabo da Marinha», pouco após o incidente de 1948 ocorrido na fábrica da «Sociedade Portuguesa de Explosivos Lda.»⁵³.

A indústria extractiva era quase inexistente no concelho, sabendo-se que em data indeterminada (algures na década de 30 ou 40), durante o Estado Novo, se estabeleceu uma fábrica de resinagem na freguesia de Amora, que terá pertencido à «Sociedade Comercial de Resinas, Lda.»⁵⁴ E nos anos de 1948 e 1958, foram construídos 2 lagares de azeite, sendo que o último pertencia ao Grémio da Lavoura de Almada e Seixal, estabelecido nas suas instalações na localidade do Fogueteiro (Amora).⁵⁵

Em Outubro de 1957, foi anunciado que seria no concelho do Seixal que ia ser instalada a primeira instalação fabril da indústria siderúrgica em Portugal.⁵⁶ A implantação da indústria siderúrgica estava inserida entre as principais directrizes do I Plano de Fomento (1953-1958)⁵⁷. A empresa «Siderurgia Nacional» foi criada em finais de 1954, sendo que o empresário António Champalimaud ganhará da parte do Estado o alvará da concessão da liderança da empresa responsável pela fábrica.⁵⁸ As obras para a construção da fábrica (que viria ser construída na freguesia de Paio Pires) terminaram em 1961, sendo a mesma inaugurada a 24 de Agosto de 1961⁵⁹.

1.3 – A agricultura e a pesca

⁵² SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra...Op. Cit.*, págs.736-737

⁵³ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*,pág.207

⁵⁴ *Ibidem.*, pág.738

⁵⁵ , Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra...Op. Cit.*, pág.741

⁵⁶ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra... Op. Cit.*, pág.92

⁵⁷ Sobre o I Plano de Fomento, Ver ROSAS, Fernando “As «mudanças invisíveis» da guerra”, in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol. VII:*O EstadoNovo*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, págs.455-463

⁵⁸ ROLLO, Maria Fernanda, “Memórias da Vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do país” in ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Memórias da Siderurgia. Contribuições para a História da Indústria Siderúrgica em Portugal*, Lisboa, Editora História, 2005, pág.60

⁵⁹ PIRES, Ana Paula, “António Champalimaud, um marechal da indústria e da finança”, in *Ibidem.*, pág.126

O sector primário da economia seixalense (a agricultura e a pesca) detinha claramente uma importância menor, em comparação com a crescente importância do sector secundário (a indústria).⁶⁰

Estando incompleta ou inexistente a documentação do AHCMS relacionada com a caracterização da produção agrícola seixalense e sobre os valores de produção agrícola no concelho, houve limitação na documentação acessível para o estudo da agricultura no concelho durante o Estado Novo. Devido a isto, análise da agricultura concelhia é baseada na visualização do *Inquérito Agrícola e Florestal* para o concelho do Seixal (publicado em 1950) e as *Estatísticas Agrícolas* (publicadas pelo INE), entre 1945 e 1960.⁶¹

Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal*, o concelho era 30% coberto por área agrícola, 65% por área florestal e 5% por área inculta e social. As zonas do Sul e Oeste do concelho eram mais arborizadas, enquanto as zonas do Norte e Leste possuíam uma maior área agrícola.⁶² Em relação à importância das plantas e dos produtos agrícolas cultivados no concelho, as oliveiras, laranjeiras, pessegueiros, damasqueiros, pereiras e figueiras encontravam-se entre as árvores de grande importância. A mesma importância possuíam as plantações de batata, ervilha, repolho, tomate, fava e vinho. Por outro lado, as plantações de cereais como o trigo, cevada, centeio, aveia (entre outras leguminosas menos conhecidas) encontravam-se entre as plantações de menor importância no concelho.⁶³ Isto explica a ausência de trigo ou de cevada à venda nos mercados locais entre os anos de 1942 e 1945.⁶⁴ Segundo as *Estatísticas Agrícolas*, o milho, a batata e o vinho constituíam os produtos agrícolas mais produzidos no concelho. Por outro lado, o centeio, o trigo, o grão-de-bico e o azeite estavam entre os produtos com um volume produção baixa.⁶⁵

A viticultura era considerada (segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal*) a mais importante cultura agrícola no concelho, representando 30% da produção agrícola

⁶⁰ Ver Anexos IV e V

⁶¹ Ver Anexo XXII – a estatística usada para analisar os valores de produção agrícolas foram para os anos de 1945, 1950, 1955 e 1960 (a primeira publicação das *Estatísticas Agrícolas* surgiu no ano de 1943, não sendo possível adquirir valores para os anos anteriores), ou seja, a estatística exposta no Anexo tem um intervalo de 5 anos

⁶² VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal: Concelho do Seixal*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1950, pág.80

⁶³ *Ibidem.*, pág.15

⁶⁴ Ver Anexo XVIII

⁶⁵ Ver Anexo XXII

concelhia, e mais de metade dos produtores produziam menos de 2000 litros anuais. O vinho era vendido nos mercados locais ou em Lisboa.⁶⁶

Em relação à propriedade florestal, as grandes propriedades constituíam 90% da área florestal do concelho, enquanto as médias propriedades possuíam 8% e as pequenas apenas 2%.⁶⁷ O regime de exploração dos proprietários florestais era o regime de conta própria, sendo que o comprador da madeira, lenha ou ramos era responsável pelo corte das árvores. Da exploração das propriedades florestais do concelho, havia grande escassez de produtos de boa qualidade, como a escassez de madeira para obras.⁶⁸

Em relação à cortiça proveniente das árvores existentes no concelho, esta não era vendida para as fábricas locais, sendo 100% desta vendida aos mercados externos: as fábricas locais, por outro lado, importavam cortiça de outras partes do país.⁶⁹

Vale a pena notar o caso sucedido em 1954, na localidade Fernão Ferro, em que pelo Decreto-Lei N°39917, o Estado expropria para «utilidade pública», a propriedade conhecida como «Foros de Fernão Ferro», para a distribuir entre pequenos rendeiros e para terminar com um conflito social que ocorria na respectiva localidade. O caso causou controvérsia e protestos entre os interesses da lavoura.⁷⁰

Em relação à actividade piscatória, a classe envolvida nesta actividade se encontrará numa constante situação de crise durante o período do Estado Novo, relativamente devido aos problemas que esta actividade económica detinha com a legislação em vigor (este assunto será referido mais à frente nesta dissertação). A criação do Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal logo em 1933 não trouxe nenhum benefício a esta classe, e esta, durante as décadas vindouras, continuou numa espiral descendente, com o número de pescadores a descerem, existindo menos de 100 no ano de 1960.⁷¹ Segundo o relato de um pescador sobre as suas memórias, este afirma que quando os barcos dos pescadores chegavam ao Seixal, a vila era “...*uma terra alegre, uma terra viva e quando eles andavam ao mar, isto era uma terra*

⁶⁶ VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal...Op. Cit.*, pág.46

⁶⁷ *Ibidem.*, pág.85

⁶⁸ *Ibid.*, pág.87

⁶⁹ *Ibid.*, págs.95-96

⁷⁰ GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e Agricultura: Evolução do Modelo Dominante de Sindicalismo Agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1999, pág.182

⁷¹ Ver Anexos IV e V

morta”.⁷² Além da pesca no alto mar, surgiu em meados do Século XX a prática da piscicultura no concelho, com a criação de 2 viveiros para a criação de peixes – o «Viveiro do Felisberto» (datado de 1945) e o «Viveiro do Capilé» (datado de 1959).⁷³

Na década de 40, deu-se o fim da utilização dos antigos barcos à vela para a pesca, sendo estes substituídos por barcos a motor de pequena dimensão (entre 13 a 23 toneladas), chamados «pirolitos». ⁷⁴A situação da classe não mudou para melhor, quando a 24 de Novembro de 1947, o Decreto-Lei N°36615 estabelece a proibição da actividade das embarcações motorizadas da pesca do arrasto para o dia 31 de Dezembro do ano de 1955. Como protesto, o presidente da CMS, Cosme Narciso Lopes, criticou o decreto no IV Congresso Nacional de Pescas (ocorrido em 1955), argumentando que este teria como consequências negativas a criação de um problema social na vila do Seixal pela desocupação de centenas de homens sem outra experiência profissional, a redução dos recursos financeiros da Casa dos Pescadores do Seixal e o desaparecimento da escola de pesca representada pelos barcos seixalenses.⁷⁵ Apesar do protesto, o decreto entraria em vigor e a velha tradição piscatória seixalense acabaria por desaparecer.

2 – A sociedade seixalense durante o Estado Novo

2.1 – A alimentação, a habitação, a higiene e a assistência médica

Numa época histórica onde as condições de vida da população portuguesa em geral eram más, o Seixal não era excepção: a crescente proletarização da população (com o crescimento da indústria e a queda da actividade piscatória) não levou a uma melhoria das condições de vida, devido aos baixos salários que o operariado recebia. Em 1934, o próprio Administrador do Concelho, José Elísio Gonçalves Louro, admitia na sua correspondência que o concelho constituído por uma população maioritariamente pobre.⁷⁶

⁷² CURTINHAL, Elisabete, *Barcos, memórias do Tejo: catálogo de exposição*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2007, pág.44

⁷³ *Peixes e Pescarias no Concelho do Seixal – Estuário do Tejo*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal - Ecomuseu, 1997, pág.57

⁷⁴ *Ibidem.*, pág..49

⁷⁵ *Ibid.*, pág.59

⁷⁶ “...Ao assumir as funções de um espinhoso cargo, mal supunha que a par das escolhas que a todo o momento se me deparam, um horroroso e assustador flagelo tão vivamente impressionou meu espírito. O concelho é pobre e a sua antiga população constituída por gente do mar, devido à crise avassaladora que a indústria piscatória tem desde há muito atravessado, viu-se na necessidade de uma grande parte adaptar-se à vida das fábricas” – in AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Copiadores de

A alimentação, por exemplo, era principalmente constituída por várias espécies de peixe para quem vivia na freguesia do Seixal (peixe pescados pelos pescadores locais), enquanto a carne ou galinha era reservada apenas para ocasiões especiais, como nas festas populares, feriados ou aniversários.⁷⁷ Para evitar muitas vezes comprar carne, algumas casas tinham capoeiras próprias para a sua auto-suficiência alimentar. No período da 2ª Guerra Mundial, quando os preços e o racionamento dos géneros alimentícios aumentaram, até havia falta de pão, os pobres alimentavam-se com sopa ou borras de café.⁷⁸ Quando as fábricas encerravam e havia desemprego, muitas vezes comprava-se «a fiado», sendo que “...*muitas vezes só se pagavam quando se conseguia de novo arranjar trabalho*”.⁷⁹ Devido à pobreza entre as famílias operárias, grande parte das crianças ignoravam o ensino escolar, e iam trabalhar cedo para as fábricas, com o objectivo de ajudarem monetariamente a família. Para combater a fome entre as crianças pobres, houve iniciativas locais como a construção do «Patronato de Amora», uma obra criada pela iniciativa do Padre Manuel Marques, que terminado de construir em 1954, era um edifício onde “...*as crianças aprendiam e ocupavam os seus tempos livres, uma cozinha e instalações sanitárias*”,⁸⁰ ou a cantina escolar, inaugurada a 1 de Julho de 1957 (construída em terreno doado pela benemérita local, Branca Saraiva de Carvalho, mãe de Manuel Saraiva de Carvalho), com a presença do Ministro da Educação, que segundo uma antiga funcionária escolar, servia de cantina para os alunos “...*mesmo mais necessitados, que em casa nada tinham para comer*”.⁸¹ Para os operários pobres, existiam em algumas fábricas cantinas para os seus operários, como a da fábrica da «Mundet» na freguesia do Seixal.

A habitação era muito limitada, para a maioria da pobre população do concelho. Segundo o relato de Ângelo Matos Piedade, as casas na freguesia do Seixal eram quase todas muito parecidas, com as mesmas divisões: sala de entrada, cozinha e os quartos, onde tinham que viver vários membros da família (além dos pais e vários filhos, também os avós), onde havia falta de luz, água e casa de banho.⁸²

Correspondência Expedida, Lv095, fol.111 (ofício datado de 15/10/1934, enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Setúbal)

⁷⁷ Relato da entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio

⁷⁸ LIMA, Manuel A.S., *Amora... Op. Cit.*, pág.109

⁷⁹ *Ibidem.*, pág.109

⁸⁰ *Ibid.*, pág.113

⁸¹ *Ibid.*, pág.312

⁸² PIEDADE, Ângelo Matos, *Memórias Escolhidas... Op.Cit.*, págs.21-22

Em relação à higiene, existiam nos Anos 20 e 30 poços de onde a população abastecia os seus baldes de água, usando uma bomba manual.⁸³ A partir de 1947, através de concurso público, são implantadas por todas as freguesias do concelho, chafarizes, que eram mais fáceis de usar que os poços.⁸⁴ Finalmente, a partir de 1952, é iniciada a construção dos reservatórios elevados para o abastecimento de água ao domicílio, que abrangeria todo o concelho.⁸⁵ Tomar banho era algo feito 1 só vez por semana dentro de casa, dentro de um tanque enchido com baldes de água.⁸⁶ Outro problema relacionado com o saneamento das populações era a falta de retretes públicas. Ofícios enviados ao Administrador do Concelho e ao Presidente da CMS, por regedores, presidentes de freguesia ou professores de escolas, estão repletos de pedidos de auxílio devido à falta ou o mau estado das retretes públicas. As «necessidades» das pessoas, dentro do seu domicílio, eram feitas geralmente em “...«*tigelas da casa*», que eram feitas em barro”, sendo os dejectos atirados para as lamas da maré ou para estrumeiras, sendo estes depois usados para a fertilização das terras.⁸⁷ Os esgotos só surgiram tardiamente, nas Décadas de 50 e 60. Em relação à distribuição da electricidade no concelho, entre 1928 e 1950, várias fábricas possuíam as suas centrais eléctricas. As empresas que forneciam a electricidade para serviço público eram a «Sociedade de Electrificação Rural e Urbana» e a «União Electrica Portuguesa», sendo que a electrificação total do concelho é feita em 1937.⁸⁸

A assistência médica era também difícil, devido ao pequeno número de médicos e farmacêuticos. Por exemplo, nas Décadas de 30 e 40, eram inexistentes na Amora qualquer consultório médico ou uma farmácia, com excepção de um médico e enfermeiro na fábrica da «Mundet» (da mesma freguesia).⁸⁹ Durante a 2ª Guerra Mundial, os moradores da freguesia de Arrentela enviaram uma petição ao Presidente da CMS, pedindo o estabelecimento de uma farmácia na freguesia, que consideravam ser uma medida a tomar com “...*absoluta e urgente necessidade*”.⁹⁰ Existia uma parteira municipal (que nas Décadas de 40 de 50, foi Noémia Araújo Cardoso, que era

⁸³ FILIPE, Graça (coord.), *O abastecimento público de água no Concelho do Seixal*, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, 2003, pág.6

⁸⁴ *Ibidem.*, pág.12

⁸⁵ *Ibidem.*, pág.13

⁸⁶ Relato da entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio

⁸⁷ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.111

⁸⁸ http://www.wikienergia.pt/~edp/index.php?title=Electrifica%C3%A7%C3%A3o_do_concelho_de_Seixal (visualizado em 20/04/2015)

⁸⁹ *Ibidem.*, pág.112

⁹⁰ *Um apelo ao Sr. Presidente da Câmara*, in *A Voz do Seixal*, Nº322 de 15/10/1942, pág.3

filiada na Legião Portuguesa) mas muitas vezes o parto era realizado com a ajuda de outras mulheres sem qualquer curso de especialização de parteira. Na Década de 30, sob a iniciativa do Administrador do Concelho, o tenente José Elísio Gonçalves Louro, surgiu um dispensário anti-tuberculoso, associado Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos: em 1934, o Administrador pedia ao Governador Civil de Setúbal auxílio para o ajudar financeiramente para completar a obra da construção do mesmo dispensário.⁹¹ Desconhece-se quando o dispensário foi oficialmente inaugurado, mas deve ter ocorrido em meados da mesma década. Além deste dispensário, não existia um centro de saúde, apesar de ter existido a necessidade de em finais de 1932 ter sido feito um pedido de financiamento ao Governo para ser criado um hospital no concelho.⁹² Só na década de 60, seriam estabelecidos no concelho os serviços clínicos da Santa Casa da Misericórdia. Os principais médicos conhecidos no concelho eram os doutores Jorge Muñoz Cardoso (Sub-Delegado da Saúde no concelho do Seixal, entre a Ditadura Militar até à Década de 50) e Amândio Fiadeiro (presidente da Comissão Concelhia da UN do Seixal e dirigente da LP), ambos importantes dirigentes do Estado Novo no concelho e que constituíam o «partido médico» de assistência pública (ou seja, eram funcionários da CMS). Amândio Fiadeiro era responsável pelos serviços clínicos em várias instituições, como os serviços clínicos na creche e Casa de Infância da «Mundet»⁹³, e no organismo corporativo da Casa do Povo de Amora. Segundo a resposta a um ofício enviado pela Associação dos Médicos Portugueses ao Administrador do Concelho, em finais de 1936, pedindo uma relação de médicos e farmacêuticos que residem ou possuem uma clínica no concelho do Seixal, refere-se que existiam no concelho 4 indivíduos com a profissão de médicos: Amândio Fiadeiro, Jorge Munoz Cardoso, Luís da Silva e Florindo Esmeraldo Banha de Andrade. Quando

⁹¹ “...Na ansia de minorar quanto possível os efeitos de tão terrível mal, lancei-me na árdua tarefa de levar a efeito uma obra altamente humanitária e social. Têm-me ajudado nobilíssimos e generosos corações, a ponto de ver quase realizado este meu grande sonho, dispondo de importantíssimas verbas para a construção dum dispensário anti-tuberculoso. Porém, para completar os 20000 escudos que a Assistência Nacional aos Tuberculosos necessita, ainda me são precisos alguns milhares de escudos. Por este meio, venho rogar a V.Ex.^a em nome de tantos infelizes, todo o auxílio que me possa prestar” – in AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Copiadores de Correspondência Expedida, Lv095, fol.111 (ofício datado de 15/10/1934, enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Setúbal)

⁹² *Uma reunião*, in *O Seixalense*, Nº178, de 18/12/1932, pág.3

⁹³ Informação proveniente das entrevistas (datadas de 23 de Abril e 30 de Julho de 1998) às ex-funcionárias da creche da «Mundet», Emília Ribeiro (74 anos), Maria José Plínio Ribeiro (70 anos) e Piedade Serra (74 anos) – Fundo de entrevistas do Ecomuseu Municipal do Seixal

às farmácias, também existiam 4: a de farmácia António J. Pires, a de José Juvenal Pinto Soromenho, a de José António Nascimento e a farmácia «Lusitana».⁹⁴

2.2 – As associações de recreio e lazer, e as cooperativas no concelho do Seixal

Durante o Estado Novo, o associativismo popular constituía um contraponto ao projecto totalitário que o regime tentava implantar.⁹⁵ No caso do Seixal, muitas destas associações, filarmónicas e cooperativas tinham origens na época do liberalismo em Portugal (Monarquia Constitucional e I República), e por isso não «caíam de amores» pelo Estado Novo. Na sua grande maioria, permaneceram indiferentes perante a situação política vigente e mantinham uma «política» ordeira, de modo a evitar consequências negativas de qualquer sinal de oposição. Tinham em grande parte uma função educativa e cultural, e constituíam um espaço de solidariedade e fraternidade para as comunidades do concelho.

Iniciaremos por detalhar quais eram as sociedades filarmónicas existentes no concelho, as suas origens e como foi a sua vida durante o Estado Novo.

2.2.1 – As filarmónicas

As associações filarmónicas representam, há mais de um século, talvez a maior riqueza da identidade cultural do concelho. Em pleno Estado Novo, existiam neste 5 associações filarmónicas (que ainda existem hoje): «Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense», a «Sociedade Filarmónica União Seixalense», a «Sociedade Filarmónica União Arrentelense», a «Sociedade Filarmónica Operária Amorense» e a «Sociedade Musical 5 de Outubro» (sediada na freguesia de Aldeia de Paio Pires). A importância destas associações era tamanha, que nos jornais da imprensa nacional, grande parte da correspondência proveniente do concelho para esses jornais era principalmente centrada em noticiar as actividades destas associações.

A «Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense», criada no ano de 1848, é a mais antiga associação do concelho. Em 1871, perante divergências entre

⁹⁴ AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Correspondência Recebida, Cx.040 (cópias de officios com a lista dos respectivos médicos e farmácias, junto ao officio enviado pela Associação dos Médicos Portugueses, datado de 26/12/1936)

⁹⁵ Sobre este projecto totalitário do regime, Ver o capítulo “O projecto totalitário: o salazarismo e o «homem novo», in ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder... Op. Cit.*, págs.318-352

membros da associação sobre a guerra franco-prussiana (ocorrida entre 1870-1871), alguns membros abandonaram a «Timbre Seixalense» e decidiram fundar a «Sociedade Filarmónica União Seixalense»⁹⁶, sendo que os membros desta nova filarmónica passaram a titular-se de «Prussianos», enquanto os membros da «Velha Sociedade» - a «Timbre Seixalense» - passaram a titular-se de «Franceses». As bandas tornaram-se assim durante a época do liberalismo as grandes rivais do concelho, tanto no campo da música, como no campo da política. A «Sociedade Filarmónica União Arrentelense» surgiu em 1914, pela união da «Real Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense» e da «Real Sociedade Filarmónica Honra e Glória Arrentelense» (criadas em finais do Século XIX.⁹⁷ Esta associação filarmónica era composta essencialmente por operários provenientes da Fábrica de Lanifícios de Arrentela. A «Sociedade Filarmónica Operária Amorense» foi criada no ano de 1898, constituída nas suas primeiras décadas por operários vidreiros que trabalhavam na Fábrica de Vidros de Amora (que encerrou entre 1926-1927) e mais tarde, pelos operários corticeiros de Amora que trabalhavam nas fábricas das empresas «Mundet & C.^a Lda.» e «Produtos Corticeiros Portugueses Lda.»⁹⁸. A «Sociedade Musical 5 de Outubro» foi fundada no ano de 1888, originalmente chamada «Sociedade União e Capricho Aldeense». Com a implantação da República em 1910, no dia 5 de Outubro, que por coincidência tinha sido o mesmo dia da fundação da sociedade anos antes, levou a associação a alterar o nome da associação.⁹⁹

As direcções, bandas e grupos das filarmónicas eram constituídas geralmente por membros de origem nas classes operárias, e também por indivíduos com origens na pequena-burguesia e classes médias. Por falta de capacidade financeira, muitas destas associações possuíam membros beneméritos: indivíduos com grandes posses materiais e financeira, que auxiliavam as associações em momentos de crise ou para financiarem a aquisição ou manutenção de material. Os exemplos mais conhecidos destes membros beneméritos foram o industrial da moagem Manuel Joaquim de Oliveira (benemérito da «Timbre Seixalense»)¹⁰⁰ e a D. Branca Saraiva de Carvalho (da família Carvalho,

⁹⁶ *História do Concelho do Seixal. 3- Elementos para a história das colectividades*, 1ª Edição, Câmara Municipal do Seixal, 1982, pág.190

⁹⁷ *Ibidem.*, pág.59

⁹⁸ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.231

⁹⁹ *História do Concelho do Seixal. 3- Elementos para a história das colectividades*, 1ª Edição, Câmara Municipal do Seixal, 1982, pág.136

¹⁰⁰ FITAS, Fernando, *Histórias Associativas - Memórias da Nossa Memória. As Filarmónicas*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2001, págs. 13-15

proprietários agrícolas de Amora), benemérita da «Sociedade Filarmónica Operária Amorense, que cedeu à mesma associação o terreno onde seria construída a «verbena» que seria usada pela sociedade para organizar bailes, palestras e projecção de filmes.¹⁰¹ Nestas associações, além das originais bandas filarmónicas, ao longo dos tempos foram criados grupos de teatro, fado ou grupos que tocavam algum instrumento específico. Nas suas sedes, durante a passagem para o Ano Novo, na celebração de um aniversário de um importante membro ou durante a realização das festas tradicionais locais, eram realizadas sessões de animação, muito frequentemente com a realização de um baile. Muitas destas associações, senão todas, tinham o habito de possuir a sua própria biblioteca, para fomentar o gosto pela leitura. Além das suas sedes, as associações também dispunham dos seus coretos (uma estrutura ao ar-livre, com um telhado, localizado em praças), onde as bandas realizavam por vezes os concertos.

Durante o Estado Novo, as associações filarmónicas eram obrigadas a fazer um pedido prévio para a realização das suas actividades e a enviarem no início de cada ano, os nomes que compunham os seus corpos gerentes. Por outro lado, as autoridades locais também «convidavam» a presença das bandas destas filarmónicas numa cerimónia de inauguração de uma sede de uma outra instituição ou na inauguração de novos «melhoramentos públicos». As notícias na imprensa nacional e local referem sempre a presença das filarmónicas na grande maioria destas cerimónias. A recusa da presença das associações em se apresentarem em tais cerimónias podia ter consequências negativas para estas associações. Destas associações, aquela que durante a ditadura teve mais ligações à oposição e que foi o maior alvo por parte das autoridades locais foi a «Timbre Seixalense». Em 1946, esta associação filarmónica foi temporariamente encerrada por ordens do Governo Civil de Setúbal, porque esteve presente na sede desta um grupo musical de estudantes universitários que exibiram “...canções, de um estranho folclore, promovendo também recitativos considerados subversivos”.¹⁰² Este grupo de musical era o Coro de Amadores de Música de Lisboa, cujo mestre era o compositor Fernando Lopes-Graça (associado à oposição do regime e

¹⁰¹ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.235

¹⁰² MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pág.373

membro da MUD e do PCP), que esteve presente na sede da associação no dia 7 de Abril do mesmo ano.¹⁰³

2.2.2 – Outras associações

Além das filarmónicas, existiam outras associações no concelho: nomeadamente, associações recreativas e de desporto.

Das associações recreativas, foi possível identificar 3 existentes durante o Estado Novo: o «Grémio Recreativo Seixalense», a «União Recreativa Amorense» e o «Clube Recreativo da Cruz de Pau».

É desconhecida a data de fundação do «Grémio Recreativo Seixalense» e sabe-se pouco sobre este Grémio, com a excepção de que foram membros dos seus corpos-gerentes importantes dirigentes locais do Estado Novo, como António Manuel Viana Baptista, José Elísio Gonçalves Louro, António Policarpo Alves Ferreira e Cosme Narciso Lopes.¹⁰⁴ Manuel de Oliveira Rebelo, na sua monografia sobre o concelho (publicada pela primeira vez em 1959), refere a existência de um «Clube Recreativo Seixalense»¹⁰⁵, sobre o qual também não foi possível encontrar qualquer referência, em quaisquer fontes ou bibliografia. A «União Recreativa Amorense» surgiu no ano de 1934, inicialmente sendo uma associação desportiva dedicada à prática do futebol, com a designação «União Futebol Clube Amorense». Na década de 40, a falta de meios levaria ao fim da prática deste desporto, sendo que a colectividade passou a ser apenas uma associação dedicada à cultura e ao recreio, passando a designar-se como «União Recreativa». A associação encerrou nos finais da Década de 60.¹⁰⁶ O «Clube Recreativo da Cruz de Pau» foi fundado em finais de 1954, por iniciativa da Comissão Organizadora das festas populares da localidade de Cruz de Pau (freguesia de Amora).¹⁰⁷ Destas 3 associações recreativas, é a única ainda existente.

As associações de desporto existentes na época são mais numerosas e muitas delas remontam as suas origens aos anos finais da I República. Muitas delas iniciaram-

¹⁰³ *História do Concelho do Seixal. 3- Elementos para a história das colectividades*, 1ª Edição, Câmara Municipal do Seixal, 1982, pág.179

¹⁰⁴ *Grémio Recreativo Seixalense*, in *O Seixalense*, Nº180 de 08/01/1933, pág.4

¹⁰⁵ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra...Op. Cit.*, pág.131

¹⁰⁶ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.256-257

¹⁰⁷ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, págs.268

se como clubes de futebol, sendo que mais tarde, estas associações se expandiram e incluíram outras modalidades desportivas para serem praticadas.

Durante a I República, terão existido no concelho vários clubes desportivos, como o «Sport Lisboa e Seixal», o «Sporting Seixalense», o «Seixal Sport Clube» e o «Sport Clube Seixalense».¹⁰⁸ Em 1921, foi fundado o «Amora Futebol Clube» e em 1925, foram fundadas nas restantes 3 freguesias do concelho os seus respectivos clubes de futebol: o «Atlético Clube de Arrentela», o «Paio Pires Futebol Clube», o «Independente Futebol Clube Torrense» e o «Seixal Futebol Clube». Cosme Narciso Lopes, antes de ser Presidente da CMS, tinha sido dirigente do «Seixal Futebol Clube».¹⁰⁹ Surgiu por volta da Década de 50 o «Grupo Desportivo da Mundet» (pertencente à gerência da fábrica da «Mundet», na freguesia do Seixal). Segundo o relato de Adelino Tavares (que trabalhou para a «Mundet & C.^a Lda.»), este grupo desportivo era uma colectividade com um certo elitismo e nele se praticavam vários desportos como o futebol, hóquei, basquetebol e patinagem.¹¹⁰ Desapareceu em data incerta.

A prática do futebol ganhou importância de tal forma entre as crianças seixalenses, que por vezes, jogando este desporto na rua, eram muitas vezes repreendidas e perseguidas pela polícia.¹¹¹ De acordo com as memórias de Ângelo Matos Piedade, na sua juventude este teve um amigo de nome António Ratinho, que “...foi morto a tiro pela GNR (quem havia de ser) após um turbulento jogo de futebol, entre o Seixal e a CUF”.¹¹² Não foi encontrada qualquer referência a este caso (sobre o qual o autor das memórias não pode ser questionado, pois já faleceu).

2.2.3 – As cooperativas de trabalhadores

No concelho do Seixal, existia apenas desde 1911 a «Cooperativa Operária de Consumo 31 de Janeiro de 1911». Esta cooperativa era popular entre a população da

¹⁰⁸ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra... Op. Cit.*, pág.125

¹⁰⁹ *Ibidem.*, pág.36

¹¹⁰ Entrevista a Adelino Tavares, a 07/08/2000 - Fundo de entrevistas do Ecomuseu Municipal do Seixal

¹¹¹ Relato da entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio

¹¹² PIEDADE, Ângelo Matos, *Memórias Escolhidas... Op.Cit.*, pág.99 (refere-se a um jogo entre o «Seixal Futebol Clube» e o «Grupo Desportivo da CUF», pertencente à mesma empresa, sediada no Barreiro)

freguesia do Seixal, devido aos seus preços acessíveis.¹¹³ A esta cooperativa pertenceu o «velho republicano» Joaquim dos Santos Boga, como tesoureiro no ano de 1918.¹¹⁴

A outra cooperativa que existiu durante a vigência do Estado Novo foi a «Cooperativa de Consumo Progresso e União Amorense», foi fundada num longo processo ocorrido na Década de 40. Esta foi criada a partir da iniciativa de um grupo de operários da freguesia de Amora, que após terem em 1942 adquirido uma barraca da fábrica local da «Mundet» para o estabelecimento de uma cantina para a venda de artigos de mercearia a preços baixos.¹¹⁵ Após o encerramento da cantina em finais da Década de 40, os operários responsáveis decidiram criar uma comissão para elaboração de estatutos da futura cooperativa¹¹⁶ e da sua escritura pública no Cartório Notarial do Seixal, sendo que a cooperativa é oficialmente constituída no ano de 1949 e mais tarde, em 1953, foi inaugurada a sua sede. A venda dos seus produtos a preços baixos era algo de muito inquietante para os donos de padarias, comerciantes e os industriais de padaria, ao ponto que os membros da cooperativa eram “...apelidados de comunistas pelos seus opositores e concorrentes”.¹¹⁷

Em 1948, produtores agrícolas dos concelhos de Almada e Seixal fazem a escritura pública no Cartório Notarial de Almada de uma nova cooperativa que abrangia os 2 concelhos, designada «Cooperativa Agrícola Leiteira dos Concelhos de Almada e Seixal», destina à exploração do e venda de leite do gado sob a posse dos associados da cooperativa.¹¹⁸ Esta, ao contrárias das já mencionadas, funcionava como «anexa» ao Grémio da Lavoura de Almada e Seixal, ou seja, a sua actividade era dependente desse organismo corporativo. Em 1954, no Conselho-Geral do Grémio da Lavoura de Almada e Seixal discutiu-se ao assunto sobre “...a exploração dos postos de recepção e concentração do leite (...)”, sendo que foi decidido pelo Conselho Geral que estes continuavam, provisoriamente, a serem explorados pela «Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite dos Concelhos de Almada e Seixal». A seguir, foi discutido o assunto sobre a possível saída da mesma cooperativa da sede do Grémio, criando assim a sua própria sede. O membro do Grémio, Tenente-Coronel Joaquim Ribeiro da Cruz

¹¹³ Relato da entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio

¹¹⁴ PALAIO, António Augusto, *Seixal e os Compadres Republicanos*, [s.e.], 2010, pág.30

¹¹⁵ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.260

¹¹⁶ *Estatutos da Progresso e União Amorense, Sociedade Cooperativa*, Amora, [s.e.], 1957

¹¹⁷ *Ibidem.*, pág.264

¹¹⁸ *Estatutos da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite dos Concelhos de Almada e Seixal*, Almada, Tipografia Machado Lda., 1953

manifestou a “ (...) sua discordância com essa saída, porquanto não lhe parecia justo em face das disposições contidas no artigo 9º do Decreto-Lei Nº39178, de 20 de Abril de 1953, devendo as duas entidades viverem em íntima colaboração e sendo o Grémio quem organizou a referida Cooperativa, dando-lhe toda a sua colaboração, está assim se desligasse dele (...)”. Os outros membros do Conselho-Geral concordaram, o que levou a ser declarado que a cooperativa não estava “ (...)em condições financeiras, de alterar, nesta ocasião, o seu ritmo de vida”.¹¹⁹ Existia também uma «Cooperativa da Fábrica de Lanifícios de Arrentela», sobre a qual não foi encontrada qualquer documentação ou referência bibliográfica (desconhece-se também a data da sua fundação), presumindo-se que esta não era legalmente reconhecida.¹²⁰

No *Boletim Cooperativista* (cuja publicação se iniciou em 1951 e cujo director era António Sérgio, membro da oposição ao Estado Novo), dedicado a promover o cooperativismo e a noticiar a actividade das cooperativas existentes no país, dedicou-se também a referir a actividade das cooperativas existentes no concelho. No Nº55 deste (do mês de Abril de 1958), o mesmo boletim realizava uma entrevista ao membro da Direcção da «Cooperativa 31 de Janeiro de 1911», Raul da Silva Canal.¹²¹

¹¹⁹ Eco-Museu Municipal do Seixal – Fundo da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal – Livro de Actas do Conselho-Geral (1949-1954), Acta Nº24 (datada de 18/03/1954)

¹²⁰ *Anuário Comercial de Portugal* (Vol. II), Lisboa, 74ª Edição, Empresa Nacional de Publicidade, 1954, pág.3839

¹²¹ OUVINDO O SEIXAL, in *Boletim Cooperativista*, Nº55 do mês de Abril de 1958, pág.2

Capítulo III – O concelho do Seixal nos finais da I República e durante a Ditadura Militar

1 – O concelho do Seixal nos anos finais da 1ª República (1925-1926)

Como é reconhecido pela historiografia do Portugal Contemporâneo, o regime político conhecido como a I República demonstrou-se ser incapaz de se reformar e dar uma resposta “...à crise que agravadamente abalava o sistema liberal e a vida do país”.¹²²

Tendo em conta o «monopólio do poder» do Partido Democrático, a situação no Seixal não era muito diferente. Durante a I República, o PRP dominou (com a excepção do período do «consulado Sidonista», em 1918) as vereações da Comissão Executiva da Câmara Municipal e do Senado Municipal. Os 2 mais importantes «velhos republicanos» que dominaram a vida política concelhia durante vários anos foram Alfredo dos Reis Silveira¹²³ e Joaquim dos Santos Boga.¹²⁴

Através de várias fontes, mas principalmente da imprensa nacional, foi possível determinar como estavam representadas as forças político-partidárias no concelho do Seixal nos finais do período conhecido como a «Nova República Velha». Um ofício enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Lisboa, em meados de 1925, detalha que em relação à política local, a principal força política no concelho era a dos democráticos (apoiantes do PRP), e que os os nacionalistas (apoiantes do Partido Republicano Nacionalista) eram representados por “...*meia dúzia de monárquicos que querem ingressar na República para satisfazer os seus fins (...)*”, e que estes teriam alguns votos caso “ (...) *os monárquicos de convicção não*

¹²² ROSAS, Fernando, “A República do pós-guerra”, in *História da I República Portuguesa*, (coord. com Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta da China, 2011, p.409

¹²³ Alfredo dos Reis Silveira (1871-1935) – foi empresário da indústria naval; deteve o cargo de Presidente da Câmara Municipal entre 1910 e 1917, e novamente entre 1923 e 1924; foi um influente membro de associações locais como a Delegação da Cruz Vermelha no Seixal, a Sociedade Filarmónica União Seixalense, a Associação de Beneficência Escolar do Seixal e a Associação Comercial e Industrial do Seixal, tendo igualmente o cargo de presidente de algumas destas associações

¹²⁴ Joaquim dos Santos Boga (1869-1943) – foi operário e carpinteiro naval; foi fundador do Centro Republicano Seixalense, foi Presidente da Câmara Municipal entre 1924 e 1925 e Presidente do Senado Municipal entre 1915 e 1917; foi Presidente do Conselho Fiscal da «Cooperativa 31 de Janeiro de 1911», em 1918; ao contrário de Alfredo dos Reis Silveira, de um temperamento mais moderado, Boga representava um republicanismo mais radical e anti-clerical, sendo conhecido pela sua retórica mais agressiva, o que lhe valeu críticas de outros republicanos, como Bourbon e Meneses – PALAIO, António Augusto, *Seixal e os Compadres Republicanos*, s.l., 2010, págs.31-43

apresentarem candidatos.”¹²⁵ Acusarem os republicanos opostos ao PRP de serem «monárquicos» era um hábito normal entre os democráticos, mas neste caso, tal acusação pode não ser de todo infundada: um dos membros do Partido Republicano Nacionalista no Seixal era José O'Neill Pedrosa¹²⁶, um «adesivo», que aderiu ao regime republicano após a sua implantação, tendo pertencido a partidos políticos republicanos como o Partido Republicano Liberal¹²⁷ e ao Partido Republicano Nacionalista.¹²⁸ A comissão concelhia deste último partido, no Seixal, foi criada em Julho de 1923.¹²⁹

A política monárquica fazia-se representar através da influência eleitoral do rico proprietário Manuel Luís de Carvalho¹³⁰ e do seu filho, Manuel Saraiva de Carvalho, sendo que no entanto, havia dificuldades por parte destes na tentativa de algum sucesso eleitoral, como demonstra a eleição ocorrida para a vereação da junta de freguesia de Amora, em Novembro de 1922 (durante as eleições administrativas/municipais e paroquiais), em que os Carvalho foram presos momentaneamente pelo Administrador do Concelho e foram expulsos da assembleia da mesa apuradora dos resultados eleitoral dessa mesma eleição.¹³¹

A esquerda republicana, representada pelo Partido Radical e pelo Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática/PRED (só em Abril de 1926 o grupo parlamentar se assumiria como um partido separado do PRP), detinha uma presença significativa, como demonstrou o historiador António Queirós, pois além da existência de uma comissão municipal do partido, no concelho existiram comissões paroquiais em todas as 4 freguesias do concelho.¹³² Durante a propaganda eleitoral que precedeu às eleições legislativas de 1925, aderiram à «Esquerda Democrática» vários republicanos do

¹²⁵AHCMS - Fundo da Administração do Concelho do Seixal – Correspondência Recebida – ofício s.d., provavelmente enviando em finais de Junho de 1925, em resposta a um telegrama do Governo Civil de Lisboa

¹²⁶José O'Neill Pedrosa (1846-1939) – proprietário; foi Presidente da Câmara Municipal do Seixal entre 1887 e 1889, e entre 1898 e 1900; pertenceu ao Partido Progressista e detinha grande influência política no concelho durante a Monarquia Constitucional; na I República, aderiu a alguns partidos republicanos, e parece ter abandonado a actividade política após o golpe de 28 de Maio de 1926

¹²⁷A sua adesão a este partido foi noticiada no N°4945 do jornal *A Lucta*, de 2/11/1920

¹²⁸A sua adesão a este partido foi noticiada no N°3755 do jornal *República*, de 13/03/1923

¹²⁹In *O Ribatejo*, de 01/08/1923

¹³⁰Manuel Luís de Carvalho (1863-1946) – rico proprietário agrícola, que habitava na freguesia de Amora; foi membro do Partido Regenerador durante a Monarquia Constitucional; foi opositor ao regime da I República, tendo participado algumas vezes em eleições municipais e paroquiais contra as listas republicanas para a Câmara Municipal e para a junta freguesia de Amora

¹³¹In *Correio da Manhã*, de 27/11/1922– no entanto, a lista apoiada pela família Carvalho conseguiu ganhar a mesma eleição

¹³²QUEIRÓS, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, pág.206

concelho, incluindo o próprio Joaquim dos Santos Boga (na altura, Presidente da Câmara Municipal).¹³³

A UIE - União dos Interesses Económicos (partido político que representava os interesses do patronato de vários sectores da economia) fazia-se representar no concelho através dos delegados que possuía na Associação Comercial e Industrial do Seixal (associação representativa dos interesses do patronato do concelho, que terá sido criada no ano de 1913), que em 1925, eram Casimiro José Sabido e José Vicente Oliveira Herdeiros.¹³⁴ No mesmo ano, esta Associação esteve entre várias associações patronais que protestaram contra o encerramento da Associação Comercial de Lisboa, pelo governo «canhoto» de José Domingues dos Santos, em Janeiro de 1925.¹³⁵

Do lado oposto, o operariado (que representava uma considerável proporção da população do concelho) defendia os seus interesses de classe através de várias associações de classe existentes no concelho: o Sindicato Único da Construção Naval na Margem Sul do Tejo na Vila do Seixal, a Associação de Classe Piscatória da Vila do Seixal, a Associação de Classe dos Manufactores de Lanifícios da Arrentela, Associação de Classe dos Descarregadores de Mar e Terra do Seixal, a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil do Seixal, a Associação de Classe dos Operários Vidreiros de Amora e a Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal, sendo que grande parte destas uniam-se na União Local dos Sindicatos do Seixal, pertencente à Confederação Geral do Trabalho.¹³⁶ Destas associações, a da classe piscatória era a mais conservadora e a mais afastada das influências ideológicas do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo (este conservadorismo pode se explicar devido à grande influência que o culto a S. Pedro, o santo-padroeiro dos pescadores na religião católica, detinha entre a classe piscatória do Seixal), segundo um relatório de delegados federais da Federação das Juventudes Sindicalistas da Região Portuguesa.¹³⁷

¹³³ Em 31 de Outubro de 1925 e em 1 de Novembro de 1925, ocorreram no concelho do Seixal 2 comícios políticos, usados pela «Esquerda Democrática» para propaganda eleitoral a favor do seu candidato ao Círculo Eleitoral de Setúbal, o deputado Tavares de Carvalho; In *O Mundo*, N°8484 e N°8485, de 1/11/1925 e de 2/11/1925, respectivamente

¹³⁴ *Vida Associativa*, in *O Seixalense*, N°2 de 15/03/1925, pág.3

¹³⁵ In *Diário da Câmara dos Deputados*, de 16/02/1925, pág.4

¹³⁶ Estas associações de classe estão presentes no Fundo das Associações de Classe do ANTT e algumas são mencionadas no *Almanaque de A Batalha - 1926*, pref. de Maria Filomena Mónica, Edições Rolim, 1987

¹³⁷ «...A classe mais forte da vila, quanto a número, é a marítima, seguindo-se a corticeira que conta 1000 componentes. Infelizmente, a primeira classe é vítima do fanatismo religioso, e os seus

Em relação a forças políticas, como os socialistas e os católicos, chegou-se à conclusão de que estes, na época, possuíam pouquíssima ou não tinham qualquer influência política no Seixal. De acordo com as notícias visualizadas sobre as eleições legislativas e administrativas de 1925, no Seixal, os socialistas (tal como aconteceu em grande parte do país) coligaram-se com o Partido Democrático/PRP, demonstrando assim a sua dependência face a este e a fraca influência política que o PSP detinha no jogo partidário da I República.¹³⁸ Em relação aos católicos, esta situação pode-se explicar devido à forte repressão anti-clerical e anti-religiosa que os poderes públicos causavam face ao culto católico. De acordo com uma carta que foi enviada por José O'Neill Pedrosa ao deputado do Centro Católico, António Lino Neto, em Maio de 1921, existiam apenas 2 padres responsáveis pelos serviços em 4 paróquias no concelho do Seixal¹³⁹; em 1922, o senador monárquico Oriol Pena queixava-se do facto de o pároco responsável pelas freguesias do Seixal e Paio Pires sentir-se ameaçado e não poder habitar no concelho¹⁴⁰; e em Outubro de 1925, houve um caso em que os indivíduos responsáveis pela angariação de donativos para a festa de Todos-os-Santos foram presos, por vestirem vestes religiosas que atentavam contra a legislação disposta na Lei de Separação.¹⁴¹

Por fim, antes do golpe militar de 28 de Maio de 1926, o Seixal esteve envolvido na situação do movimento revolucionário de 2 de Fevereiro de 1926, conhecido como «A Revolução de Almada», liderado pelos republicanos Martins Júnior e Manuel de Lacerda de Almeida, e associada às pretensões golpistas do Partido

componentes, quer jovens, quer adultos, não admitem discussões sobre pontos religiosos...Isto, a dois passos de Lisboa, é quase inacreditável.; In Arquivo Histórico-Social, Cx.97, Ms.505

¹³⁸ “...O Partido Socialista apresentou-se em poucos círculos. Em Lisboa e Porto integrou a Conjunção Republicano-Socialista. Era, então, um pequeno grupo sem força e sem grande prestígio. Que, além disso, se encontrava dividido entre os que consideravam que o partido devia ir sozinho às eleições ou coligado com outras forças políticas, nomeadamente com o PRP. Venceu a tese dos segundos”, in QUEIRÓZ, António José, “As eleições legislativas de 1925”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, N°11, Porto, 2010, pág.66

¹³⁹ Carta de José O'Neill Pedrosa, de 21/05/1921, para António Lino Neto, In Arquivo António Lino Neto, Cx.21, mç.4, doc.11

¹⁴⁰ “...Ora acontece que, ainda ultimamente, nubentes tiveram de vir confessar-se a Lisboa, para poderem receber o sacramento do casamento, e isto porque o reverendo...não pode ali residir, ameaçado da maus tratos, e até de morte, por meia dúzia de díscolos, que, contando com a protecção do administrador do concelho, se permitem toda anualidade de perseguições e desatinos!”, In *Diário do Senado da República*, de 26/04/1922

¹⁴¹ “(...) foram presos, pelo Delegado do Governo, quando andavam angariando donativos para as festas de Todos os Santos, os srs. Manuel Castanheira da Brito...O motivo em que a autoridade fundamentou a prisão, reside no facto de os referidos indivíduos, trazerem vestidas as opas, durante o peditório, o que a referida autoridade considerou como atentorio ao disposto na Lei da Separação”, *Do Concelho*, in *O Seixalense*, N°19 de 01/11/1925, pág.2

Republicano Radical. A presença das forças revolucionárias foi recebida no concelho “...com a maior indiferença”.¹⁴²

2 – A Ditadura Militar e as suas repercussões no concelho

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 que iria pôr termo ao regime surgiu de um conjunto de conspirações militares e de um pacto político com um programa mínimo, que seria terminar com o monopólio do poder possuído pelo Partido Democrático/PRP, sendo que o golpe seria inicialmente apoiado por forças políticas que abrangiam desde a “...*esquerda republicana à direita fascizante*”.¹⁴³

O quinzenário titulado *O Seixalense*, que iniciara a sua publicação em Março de 1925 e que se assumia como pró-regionalista e politicamente «independente», demonstrava-se logo no seu 1º ano de publicação como um grande crítico do sistema político-partidário da I República. O redactor principal do jornal, quando este surgiu, era Fernando José Casanova Ferreira, que tinha sido director do jornal *O Sidonista* (publicado entre 1920 e 1922) e sido vice-presidente da Direcção da Juventude Republicana Sidonista.¹⁴⁴ Antes das eleições legislativas de Novembro do mesmo ano, este jornal já apelava ao “...*levantamento da Nacionalidade (...)*”, e que era “ (...) *tempo de pensarmos a sério no destino da Nacionalidade e de acabarmos de vez, com as intrigas políticas que, prejudicando o País, só beneficiam os que vivem comodamente dessas artimanhas*”.¹⁴⁵ Os alvos principais das críticas do jornal à governação do país são a carestia de vida e os altos impostos.¹⁴⁶ Igualmente, era crítico das 2 últimas vereações da Câmara Municipal do Seixal (de Joaquim dos Santos Boga, entre 1924-1925, e de Leopoldino Gonçalves de Almeida, de 1926), pela incapacidade destas na realização de profundos «melhoramentos» ao concelho. Dias antes do golpe militar de 28 de Maio, o jornal ferozmente aclamava: “...*Abaixo aos políticos!... Por Portugal regenerado!...Fora os traidores!...*”.¹⁴⁷

¹⁴² A descrição pormenorizada da presença deste movimento revolucionário no Seixal é visível no artigo *Movimento Revolucionário*, do jornal *O Seixalense*, Nº26 de 07/02/1926 (pág.2)

¹⁴³ ROSAS, Fernando, “O Estado Novo: 1926-1974”. Vol. VII. In *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, págs.151 e 152

¹⁴⁴ LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.76

¹⁴⁵ *Pequenas considerações sobre um importante assunto*, in *O Seixalense*, Nº11 de 12/07/1925, pág.1

¹⁴⁶ Críticas visíveis no artigo *Pão Nosso...Mais Uma!*, in *O Seixalense*, Nº12 de 26/07/1925 (pág.2), e no artigo *Novo Governo*, in *O Seixalense*, de 09/08/1925 (pág.1)

¹⁴⁷ *Ibidem*, de 23/05/1926, pág.1

Quando o golpe militar que poria termo ao regime da I República se sucedeu, vieram (de acordo com uma notícia do jornal *O Século*) do Barreiro para o Seixal no dia 30 de Maio “...alguns sargentos e civis armados, elementos do Partido Republicano Radical. Vieram tomar conta do telefone e telegrafo e substituírem a autoridade administrativa, tendo nomeado administrador o sr. João da Costa e substituído o sr. José Nunes. Foi detido pelos civis e sargentos o cabo comandante do posto da GNR, que seguiu com os captores para o Barreiro”.¹⁴⁸ Segundo a notícia de outro jornal da capital, é explicado que as forças civis e militares associadas ao mesmo partido eram a favor do golpe militar, e que no dia 2 de Junho, uma força militar do Regimento de Infantaria Nº16 teria restabelecido o controlo do Barreiro e do Seixal, desarmando e prendendo os marinheiros da Escola do Vale do Zebro e civis sublevados que tinham participado a favor do golpe militar, com a justificação de que estes estavam “...aliados a elementos de radicalismo locais”.¹⁴⁹

O golpe foi recebido pelo jornal *O Seixalense* positivamente¹⁵⁰, e este chega a apoiar a Censura Prévia estabelecida pelo Decreto Nº11839 de 5 de Julho de 1926, afirmando que a nova legislação merecia “o nosso inteiro aplauso, exactamente por termos arreigada, a certeza de que não seremos punidos por ela nem por qualquer outra, porque não prevaricaremos...todas as medidas de repressão são admissíveis, quando se pretende moralizar”.¹⁵¹ Na redacção deste jornal, estavam presentes muitos indivíduos que acabariam por destacarem-se em cargos administrativos, no concelho do Seixal, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. O correspondente do jornal republicano *O Mundo*, de Lisboa, durante alguns números, criticou em Junho de 1926 o que considerava serem as tentativas dos monárquicos do concelho do Seixal em quererem propor alterações dos postos da administração no poder local.¹⁵² Entre aqueles que o correspondente nomeia como monárquicos é Fernando Casanova Ferreira,

¹⁴⁸ In *O Século*, de 31/05/1926, pág.4; Uma interessante curiosidade é o facto de Gomes da Costa, que liderou a marcha de Braga para Lisboa que consolidou o sucesso do golpe militar, ter sido membro do mesmo partido político dos revoltosos

¹⁴⁹ “*O Barreiro e o Seixal são ocupados por forças de infantaria 16*”, in *O Mundo*, de 03/06/1926

¹⁵⁰ “... o Movimento Nacional de Revolta, que vem de sair victorioso, é a verdadeira reacção do Povo Português contra a prepotência dos políticos... esperamos sinceramente que se comece uma vida nova”, do artigo *Serenamente à margem dos factos*, in *O Seixalense*, Nº34 de 06/06/1926, pág.1

¹⁵¹ *A SITUAÇÃO*, in *Ibidem.*, Nº36 de 11/07/1926, pág.1

¹⁵² “...Os monárquicos deste concelho, têm organizado várias comissões com vários caracteres para protestarem contra a nomeação do actual administrador João da Costa Júnior...Prevenimos o ilustre presidente do Ministério e o sr. governador civil, de todos estas manigâncias contra velhos republicanos” - *Os monárquicos - Nas administrações de concelho*, in *O Mundo*, Nº8585, de 15/06/1926, pág.2

redactor do jornal *O Seixalense*, sendo que este viu-se obrigado a responder ao mesmo jornal da capital, esclarecendo que não era monárquico.¹⁵³

Durante o período da Ditadura Militar (1926-1933), o concelho do Seixal teve 9 Administradores do Concelho e apenas 3 Presidentes da CMS.¹⁵⁴ Apesar das grandes expectativas que os apoiantes seixalenses do regime militar tinham, estas são logo afectadas por uma nova pretensão por parte deste: a abolição da Comarca Judicial do Seixal. Logo que os rumores da pretendida abolição se fazem ouvir, *O Seixalense* publicou em Novembro de 1926 um número suplementar, criticando os interesses do concelho do Barreiro, por estes desejarem que essa mesma vila se tornasse o centro da nova Comarca Judicial que substituiria a do Seixal. Apesar do Ministério da Justiça não confirmar tais rumores, a permanência da Comarca do Seixal estava apenas provisoriamente garantida.¹⁵⁵ Seria pelo Decreto Nº13917 de 9 de Julho de 1927 que, juntamente com várias comarcas por todo o país, a Comarca do Seixal seria extinta. Em 1928, perante rumores de que a comissão governamental responsável por uma reforma administrativa estava a considerar extinguir o próprio concelho do Seixal, a redacção do jornal critica, naturalmente, tais pretensões, mas moderando na sua retórica, afirmando no fim do artigo que “...se formos forçados a assistir ao funeral do nosso concelho, que o façamos com a tristeza que nos é natural, mas o orgulho de termos lutado, dentro do campo da razão, até ao último momento, como é nosso dever”.¹⁵⁶

Enquanto a controvérsia reunida à volta da extinção da Comarca se mantinha, o concelho do Seixal via aparecer um novo órgão de imprensa, titulado *A Voz do Seixal*, que surgiu no mesmo ano.¹⁵⁷ Assumia-se, tal como *O Seixalense*, como um órgão de imprensa regionalista, defensor dos interesses do concelho do Seixal e indiferente à

¹⁵³ “...Sou novo, mas prezo-me de sempre ter sido republicano, princípio esse que me vem desde os bancos do liceu. Nunca fui democrático e, por isso mesmo, aqueles que o foram ou são, não tendo perdido ainda os vícios de origem, sendo eu, presentemente só republicano, sem filiação partidária, divertem-se com muito mau gosto, apelidando-me de monárquico.” - excerto da carta enviada por Fernando Casanova Ferreira, no artigo *Os monárquicos - Nas administrações de concelho*, in *Ibidem*, Nº8587, de 17/06/1926, pág.2

¹⁵⁴ Ver Anexo VIII com a lista dos Administradores do Concelho e Presidentes da CMS durante a Ditadura Militar

¹⁵⁵ *Ibidem*, número suplementar ao Nº45, publicado em 24/11/1926

¹⁵⁶ “*O Concelho do Seixal – A Extinção*”, In *Ibid*, de 30/09/1928, pág.1

¹⁵⁷ *A Voz do Seixal* surge nos seus 2 primeiros números em formato de revista, sendo que a partir do Nº3, ressurgiu no formato de um jornal quinzenário; quando surgiu, o administrador e editor da revista era Amadeu Alves Dinis (?-1949), que anteriormente tinha feito parte da redacção do jornal *O Seixalense*

política.¹⁵⁸ A partir de finais de 1930, o jornal passa a titular-se como “*Jornal Republicano Regionalista*”, tendo se até filiado na Federação da Imprensa Republicana.¹⁵⁹ No entanto, este jornal seria vítima dos entraves causados pela Censura, sendo que parece ter estado suspenso durante um período de tempo indeterminado, entre meados de 1928 e Outubro de 1930, tal e qual como um processo do jornal no Fundo do Secretariado Nacional de Informação demonstra.¹⁶⁰ Em 1930, o próprio Amadeu Alves Dinis sofreria um processo da Polícia Correccional, por não ter comparecido a um acto de interrogação pedido pelo então Administrador do Concelho, Henrique Hélder Pedroso, desrespeitando assim o art.º188 do Código Penal. Por justificação de ter estado doente no dia do interrogamento, o réu foi absolvido.¹⁶¹ Apesar do processo não mencionar a razão pelo qual Amadeu Alves Dinis foi interrogado, é provável que esta deve-se a uma perseguição política realizada pelo mesmo Administrador do Concelho.¹⁶² Mesmo assim, já em pleno Estado Novo, *A Voz do Seixal* apareceria num relatório do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) sobre os anos de 1933 e 1934, estando apontando no mesmo relatório como sendo um jornal «situacionista», em Dezembro de 1933.¹⁶³ Os 2 órgãos de imprensa parecem terem tido, entre si, sentimentos de desdém: em 1933, perante boatos de que os jornais iriam se unir para criar um único órgão de imprensa local, *O Seixalense* respondeu que tais boatos não eram verdade e que qualquer união entre estes nunca poderia vir a ocorrer, pela razão de

¹⁵⁸ Em artigo no seu N.º3, titulado *Política Local*, o jornal afirma respeitar os representantes de todos os credos políticos, incluindo até «anarquistas» e «bolchevistas» - In *A Voz do Seixal*, N.º3 de 28/07/1927, pág.2

¹⁵⁹ In *Ibidem.*, N.º76 de 30/10/1930, pág.1

¹⁶⁰ Em 1929, o Administrador do Concelho, Henrique Hélder Pedroso, queixou-se no mês de Setembro à Direcção-Geral da Censura, pela razão de o Director do jornal ter publicado um placard de notícias sem a sua autorização do mesmo, in ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação, Censura, Cx.712, Processo N.º755; *O Seixalense* noticiou, em inícios de 1929, que o jornal tinha sido suspenso pela Comissão de Censura, porque este devia uma multa de 500 escudos à mesma Comissão – *Pela Censura*, in *O Seixalense*, de 06/01/1929, pág.1

¹⁶¹ Arquivo Distrital de Setúbal – Tribunal Judicial da Comarca de Almada – Cota Actual: 14/10658/23938 (Processo da polícia correccional, sobre Amadeu Alves Dinis)

¹⁶² Num artigo escrito pelo próprio Amadeu Alves Dinis, no jornal *A Voz do Seixal*, em 1931, este menciona que Henrique Hélder Pedroso terá feito “...três pedidos da minha deportação em 5 de Janeiro de 1928, 4 de Maio de 1929, e 7 de Setembro do mesmo ano, para que me fosse fixada residência em Ponta Delgada, Funchal, e por último onde pudesse ser e tantas outras perseguições nunca tiveram eco, nos poderes centrais, tendo apenas servido de recreio a redacção dos seus pretendidos desejos”, sendo que não nos foi possível determinar, no entanto, as razões pelas quais os pedidos de deportação foram feitas - In *A Voz do Seixal*, de 24/06/1931, pág.3

¹⁶³ BARROS, Júlia Leitão de, “O Cerco Ideológico do Estado Novo à Imprensa da «Província»”, in *Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura*, N.º5/6, 2005, pág.298

a sua redacção não puder trabalhar com indivíduos de *A Voz do Seixal*, que possuía uma orientação diferente.¹⁶⁴

A Voz do Seixal noticiou que no dia 28 de Junho de 1927, uma comissão de importantes influentes indivíduos do concelho, que incluíam Alfredo dos Reis Silveira, Amadeu Alves Dinis, José O'Neill Pedrosa e o na altura Presidente da Câmara, Francisco Maria Gonçalo, teve audiência com o Presidente da República, o General Óscar Carmona, relacionada com a Comarca do Seixal, sendo que esta audiência não conseguiu evitar a sua extinção.¹⁶⁵ Muitos dos «melhoramentos públicos» que eram desejados pelos seixalenses durante a Ditadura Militar levaram à criação de uma Comissão de Melhoramentos do concelho, cujo presidente era José O'Neill Pedrosa, que entre os vários melhoramentos exigidos pela mesma, destacavam-se: o estabelecimento de luz elétrica por todo o concelho, o melhoramento ou substituição do imposto ad-valorem, a regularização do fornecimento de água potável por todo o concelho, a dragagem do Rio Judeu, o fornecimento de um subsídio de Estado à delegação da Cruz Vermelha no Seixal e a reparação de várias estradas.¹⁶⁶

3 – O «Revirvalho»

O «Revirvalho», termo usado pela historiografia contemporânea para se referir à oposição política e militar (e na sua grande maioria, insurrecional) do republicanismo demo-liberal -nomeadamente, do republicanismo de esquerda e dos sectores não-colaboradores do Partido Democrático/PRP - à Ditadura Militar e aos primeiros anos do Estado Novo, sendo representado por sectores da sociedade urbana que tinham sido «postos de lado» do “*espaço político polarizado pela Ditadura, após a derrota de Mendes Cabeçadas e a imposição do Governo do general Óscar Carmona, em Julho de 1926*”.¹⁶⁷

¹⁶⁴ “...nunca poderíamos trabalhar ao lado dalgumas pessoas que fundaram o outro jornal, em vista da sua orientação jornalística não estar de harmonia com o que se coaduna com o nosso espírito independente, e simplesmente regionalista” – *Pela Redacção*, in *O Seixalense*, Nº191, de 03/12/1933, pág.1

¹⁶⁵ *A Voz do Seixal*, de 14/07/1927, pág.12

¹⁶⁶ A lista dos melhoramentos defendidos pela mesma Comissão está presente numa exposição que O'Neill Pedrosa publicou no jornal *O Seixalense*, de 17/06/1928, pág.2

¹⁶⁷ “O mito de que a República liberal caiu facilmente sem luta nem apoio social ou político”, in ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, 2013, pág.65

No concelho do Seixal, apesar de não descartar-mos da existência de uma oposição «reviralhista», através das fontes visualizadas não nos foi possível determinar a existência de uma actividade conspiradora de «reviralhistas» seixalenses que pretendessem participar activamente ou que participaram nos movimentos revolucionários que representaram a época do «Revirvalho».¹⁶⁸ A existência de uma loja maçónica instalada em Outubro de 1928 – a «Triângulo N°276», que “*desapareceu na clandestinidade*” - poderá ter servido como um centro de sociabilidade entre opositores à Ditadura Militar, apesar de não nos ter sido possível adquirir informação suficiente sobre a actividade da mesma.¹⁶⁹ Num artigo escrito em um número do jornal *A Voz do Seixal*, no ano de 1938, Amadeu Alves Dinis relata que sendo Administrador do Concelho quando ocorreu a «Revolução de Fevereiro», este foi responsável pelo policiamento local durante os dias do movimento revolucionário, afirmando orgulhosamente o «ordeirismo» do povo seixalense e o facto de não ter havido sinais de apoio ao mesmo movimento.¹⁷⁰ Em relação aos outros movimentos revolucionários do «Revirvalho», as fontes, a imprensa local e nacional não dão sinais de quaisquer repercussões que estes tivessem no concelho do Seixal. Uma possível explicação para este factor é provavelmente o facto de, durante a época da Ditadura Militar, os republicanos seixalenses terem esperança em atingir uma «reconstitucionalização» da República, através de uma via pacífica e eleitoral. Uma notícia da imprensa local fez referência a um jantar organizado pela Liga da Mocidade Republicana (organização de estudantes universitários republicanos) e que se realizou no Seixal, no dia da celebração da implantação da República (5 de Outubro de 1930), que tinha sido organizado pela delegação local desta Liga, demonstrando que esta era activa no concelho.¹⁷¹

Em meados de 1931, o sector republicano da Ditadura Militar parecia querer dar sinais em atingir esta via, visto que em Maio do mesmo ano, o Decreto N°19694

¹⁶⁸A «Revolução de Fevereiro», activa entre 3 e 9 de Fevereiro de 1927, a «Revolta do Castelo» (no dia 20 de Julho de 1928), a «Revolta das Ilhas» (em Abril e Maio de 1931) e o golpe de 26 de Agosto de 1931

¹⁶⁹ Este «Triângulo» é mencionado entre várias lojas maçónicas que existiram nos concelhos da Margem Sul, de acordo com o historiador António Ventura – VENTURA, António, “A Maçonaria nos Concelhos da Margem Sul do Tejo”, in Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Moita (Org.), *A República nos Concelhos da Margem Sul. Actas do Colóquio*, 1ª Edição, s.l., 2011, pág.21

¹⁷⁰“Quando rebentou a revolução e durante os dias que durou, demonstrou este povo o respeito pela ordem e disciplina, guardando-se a si próprio, sem que houvesse qualquer nota desagradável...O policiamento e a guarda da vila, durante as noites, foi feito por mim...para salvaguardar o bem-estar e sossego dos seus habitantes, tendo-se verificado mais uma vez o prestígio dos humildes e do povo trabalhador que ofereceu incondicionalmente o seu auxílio e apoio à ordem”, In *A Voz do Seixal*, de 15/09/1938, pág.8

¹⁷¹In *A Voz do Seixal*, N°75, 15/10/1930, pág.2

publicava uma nova legislação sobre o recenseamento eleitoral para as eleições administrativas.¹⁷² Em reacção, republicanos de várias origens partidárias e o Partido Socialista Português iram criar a Aliança Republicano-Socialista, uma frente única de oposição à Ditadura Militar, que criará comissões por todos o país associadas, com o intuito de participar nas eleições vindouras.¹⁷³ Em resposta a esta iniciativa, é criada em Julho de 1931 uma comissão da Aliança Republicano-Socialista para a freguesia da Amora¹⁷⁴; no mês seguinte, é noticiado que foi organizada a comissão concelhia da Aliança Republicano-Socialista do Seixal, dos quais faziam parte republicanos de várias origens partidárias.¹⁷⁵ Pela imprensa local, o regresso ao constitucionalismo também era esperado: *A Voz do Seixal*, após a publicação do Decreto sobre o recenseamento eleitoral, afirmou que “...*não se andará longe da verdade supor-se que o governo se encaminha para uma fórmula sua de regresso à normalidade*”.¹⁷⁶ Num artigo crítico do movimento revolucionário «reviralhista» de 26 de Agosto de 1931, o jornal *O Seixalense* usa o argumento do regresso a um regime constitucional contra o mesmo, afirmando que “*Não é com revoluções e mortes que o país progride...Temos a promessa de volta ao constitucionalismo, e já preparado trabalho eleitoral; assim porque não havemos de aguardar com calma que esse dia chegue, para, então, cada um, dentro do seu campo, empunhar uma outra espada, esforçando-se todos para que a nossa Pátria possa sempre progredir.*”¹⁷⁷ No entanto, ao contrário do que *O Seixalense* prometia aos seus ouvintes, as esperadas eleições administrativas não ocorreram e um regresso a um regime constitucional de tipo demo-liberal nunca veio a ocorrer por iniciativa da própria Ditadura Militar. Em consequência do golpe «reviralhista» de 26 de Agosto, o Administrador do Concelho informa ao Governador Civil de Setúbal (em resposta à circular N°876, de 31 de Agosto de 1931) que era visível a presença de indivíduos desafectos à ditadura, provenientes de partidos políticos, mas que estes tinham pouca influência social no concelho.¹⁷⁸ Em Setembro de 1932, ocorreu um incidente com

¹⁷² CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934), in *Análise Social*, XXII (94), 1986-5.º, pág.962

¹⁷³ *Ibidem*, pág.962

¹⁷⁴ “*Está constituída a comissão da Aliança Republicano-Socialista, que tomou as seguintes resoluções: Saudar o Directório da Aliança Republicano-Socialista; saudar todos os seus núcleos constituídos e saudar a imprensa republicana.*”; artigo titulado *Na Amora*, in *República*, de 31/07/1931, pág.7

¹⁷⁵ Artigo da secção *Vida Política*, in *República*, de 10/08/1931, pág.4; (Ver Anexo XIX, com a lista de membros da Comissão Concelhia da ARS)

¹⁷⁶ Artigo titulado *Para a normalidade?*, in *A Voz do Seixal*, de 22/05/1931, pág.1

¹⁷⁷ Artigo titulado *PELA PAZ! PELA ORDEM!*, in *O Seixalense*, N°156 de 30/08/1931, pág.1

¹⁷⁸ “*...cumpre-me dizer que nesta Câmara, e até neste Concelho, julgo não haver funcionários militares e civis que devam cair sob a alçada da referida circular; pois que, e embora a verdade nos diga, que há-os*

agentes da GNR e da Polícia Internacional Portuguesa (polícia política da Ditadura Militar e antecedente da PVDE), sendo que num acto de agressão contra alguns indivíduos levou um agente a ficar ferido com um tiro na mão. O processo referente ao caso chega à conclusão de que o incidente por distúrbios causados pelos mesmos agentes. No relatório escrito por um destes agentes, este explica que a presença destes no concelho do Seixal deve-se ao facto de haver informações da presença do «reviralista» Agatão Lança no mesmo concelho.¹⁷⁹ Não foi possível confirmar, no entanto, a presença de Agatão Lança no Seixal, para o desenvolvimento de um novo movimento revolucionário «reviralista». Outro movimento que esteve envolvido em actividades «reviralistas» foi a Liga da Mocidade Republicana (liga de estudantes académicos que se opunham à Ditadura Militar, activa nos anos finais da I República e durante a Ditadura Militar). Na comemoração dos 20 anos da implantação da República (5 de Outubro de 1930), no Seixal deu-se um jantar que foi servido pela delegação local da Liga da Mocidade Republicana.¹⁸⁰

Por fim, vale mencionar que o segundo Administrador do Concelho do Seixal durante a Ditadura Militar, o capitão-aviador Américo Augusto Martins Sanches (deteve o cargo entre 27 de Junho e 1 de Agosto de 1926, juntamente com o cargo de Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o Decerto Nº 11875 de 13 de Julho de 1926) teve participação activa no golpe «reviralista» de 26 de Agosto de 1931. No entanto, visto este ter habitado no concelho do Seixal apenas brevemente e não ser originário do concelho (nasceu em Lisboa), não nos parece ser necessário detalhar o seu percurso como fazendo parte da oposição seixalense à Ditadura Militar.¹⁸¹

realmente desafectos à Ditadura, mormente os que têm ligações políticas com os partidos, é certo que nem propriamente ocupam lugar de destaque e de influência social, nem têm manifestado, por actos públicos ou profissionais, o seu íntimo foro político”, in AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Copiadores de Correspondência Enviada, CMS/C/A/01/Lv053, ofício datado de 18/09/1931

¹⁷⁹“...Segui para Cacilhas em companhia do mesmo informador, que me deu conhecimento do seguinte: que sabia onde se encontrava o ex-capitão de marinha Agatão Lança e que tem ultimamente andado em Azeitão, Aldeia de Paio Pires, Seixal e Almada, fazendo ligações para um futuro movimento revolucionário, tendo já feito algumas reuniões com civis num lugar próximo do Seixal, denominado a «Quinta Grande»...”, in ANTT – Fundo do Ministério do Interior – Gabinete do Ministro, Mç.455, [pt.9/1]

¹⁸⁰ “...às 17 horas realizou-se um jantar íntimo da delegação da Liga da Mocidade Republicana do concelho, que decorreu animadíssimo” –*5 de Outubro*, in *A Voz do Seixal*, Nº75, de 15/10/1930), pág.2

¹⁸¹ Tendo feito parte dos poucos aviões que participaram no lado revoltoso do golpe de 26 de Agosto, consegui fugir e aterrar o meu avião em Espanha, vivendo clandestinamente nesse mesmo país, continuando a participar activamente na oposição «reviralista», o que o levou a ser um dos exilados cujo embaixador português pediu o seu internamento a 100km da fronteira portuguesa – in FARINHA, Luís, *O Revirvalho – Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, pág.214

4 – A situação do movimento operário seixalense durante a Ditadura Militar

Ao contrário do «Revirvalho», foi possível visualizar inúmeras fontes que detalham a situação do operariado e das suas associações de classe/sindicatos durante a Ditadura Militar. De acordo com o Fundo das Associações de Classe do ANTT, as associações de classe existentes no concelho do Seixal foram criadas nos últimos anos da Monarquia Constitucional e durante a I República (o reconhecimento jurídico das Associações de Classe surge com o Decreto de 9 de Maio de 1891, que permite um novo modelo de organização de associações que até então não eram permitidas por lei), e estas correspondiam nomeadamente ao sector secundário da economia do concelho, ou seja, ao operariado industrial.¹⁸² Algumas destas AC/sindicatos uniam-se na União dos Sindicatos Operários local¹⁸³, órgão concelhio de sindicatos operários associados à Confederação Geral do Trabalho (CGT), uma confederação sindical ideologicamente influenciada pelo sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.¹⁸⁴

Nos anos finais da I República, a partir do biénio de 1924-1925, a imprensa local da Margem Sul menciona várias vezes a problemática da “*crise do trabalho*”, causada pelo contexto de uma crise internacional de produção, que tinha graves consequências para o operariado.¹⁸⁵ E o jornal *O Seixalense* não era excepção: num artigo titulado “*A Crise do Trabalho*”, o jornal apela que “*industriais e operários estudem de comum acordo as bases em que se possa trabalhar... tentando em conjunto, resolver o assunto, com inteligência, patriotismo e boa vontade*”.¹⁸⁶ Em Novembro de 1925, relata-se a existência de uma greve dos operários corticeiros do Seixal, que já ocorria por vários dias, devido aos “*industriais pretenderem diminuir mais 10% nos salários*”, sendo que o jornal opina que deve ser solucionar o assunto o mais cedo

¹⁸²Segundo cálculos feitos a partir do 3ºVolume do *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, estavam activos no sector das indústrias 2630 indivíduos, que representava um pouco mais de ¼ da população do concelho

¹⁸³ A USO do Seixal foi criada em Setembro de 1920 – TEODORO, José Miguel de Jesus, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História, FLUL, 2013, pág.142 (Vol. I)

¹⁸⁴ Tese de Doutoramento de Joana Dias Pereira (inserindo-se no contexto regional da Península de Setúbal) está repleto de referências à actividade do movimento operário, no concelho do Seixal, durante o período entre 1890 e 1930– in PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, Lisboa, 2013

¹⁸⁵PEREIRA, Joana Dias, “A Liquidação do Sindicalismo Livre”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012, pág.259

¹⁸⁶Artigo titulado *A Crise do Trabalho*, in *O N.º 5*, de 26/04/1925, pág.1

possível, devido à fome que afecta a mesma classe operária.¹⁸⁷ No número seguinte, o jornal diz lastimar a continuação da greve (que já durava um mês) opinando que nenhum dos dois lados - os operários e o patronato - lucrava com a situação e que quem sofria as consequências era “*a já tão enfraquecida Economia Nacional.*”¹⁸⁸ A greve acabou por terminar no mês de Dezembro. A AC dos operários corticeiros do Seixal era talvez a mais activa entre as existentes no concelho: realça-se que em 1922, ela acabaria por abandonar a USO do Seixal, por acusações de falta de apoio dos outros sindicatos do concelho à mesma, o que tinha como consequência a inactividade desta.¹⁸⁹

A mesma crise irá causar, no período de 1926-1927, ao encerramento definitivo da Fábrica de Vidros da Amora, que constituía uma considerável fonte de emprego para as classes baixas do concelho.¹⁹⁰ Como consequência da crise que levaria ao encerramento da mesma, a AC dos Operários Vidreiros de Amora parece ter-se deixado de estar activa, juntamente com outras várias associações de classe então existentes no concelho do Seixal, que parece terem-se também se extinguido por volta da mesma época de 1925-1926 (antes da implantação da Ditadura Militar).¹⁹¹

Após o movimento revolucionário «reviralhista» de Fevereiro de 1927, a Administração do Concelho queixa-se ao Governo Civil de Setúbal de que necessitava o regresso da companhia da GNR do Seixal (presente entretanto no Barreiro) ou da criação de um novo posto de polícia, algo que o Administrador do Concelho chama a atenção pelo facto do concelho se integrar num meio industrial – questionava-se assim o

¹⁸⁷ Artigo titulado *Continua a greve da classe corticeira*, In *O Seixalense*, N°20 de 15/11/1925, pág.2

¹⁸⁸ Artigo titulado *A greve dos corticeiros*, In *Ibidem*, N°20 de 20/11/1925, pág.3

¹⁸⁹ TEODORO, José Miguel de Jesus, *Op. Cit.*, pág.215 (Vol.I)

¹⁹⁰ Manuel de Oliveira Rebelo opina que a prolongada greve que surgiu em finais de 1918, e que prolongou-se durante meses, foi grandemente responsável pela pelo futuro encerramento da fábrica – in REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra – Monografia do Concelho do Seixal*, 2ª Edição, Edições da Câmara Municipal do Seixal, 1992, pág.80

¹⁹¹ Num ofício datado de 16/10/1937 (já em pleno Estado Novo), o Administrador do Concelho respondia a um inquérito pedido pelo Governador Civil de Setúbal sobre quais eram as situações das associações de classe e sindicatos existentes no concelho, sendo que este responde detalhando que os “*Manufactores de Lanifícios de Arrentela, Sindicato único da Construção Naval da margem Sul do Tejo, Operários da Construção Civil e Artes Correlativas se extinguíram por dissidência entre os sócios, antes desta Situação. Que as associações Operários da Indústria dos Vidros da Amora e Operários Vidreiros na Amora se extinguíram com a falência da fábrica em 1922. De todas estas a extinção foi devida a falta de cotização proveniente das dissidências*”, in ACHMS – Fundo da Administração do Concelho – Correspondência Enviada – Cx.099; os vários processos destas AC, existentes no Fundo das Associações de Classe, do ANTT, parecem comprovar também a marcha decadente do movimento operário seixalense, sendo que as AC desaparecem por falta de verbas e de desavenças entre sócios, em grande parte no ano de 1925

perigo de uma possível insurreição operária.¹⁹² No entanto, um mês depois, o mesmo Administrador do Concelho assegura ao Governador Civil que não existia “*a mais pequena hostilidade por parte da população à actual situação*”.¹⁹³ Independentemente de terem uma posição indiferente ou hostil perante a «situação», a actividade das associações de classe ainda existentes durante a época da Ditadura será limitada pela justificação do uso do Decreto de 26 de Julho de 1893, que obrigavam as mesmas (juntamente com associações de cultura, desporto, filarmónicas, mutualistas, etc.) a pedir autorização das autoridades concelhias para realizar qualquer tipo de reunião ou comício, sendo que o desrespeito ao Decreto podia levar à extinção da respectiva associação.¹⁹⁴ No entanto, num período de renascimento de actividade da Federação Nacional Corticeira (associada ela também à CGT) e do órgão de imprensa que a representava, *O Corticeiro* (republicado em 1929), a Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal (uma das poucas AC verdadeiramente activas no concelho) vai aproveitar o momento para a inauguração da sua sede¹⁹⁵, ao mesmo tempo que no Seixal ocorria uma reunião do Conselho Federal da mesma Federação.¹⁹⁶ Esta AC poderá ter ainda detido alguma influência perante os poderes públicos e o patronato, como demonstra um ofício enviado pela Administração do Concelho ao Presidente da mesma associação, pedindo a este que “...*promova uma nomeação de uma comissão que representa o operariado de todo este concelho*”, visto ser preciso realizar uma reunião para discutir a inclusão de 2 horas extraordinárias de

¹⁹² “Estando este concelho sem GNR visto que há bastante tempo retirou para o Barreiro... vendo-se por isso esta administração em sérias dificuldades não só na manutenção da ordem que de momento possa ser alterada num meio grande industrial como este é... rogo a V. Ex^a Senhor Governador, se digne envidar os seus espaços no sentido de que, neste concelho seja criado um posto de polícia ou então, regresse a esta vila a força da GNR pertencente ao posto do Seixal.”, in ACHMS – Fundo da Administração do Concelho - Correspondência Enviada – Lv.084 – ofício de 17/10/1927

¹⁹³ “...Sendo este Concelho na sua maioria composto por operários, é já sabido que nunca apoiam decididamente qualquer Governo, seja ele saído dum movimento como o de 28 de Maio ou seja caracter partidário. O sossego no entanto é absoluto”, in ACHMS – Fundo da Administração do Concelho – Correspondência Enviada – Lv.084 – ofício de 21/11/1927

¹⁹⁴ PEREIRA, Joana Dias, “A Liquidação do Sindicalismo Livre”...*Op. Cit.*, págs.263-264; a correspondência recebida do Fundo da Administração do Concelho do AHCMS está repleto de pedidos de várias associações locais para autorizar a realização de tais eventos, sendo que esta prática se irá manter durante a vigência Estado Novo

¹⁹⁵ “...“A Associação da Classe Corticeira do Seixal, adquiriu, há pouco para instalar a sua sede, uma propriedade, onde fizeram as precisas modificações, para assim melhor coadunar com as necessidades exigidas desde já para a sua instalação. Por este motivo, resolveu no passado dia 13, fazer a sua inauguração” - estiveram presentes delegados representantes de outras AC de operários corticeiros de Lisboa e de outros concelhos da Margem Sul, além da presença importante de Manuel Joaquim de Sousa, dirigente sindical e anarco-sindicalista que detinha grande influência na zona – in *O Seixalense*, N°113, de 20/10/1929, pág.3

¹⁹⁶ A reunião deu-se nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 1929, sendo que o delegado representante do Seixal era o operário Luciano Sobral; o relato das sessões da mesma reunião encontra-se no N°69 do jornal *O Corticeiro*, de 06/10/1929

trabalho, que os gerentes das fábricas do concelho pediam, e tal decisão não podia ser tomada sem ser ouvido os representantes do operariado.¹⁹⁷

No entanto, a esperança de um futuro com sucesso e liberdade para a Associação de Classe dos Corticeiros foi logo gorada: de acordo com o processo da mesma AC, existente no Fundo das Associação de Classe (ANTT), a Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal encerrou em 1932, segundo o mesmo processo por causa da “...*falta de verbas devido à saída dos sócios*”.¹⁹⁸ Mais tarde, o que restava da Direcção desta AC vai colaborar com o Estado Novo para a criação de um Sindicato Nacional (este assunto será tratado mais à frente).

Concluimos assim que a situação do movimento operário seixalense já demonstrava grandes sinais de fraqueza quando a Ditadura Militar se implantou, e numa situação política e económica desfavorável em que se encontrava, poucas AC sobreviveram, sendo conhecida a excepção da Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal, que tentou restabelecer algum vigor na sua actividade, na época entre 1929-1932.

5 – O apoio local à Ditadura Militar

Como já foi referido anteriormente, os jornais activos no concelho durante a Ditadura Militar, *O Seixalense* e *A Voz do Seixal*, apoiavam o regime, que visualizavam como um período transitório para o regresso ao constitucionalismo, mantendo-se críticos ao «reviralhismo». Estes jornais também tratavam de noticiar a existência, no concelho, da actividade local de elementos apoiantes à Ditadura Militar, como veremos adiante.

Como já mencionamos anteriormente, da redacção de *O Seixalense* saíam indivíduos que tomariam cargos administrativos durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. José Casanova Ferreira, abandona o cargo de redactor principal do jornal, pois o seu nome tinha sido escolhido para ser vogal da nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal¹⁹⁹; mais tarde, em Setembro de 1926, seria a vez de Amadeu Alves

¹⁹⁷ AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Copiadores de Correspondência Expedida – Lv089 (ofício datado de 14/03/1930, enviado pela Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal para o Administrador do Concelho)

¹⁹⁸ ANTT – Fundo das Associações de Classe – Processo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal, fol.20

¹⁹⁹ *O nosso jornal*, in *O Seixalense*, N°38 de 15/08/1926, pág.1

Dinis, que tomaria o cargo de Administrador do Concelho, demitindo-se assim do cargo de administrador do mesmo jornal.²⁰⁰ A situação, nos inícios da Ditadura Militar, parecia ser desfavorável para o novo regime estabelecido, segundo um ofício enviado ao Governador Civil de Lisboa, a 14 de Julho de 1926, pelo Administrador do concelho, onde este lamenta que na procura de indivíduos para cargos de natureza administrativa havia “...*dificuldade de encontrar homens que honestamente serem com a presente situação (...)*”, o que levaria o mesmo a ser forçado a “ (...)*fazer propostas de indivíduos partidários e que V. Ex^a me disse, verbalmente, não lhe convir*”.²⁰¹ Após um breve período em que o militar Américo Augusto Martins Sanches deteve os cargos conjuntos de Presidente da Câmara e Administrador do Concelho, o proprietário da Quinta da Boa Hora (na freguesia da Arrentela), o republicano Francisco Maria Gonçalves, tomaria o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Seixal, a 31 de Agosto de 1926.²⁰²

Iniciava-se entretanto um longo período de incertezas no país, sendo que no seio dos apoiantes do regime militar, confrontavam-se 2 campos sobre qual a via política que o país deveria seguir: um campo que defendia «reconstitucionalização» da República, para a qual a Ditadura Militar seria simplesmente um período de transição para a atingir, que competia na criação de um república liberal e ordeira, que deveria estabelecer a direita republicana sobre o domínio do Estado – esta via era defendida pelos sectores republicanos apoiantes da ditadura e pelo sector republicano-militar conservador, que detinha altos cargos na chefia do Estado e do Exército; e do outro lado, o campo que defendia uma via anti-liberal, nacionalista e corporativista, de corte com o demo-liberalismo e o parlamentarismo, via essa defendida pelos representantes do Centro Católico (entre eles, se incluía António de Oliveira Salazar), monárquicos integralistas, grandes interesses económicos e a juventude da direita radical influenciada pelas experiências anti-liberais do fascismo mussoliniano e da ditadura de Primo de Rivera.²⁰³

²⁰⁰ *O nosso jornal*, in Ibidem, N°40 de 12/09/1926, pág.1

²⁰¹ AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Registo de Correspondência Enviada – Lv.84 (ofício de 14/07/1926)

²⁰² AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Livros de Actas – CMS/B/A/03/Lv021, frente e verso da fol.11 (Acta de Posse de 30 de Julho 1926)

²⁰³ “O mito do passeio triunfal do «28 de Maio» ao advento do Estado Novo”, in ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, 2013, págs.70-73

Uma organização de apoio à Ditadura Militar que defenderá exactamente uma visão político-ideológica anti-liberal do rumo que o regime devia seguir, irá surgir em finais de 1927, denominada de Liga Nacional 28 de Maio, que ao contrário dos sectores republicanos apoiantes da ditadura, defendia um “*nacionalismo radical, susceptível...de uma evolução fascizante*”.²⁰⁴ Em Março de 1928, noticia-se que para o Seixal tinha sido eleito o delegado concelhio para a respectiva Liga, mas sem qualquer menção de um nome.²⁰⁵ Através do Fundo da Liga Nacional 28 de Maio do ANTT, foi nos possível adquirir os nomes de 5 indivíduos do concelho do Seixal que aderiram à Liga no ano de 1930: entre eles, se encontrava Manuel Saraiva de Carvalho (aderiu com 39 anos), monárquico e rico proprietário agrícola na freguesia de Amora, que seria um futuro importante apoiante do Estado Novo no concelho.²⁰⁶ Na noite de 25 de Março de 1931, quando ocorreu uma «marcha de archotes» de apoio ao governo da Ditadura Militar, e que surgira do patrocínio da Liga, verificou-se a presença da Filarmónica Operária Amorense (da freguesia de Amora, concelho do Seixal) nesta marcha: a família Carvalho era benemérita da mesma filarmónica, sendo esta um explicação possível para a participação desta Filarmónica na marcha.²⁰⁷ Várias notícias da imprensa local, entre 1928 e 1933, mencionam a presença do delegado do concelho da Liga a fazer-se representar em vários eventos locais: só tardiamente, em 1933, é noticiada a constituição da delegação da Liga no concelho do Seixal, constituído por três vogais, sendo que não são mencionados novamente quaisquer nomes²⁰⁸ - no mesmo número, foi mencionada a presença de um delegado do Movimento Nacional-Sindicalista (movimento reconhecido pela historiografia como a representação mais fidedigna do fascismo em Portugal²⁰⁹) conhecido no Seixal, para a criação de uma delegação concelhia do mesmo partido, sendo que o jornal *A Voz do Seixal* relata terem aderido ao mesmo “*diversos indivíduos de várias classes sociais*” - seria a única vez que a

²⁰⁴CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934), in *Análise Social*, XXII (94), 1986-5.º, pág.952

²⁰⁵In *A Voz do Seixal*, Nº16, de 25/03/1928, pág.3; no entanto, ambos os dois jornais locais, durante o resto do ano 1928 e durante 1929, não detalham qualquer actividade feita sobre os representantes da Liga no concelho

²⁰⁶ ANTT – Fundo da Liga Nacional 28 de Maio – Registo de Sócios, Livro 1 (N.P 1), verso da fol.2; os restantes reconhecidos membros da Liga no concelho encontram-se no Anexo X

²⁰⁷ “...Após o pelotão da G.R., formou um pelotão de manifestantes empunhando os archotes, logo seguido pela banda da Academia Recreativa Operária Beatense, com o respectivo estandarte. Atrás alguns milhares de novos manifestantes, também com archotes, acompanhado pela Filarmónica da Amora.” - In *A Voz*, Nº1479, de 26/03/1931, págs.1 e 6

²⁰⁸In *A Voz do Seixal*, Nº133 de 15/03/1933, pág.2

²⁰⁹Sobre a história do Movimento Nacional-Sindicalista, ver PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

imprensa local mencionou qualquer notícia relacionada com o Movimento Nacional-Sindicalista.²¹⁰ Apesar da Liga Nacional 28 de Maio ter visto grande parte das suas delegações a aderir ao Movimento Nacional-Sindicalista quando este surgiu no ano de 1932²¹¹, o facto de a imprensa local noticiar até meados de 1933 que a delegação da Liga no Seixal estava ainda em actividade, parece provar que esta não chegou a aderir ao mesmo movimento.²¹²

Em 1929, a Ditadura Militar e interesses económicos agrícolas, numa iniciativa conjunta de fomentar a produção cerealífera nacional para combater os altos níveis de importação do trigo estrangeiro, promovem uma política da «Campanha do Trigo».²¹³ Inserida no contexto da Grande Depressão, iniciada com o «Crash» de Wall Street de 1929, esta adquire o apoio da grande lavoura cerealífera do Sul do país. No Seixal, a comissão municipal da «Campanha do Trigo» seria composta por Bernardino José Leite de Almeida (na altura, Presidente da Câmara Municipal²¹⁴), Manuel Saraiva de Carvalho e José Maria de Almeida Lima, enquanto a comissão da freguesia do Seixal para mesma era composta por Joaquim Trindade, João Rodrigues da Costa Júnior e Joaquim Garcia Belo²¹⁵; em Março de 1930, *O Seixalense* noticiava que um assinante seu, o seixalense José Gomes Cortegaça, ganhara um dos prémios de um concurso promovido pelo jornal *O Século*, prémio esse relacionado com a «Campanha do Trigo».²¹⁶ Em 1931, quando a «Campanha do Trigo» era substituída pela «Campanha de Produção Agrícola», eram eleitos para a comissão municipal desta, Manuel Saraiva de

²¹⁰ *Nacional Sindicalismo*, In Ibidem, Nº133 de 15/03/1933, pág.1

²¹¹ “Quinto passo: disciplinar e integrar o nacional-sindicalismo”, in ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, 2013, pág.135

²¹² Durante a investigação para esta dissertação de Mestrado, não nos foi possível descobrir qualquer referência à existência de uma delegação local do MNS; o jornal deste movimento, *Revolução* –publicado entre 1932 e 1933 - , se possuía algumas notícias sobre o concelho do Seixal, estas no entanto não referem qualquer actividade política no concelho, sabendo-se apenas que o proprietário agrícola Manuel Saraiva de Carvalho (membro da Liga 28 de Maio) terá enviado um telegrama de saudações ao jornal após o banquete de homenagem dado ao líder do movimento, Francisco Rolão Preto, que ocorreu a 18 de Fevereiro de 1933, sendo que isto no entanto não prova se Manuel Saraiva de Carvalho chegara a aderir ao MNS – *Banquete de homenagem ao dr. Rolão Preto. Telegramas e cartas de saudação*, in *Revolução*, de 21/02/1933, pág.3

²¹³ Sobre esta iniciativa, ver PAIS, José Machado *et alia*, “Elementos para a História do Fascismo nos Campos: a «Campanha do Trigo» (I)”, in *Análise Social*, Vol. XII (2.º), Nº46, 1976, págs.400-473

²¹⁴ Tomou posse do cargo de Presidente da CMS a 26 de Janeiro de 1929 – in AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Livro de Actas – CMS/B/A/03/Lv021, frente e verso da fol.160 (Termo de Posse para a Comissão Administrativa do concelho do Seixal)

²¹⁵ *A Campanha do Trigo*, in *O Seixalense*, Nº120, de 12/01/1930, pág.1; Ver Anexo XI com os membros da mesma Comissão Municipal

²¹⁶ *O Trigo*, in Ibidem, Nº123, de 06/03/1930, pág.1; José Gomes Cortegaça era um agricultor de 30 anos de idade, de acordo com recenseamento eleitoral do concelho do Seixal, para o ano de 1931

Carvalho e Alfredo José de Almeida Lima.²¹⁷ Em 4 de Janeiro de 1931, realizava-se num cinema local uma sessão de propaganda da «Campanha de Produção Agrícola», onde estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal e vários agricultores do concelho, sendo exibidos documentários sobre agricultura.²¹⁸ As fontes visualizadas não nos permitiram saber detalhadamente os resultados da «Campanha do Trigo» e da «Campanha de Produção Agrícola» no concelho do Seixal: no entanto, salientamos que anos depois, segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal* para o concelho do Seixal, publicado em 1950, a planta do trigo encontrava-se entre as plantas de pequena importância cultivadas por todo o concelho, o que demonstra que estas iniciativas tiveram uma fraca repercussão num concelho onde a agricultura estava a perder importância perante o sector secundário.²¹⁹

A União Nacional, criada em Julho de 1930 para, tal como a Liga Nacional 28 de Maio, criar uma organização de apoiantes à Ditadura Militar (que mais tarde se tornará o partido-único do Estado Novo, juntando republicanos, monárquicos, católicos, e outras forças das direitas portuguesas apoiantes do novo regime²²⁰), vê a inauguração da sua sede concelhia do Seixal em 13 de Dezembro do mesmo ano, sendo que no mesmo mês era constituída a comissão concelhia.²²¹ Originalmente constituída por 9 vogais, a comissão concelhia seria em 1931 expandida para 14 indivíduos: destes 14 vogais, 3 eram industriais/empresários fabris, 2 membros das profissões liberais, 2 membros de classe-média, 2 operários, 1 proprietário, 1 empresário, 1 comerciante, 1 marítimo e 1 carpinteiro naval, sendo que destes, 3 foram identificados como monárquicos e 1 como associado ao movimento católico português.²²² Logo em meados de 1931, a comissão concelhia parecia já estar em actividade, informando em Julho do mesmo ano que iria realizar “*várias conferências públicas nas freguesias do concelho (...)*”, enquanto a Aliança Republicano-Socialista desejava também “*(...) levar a efeito*

²¹⁷ AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Copiadores de Correspondência Enviada, CMS/C/A/01/Lv053, ofício datado de 7 de Agosto de 1931

²¹⁸ “...No cinema desta vila efectuou-se no passado dia 4, perante numerosa concorrência, uma sessão de propaganda da Campanha de Produção Agrícola, que foi presidida pelo sr. dr. Bernardino Leite d’Almeida, presidente da Comissão Administrativa do Município do Seixal... À sessão assistiram muitos agricultores.” - *Campanha de Produção Agrícola*, in *O Seixalense*, Nº143, de 18/01/1931, pág.1

²¹⁹ VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal: Concelho do Seixal*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1950, pág.15

²²⁰ Sobre a criação da União Nacional, VER CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934), in *Análise Social*, XXII (94), 1986-5.º, págs.943-977

²²¹ In *A Voz do Seixal*, Nº81, de 01/01/1931, págs. 1 e 2

²²² Detalhes retirados de ANTT – Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro – Mç.451 , [pt.20/2]; Ver Anexo XII

um comício público no Seixal”.²²³ Num momento de grande incerteza, onde se esperava a realização eleições municipais/administrativas onde a União Nacional e a Aliança Republicano-Socialista se confrontariam, é visível que ambos pretendiam adquirir apoios no concelho para um acto eleitoral que nunca viria a ocorrer.²²⁴

Concluimos que é visível que, perante um movimento operário moribundo e perante a quase inexistência de uma oposição demo-liberal e republicana activa no concelho do Seixal, houve uma grande facilidade, ao longo da Ditadura Militar, para se estabelecer as elites político-administrativas que constituiriam a grande base de apoio a esta e ao Estado Novo no concelho.²²⁵ Se uma situação semelhante ocorreu nos outros concelhos da «Margem Sul», só futuros estudos historiográficos poderão revelar se esse foi o caso.

²²³ Notícia com o título *Propaganda Eleitoral*, In *A Voz do Seixal*, N°98, de 15/07/1931

²²⁴ Se visualizarmos os indivíduos que compunham as comissões concelhias da ARS e da UN (no ano de 1931), visíveis nos Anexos, podemos ver a existência de conflitos políticos que remontavam aos tempos da 1ª República – membros da comissão concelhia da ARS tinham feito parte das vereações da Câmara e Senado municipais, dos anos finais da 1ª República, que tinham sido muito criticados pelo jornal *O Seixalense*, de cuja redacção faziam parte António Viana Baptista e António Policarpo Alves Ferreira, que por sua vez foram membros da da comissão concelhia da UN

Capítulo IV – A implantação do Estado Novo e o concelho durante a 2ª Guerra Mundial

Já tendo sido tratado do processo de descrição da evolução da Ditadura Militar no concelho do Seixal, iniciaremos agora por descrever o processo de implementação do Estado Novo (que apenas terminará na década de 1940, como adiante será explicado), os sucessos e insucessos do novo regime na mobilização da população do concelho na defesa da «situação», a constituição dos organismos corporativos locais e os primeiros sinais de oposição presentes no concelho, com os quais as autoridades locais terão de lidar.

1 – Os primeiros anos – as expectativas do concelho do Seixal perante o novo regime; as comissões administrativas da Câmara Municipal; o papel da União Nacional

A 5 de Julho de 1932, António de Oliveira Salazar tomava posse como Presidente do Ministério da Ditadura Militar, cargo que manteria durante mais de 3 décadas. Ao tomar posse de tal cargo, o jornal *O Seixalense* não deixa escapar os habituais elogios, afirmando em artigo principal que quando Salazar detinha apenas a pasta do Ministério das Finanças, este tinha demonstrado ao país uma “*lição de Economia financeira e de mais bela administração (...)*”. O mesmo artigo termina, afirmando de forma elogiosa: “ (...) *Que nos perdoe a sua modéstia, mas como portugueses orgulhamo-nos de termos um tão nobre patriota.*”²²⁶ A Constituição de 1933, que seria um documento simbólico do regime autoritário do Estado Novo, e que era mais revelador de um projecto de «reforma da sociedade»²²⁷ do que um regresso ao demo-liberalismo desejado pelo sectores republicanos que apoiaram a Ditadura Militar, iria ser plebiscitada a 19 de Março de 1933, entrando depois em vigor a 11 de Abril. No concelho do Seixal, de 1768 eleitores inscritos, 887 votaram a favor (cerca de 50% dos recenseados) e 5 contra.²²⁸ Em Abril, *O Seixalense* já declarava em notícia pequena: “*Terminou a Ditadura*”.²²⁹ Era na altura o administrador do jornal António Policarpo Alves Ferreira, industrial da construção naval, que também se tornou num colaborador

²²⁶ *A Obra de um Ministro*, in *O Seixalense*, Nº172, de 31/07/1932, pag.1

²²⁷ Termo usado por Diogo Freitas do Amaral, no capítulo “Corporativismo, Fascismos e Constituição”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012, pág.81-98

²²⁸ *O Plebiscito*, In *O Seixalense*, Nº183 de 26/03/1933, pág.1

²²⁹ *Terminou a ditadura*, In *Ibidem*, de 13/04/1933, pág.1

do regime . O jornal *A Voz do Seixal* também aceita o novo regime (mais por admiração pelo Presidente da República, o General Óscar Carmona, do que pela figura de Salazar, e pelo facto do regime republicano se ter mantido), apesar de este continuar a ser alvo de queixas pelas as autoridades do regime.²³⁰ Quanto aos republicanos que dominaram a vida política do concelho durante a I República, como as figuras de Alfredo dos Reis Silveira, Joaquim dos Santos Boga e o maçõn José Xavier dos Santos, completamente desapareceram de cena política: Alfredo dos Reis Silveira, após ter liderado a comissão concelhia da Aliança Republicano-Socialista (que se tornou ilegal, após o golpe «reviralhista» de 26 de Agosto de 1931) dedica-se à actividade associativa concelhia, falecendo em 1935; Joaquim dos Santos Boga falece em 1943, cego e na situação de pobreza; José Xavier dos Santos, funcionário público do concelho do Seixal e importante maçõn da região da Margem Sul, também desaparece da cena política, retornando apenas à actividade política em 1949, ao apoiar a candidatura presidencial de Norton Matos. Por outro lado, muitos monárquicos do concelho, como Joaquim Duarte de Saúde, Américo Lourenço Tavares e António Lopes da Silva, irão aderir à União Nacional e irão deter cargos administrativos durante o Estado Novo – tal como já tinham detido durante a Ditadura Militar.

As expectativas da população do concelho e da imprensa local perante o novo regime podem-se resumir às seguintes: a resolução do problema do desemprego que em inícios da década de 1930, assolava o concelho, e que principalmente afectavam a classe piscatória, os trabalhadores da construção e os trabalhadores da construção civil²³¹; e os «melhoramentos públicos», com especial destaque para a implantação de luz eléctrica no concelho, a dragagem do rio e a criação de um hospital no concelho, – melhoramentos constantemente reivindicados pela imprensa local - sendo esta último «melhoramento» tido sido acordada por uma reunião de várias associações locais junto do Administrador

²³⁰Em Fevereiro de 1937, o delegado do Distrito de Setúbal dos Serviços de Censura enviou um ofício ao Director-Adjunto dos Serviços de Censura à Imprensa, queixando-se do facto do mesmo jornal ter demonstrado “*absoluto silêncio*” em relação aos atentados de bombas de Janeiro de 1937, de que foram alvos alguns Ministérios, sendo que o delegado achava tal silêncio suspeito – In ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação, Censura, Cx.712, Processo N°755 (ofício datado de 1 de Fevereiro de 1937)

²³¹ Num contexto da criação das Comissões «pró-desempregados» (segundo o Decreto N°21498), que cada concelho devia criar para auxiliar os seus desempregados, o jornal *O Seixalense* critica o facto de ainda não existir no concelho tal comissão, declarando que esta era necessária, pelas razões que “... *A classe da construção naval, vem sofrendo crise já há mais de meia dúzia de anos; porém a construção civil, está sendo agora mais castigada com a falta de ocupação, que a Comissão, se existisse como de facto já devia existir, deveria diligenciar arranjar.*” – *Casos do Dia*, in *O Seixalense*, N°179, de 08/01/1933, pág.1

do Concelho, Luís da Costa, com objectivo de escolher um melhoramento ao qual depois seria necessário peticionar ao Governo, para obter o respectivo apoio financeiro.²³² Tal hospital nunca chegou a ser construído.

Para o período do Estado Novo que se insere esta dissertação de mestrado (entre 1933 e 1961), temos 5 Comissões Administrativas que dominam a Câmara Municipal do Seixal: 3 destas se inserem na Década de 30, com a excepção da comissão administrativa liderada por Cosme Narciso Lopes, que terá uma longa duração de 20 anos e a de Manuel Bonaparte Figueira, que durou apenas cerca de 2 anos.²³³ Na constituição das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, a comissão concelhia da UN tinha um papel importante: veja-se o exemplo do pedido de constituição de uma nova Comissão Administrativa para a Câmara Municipal, em Outubro de 1933, após o falecimento do vice-Presidente da que estava em funções, sendo que é proposto que a nova deveria ser liderada por Francisco Maria Gonçalo – uma nova Comissão Administrativa seria mesmo criada, tornando-se no entanto o novo Presidente da Câmara, Leopoldino Gonçalves de Almeida (que tinha sido o presidente da última vereação da Câmara Municipal da I República, eleita pelas eleições administrativas de 23 de Novembro de 1925)²³⁴; a comissão concelhia da UN também era usada para conceder «favores» aos seus membros em dificuldades: como o exemplo de pedido de emprego a Manuel José Nunes (na altura, Administrador do Concelho), feito em Fevereiro de 1934 para o Secretário-Geral da UN, pois este se encontrava “desempregado, lutando com as maiores dificuldades”.²³⁵

2 - A constituição dos organismos corporativos no concelho do Seixal (1933-1943)

O corporativismo constituía a doutrina ideológica oficial do Estado Novo, que contra o socialismo marxista (Salazar afirmou num discurso, em 1934, que o

²³² “...Quando da visita, há dias, do sr. Governador Civil do nosso Distrito, S. Ex.^a alvitrou a convocação desta reunião, para que ali se combinasse e escolhesse qualquer melhoramento fazendo-se depois uma petição ao Governo pela qual S. Ex.^a promete interessar-se...foi aprovado para que S. Ex.^a conseguisse do Governo uma verba de 100 contos para a construção de um Hospital” – *Uma reunião*, in *O Seixalense*, Nº178, de 18/12/1932, pág.3

²³³Ver Anexo XIII com a lista de Presidentes da CMS entre 1933 e 1961

²³⁴ ANTT – Fundo da União Nacional – Cx.44, Mç.128A (ofício de 27/10/1933, do Presidente da Comissão Concelhia da UN do Seixal para o Presidente da Comissão Distrital de Setúbal da UN)

²³⁵ ANTT – Fundo da União Nacional – Cx.44, Mç.128A (ofício de 22/02/1934, da comissão concelhia da UN do Seixal para o Secretário-Geral da UN)

comunismo era “*a grande heresia da nossa idade*”, estabelecendo este como o principal inimigo ideológico do regime²³⁶), pregava a colaboração de classes. Esta doutrina tinha origens nos vários sectores político-ideológicos (monárquicos integralistas, católicos, fascistas, etc.) das direitas anti-liberais que constituíam a base de apoio ao regime, sendo que o corporativismo se tornava um elemento de união de todos estes sectores para a defesa do Estado Novo. Ao contrário do «corporativismo de associação» (implantação do corporativismo «de baixo para cima», ou seja, pela iniciativa privada de vários sectores da sociedade), presente na doutrinação de muitos teóricos do corporativismo, o Estado Novo, necessitando apertar o controlo do Estado à vida económica e social do país, vai implementar o «corporativismo real» (de forma semelhante ao caso do fascismo italiano), legislando a criação de organismos corporativos obrigatórios para as classes patronais e trabalhadores, tendo como consequência o desaparecimento do sindicalismo livre existente entre o operariado português durante as décadas finais do liberalismo no nosso país.²³⁷ O corporativismo português tornava-se assim um instrumento de controlo da sociedade portuguesa, caracterizando assim o projecto totalitário do Estado Novo.

No caso do concelho Seixal, os organismos corporativos que foram identificados e estabelecidos no concelho durante todo o Estado Novo foram: o Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal (inicialmente, provisoriamente sediado no Seixal), a Secção do Seixal do Sindicato Nacional dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal (este Sindicato Nacional era sediado em Setúbal), o Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal (sediado no Seixal), a Casa do Povo de Amora, a Secção Desportiva da Casa dos Pescadores de Lisboa (várias vezes, nas fontes e imprensa visualizadas, este era denominado de “Casa dos Pescadores do Seixal”), o Grémio do Comércio do Seixal e o Grémio da Lavoura de Almada e Seixal (sendo este um grémio que englobava os 2 concelhos). Todos estes foram criados ao longo de um período de quase uma década – de 1933 a 1943 -, tendo sido o Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal o primeiro organismo corporativo a ser criado (em 1933), enquanto o Grémio da

²³⁶ “Primeiro passo: derrotar o reviralhismo e o movimento operário”, in ROSAS, Fernando, *Op. Cit.*, págs.314-317

²³⁷ “A legislação estruturante do corporativismo pode ser visualizada no fim do sub-capítulo “O corporativismo enquanto regime”, in ROSAS, Fernando, *Op. Cit.*, pág.87

Lavoura foi o organismo criado mais tarde, apenas no ano de 1943.²³⁸ A falta de documentação para muitas destas instituições não nos permitiu encontrar melhores detalhes sobre o papel que estas tinham na manutenção do regime do Estado Novo no concelho, mas foi possível traçar as suas origens e que indivíduos foram dirigentes destes organismos. Trataremos a seguir o processo que irá levar à criação deste organismos corporativos e que aspectos importantes devemos ter em conta em relação a estes, incluindo o seu papel no concelho.

2.1 – Casa do Povo de Amora

A Casa do Povo de Amora foi inaugurada a 6 de Maio de 1934 (tornando-se assim a primeira Casa do Povo inaugurada em todo o Distrito de Setúbal), pela iniciativa dos membros da Associação de Beneficência Fúnebre de Corroios (associação fundada em 1922²³⁹) – associação que servia de auxílio financeiro às cerimónias fúnebres dos membros das famílias pobres da freguesia de Amora. Os vogais da mesma associação, trabalhando com a comissão organizadora da futura Casa do Povo, decidiram aderir ao apelo do Decreto N°23051 de 23 de Setembro de 1933 (que criava as Casas do Povo, que tinham de ser criadas nas freguesias classificadas como rurais, com o objectivo de “*integrar no Estado Corporativo todos os que residiam nas freguesias rurais*”²⁴⁰), extinguindo a respectiva associação e entregando todos os bens desta à mesma comissão, incluindo um saldo de 1047\$75.²⁴¹ No Livro de Ouro da mesma instituição, é referido que foi pela iniciativa de Josué Bernardo de Oliveira, António Pereira Coelho e de Manuel Saraiva de Carvalho - todos vogais da Associação Fúnebre - que a «sucessão» da extinta Associação para a Casa do Povo viria a ocorrer.²⁴² Durante cerca de 2 décadas, seria o rico proprietário da freguesia de Amora,

²³⁸ Os organismos corporativos aqui nomeados são apenas aqueles que foram identificados durante a investigação para a realização desta dissertação de Mestrado, sendo que poderão ter existido certas actividades económicas no concelho Seixal que tiveram de alguma forma associadas a outras secções, federações, grémios ou sindicatos nacionais, mas que não foi possível serem identificados

²³⁹ LIMA, Manuel A.S., *Amora: Memórias e Vivências D’Outrora*, Plátano Editora, 1ª Edição, 2006, pág.249

²⁴⁰ FREIRE, Dulce “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012, pág.273

²⁴¹ Fundo da Casa do Povo de Amora – Livro de Actas da Associação de Beneficência Fúnebre de Corroios (1926-1934), 10ª Acta

²⁴² “...*Se bem que filiada nos princípios do Estado Novo, esta Casa do Povo teve a sua origem numa necessária reforma dos Estatutos da extinta Associação de Beneficência Fúnebre de Corroios, harmonizando-se por singular coincidência, com o Estado Corporativo...Dois sócios entusiastas, - Josué*

Manuel Saraiva de Carvalho, que estaria à frente dos destinos desta Casa do Povo, desde a sua fundação até à sua morte em 1958.

Quando foi fundada, a Casa do Povo de Amora possuía 215 sócios efectivos, 22 sócios beneméritos e 35 sócios protectores (que incluíam empresas locais e sociedades agrícolas).²⁴³ Serviu nomeadamente como uma instituição de recreio e lazer, mas também se dedicava a iniciativas de auxílio aos pobres locais. Para auxiliar os seus membros, a Casa do Povo possuía uma Caixa de Previdência.²⁴⁴

2.2 – O Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal e a Secção do Seixal do Sindicato Nacional dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal

Em relação a estes 2 sindicatos nacionais, temos muito pouca informação e desconhece-se as datas da inauguração das suas secções criadas no Seixal. É sabido que, através do trabalho historiográfico de Fátima Patriarca, que a Associação de Classe Piscatória do Seixal esteve entre as AC que decidiram transformarem-se em Sindicatos Nacionais.²⁴⁵ Em relação à AC dos Descarregadores de Mar e Terra, esta parece ter permanecido em actividade durante a Ditadura Militar e na época inicial do Estado Novo, seguindo a mesma via dos pescadores seixalenses: a sua inclusão no novo regime corporativo.²⁴⁶ Os seus estatutos foram publicados em 4 de Maio de 1939.²⁴⁷ Não tendo sido encontrada mais qualquer informação adicional sobre a Secção do Seixal do Sindicato Nacional dos Descarregadores de Mar e Terra, será tratado o contexto que leva à criação do Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal.

Em inícios da década de 30, as classes operárias e piscatória sofriam um grave «crise de trabalho». Segundo o órgão de imprensa local, *A Voz do Seixal*, estariam desempregados 500 indivíduos (num concelho de cerca de 10 mil habitantes, o que

Bernardo de Oliveira e António Pereira Coelho, - vêm no Decreto organizador das Casas do Povo tudo quanto desejavam, pelos novos Estatutos, para a sua associação. Consultam Manuel Saraiva de Carvalho, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, e este aprova. Tornar-se-ia um facto a Casa do Povo de Amora” - in Fundo da Casa do Povo de Amora – Livro de Ouro

²⁴³ LIMA, Manuel A.S., *Op. Cit.*, pág.251

²⁴⁴ *Estatutos. Casa do Povo de Amora*, Amora, [s.e.], 1936

²⁴⁵ PATRIARCA, Fátima, “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, in *Análise Social*, Vol. XXVI, 1991, pág.46

²⁴⁶ Em finais de 1934, ocorreu uma reunião do Administrador do Concelho com os dirigentes da AC dos Descarregadores, tendo estes decidido que a mesma iria “...fundar o seu Sindicato ao abrigo da lei do Estado Novo Corporativo” – in *A Voz do Seixal*, Nº157, de 15/11/1934, pág.1

²⁴⁷ *Estatutos do Sindicato Nacional dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1939

demonstra a gravidade da situação) no início do ano de 1932.²⁴⁸ Apesar disto, as queixas da classe piscatória face à crise que atravessava já remontavam há anos atrás, e repetiam-se através da imprensa e junto das autoridades administrativas locais. Em 1933, a AC dos Pescadores queixava-se ao Administrador do Concelho sobre o facto das suas embarcações de arrasto serem proibidas de pescarem no espaço de 3 milhas entre a baía do Seixal e o Rio Tejo, o que consideravam ser algo de graves consequências para o bem-estar dos pescadores.²⁴⁹ Seria neste mesmo ano que a AC dos Pescadores, com uma grande expectativa de melhoria da situação da classe piscatória perante o novo regime, que esta se transformaria no Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal, tendo os seus estatutos aprovados em 30 de Dezembro de 1933 por alvará do INTP.²⁵⁰ Em 1937, quando o Sindicato Nacional já estava estabelecido, o Administrador do Concelho pessoalmente queixa-se ao Governador Civil de Setúbal, comentando que tendo os pescadores do Seixal sentido a necessidade de serem ouvidos pelo Governador Civil, para que este os pudesse “...*livra-los da miséria*”, pede a realização de uma reunião junto do Ministro da Marinha para tratar do mesmo assunto.²⁵¹ Em inícios de 1938, era a vez do Presidente da Câmara Municipal, António Viana Baptista, queixar-se ao Governador Civil sobre a situação da classe piscatória, pedindo auxílio à mesma classe, face à legislação desfavorável aos barcos tradicionais, usados pelos mesmos pescadores – afirma o Presidente que não auxiliar os mesmos podia causar consequências negativas da relação dos pescadores com o regime.²⁵² Com

²⁴⁸ Como consequência desta situação, tinha sido criada uma comissão de auxílio aos desempregados do concelho, constituída por delegados das AC existentes de todo o concelho – *Crise Económica*, in *A Voz do Seixal*, Nº111, de 21/01/1932, pág.1

²⁴⁹ “...*Foram os donos das embarcações de arrasto desta vila intimados pelo Snr. Capitão do Porto de Lisboa, que as mesmas embarcações só poderiam pescar por fora das 3 milhas marcadas...o que é impossível para as nossas embarcações à vela cumprir, o que representa uma proibição para os nossos pescadores ganharem um bocado de pão. A penalidade é multa de 30000\$00 e perda de direito de pescar por 1 ano.*” – AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Correspondência Recebida, Cx036 (ofício datado de 10/04/1933, enviado pelo Presidente da Associação de Classe Piscatória da Vila do Seixal para o Administrador do Concelho do Seixal)

²⁵⁰ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Nº3 de 30/12/1933, pág.3 (a sua sede no Seixal é considerada uma sede provisória)

²⁵¹ AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Copiadores de Correspondência Enviada, Cx099 (ofício datado do 28/09/1937, do Administrador do Concelho do Seixal para o Governador Civil do Distrito de Setúbal)

²⁵² “...*Não podemos considerar verosímil que uma classe trabalhadora por ser ordeira, suporte indefinida e pacientemente a não condescendência do Estado quando afinal, esses trabalhadores apenas pedem que um dos membros do Governo não os condenem à fome...num período de intensa infiltração política, como que atravessamos, a inteligência do mal, como bem disse Salazar, aproveita o menor descontentamento para chamar a si novos adeptos, numa difusão de teorias que seduzem sempre aqueles que se vêm prejudicados injustamente, pelos homens das suas doutrinas*” – in AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Copiadores de Correspondência Enviada, Lv060 (ofício datado de 28/01/1938, do Presidente da CMS para o Governador Civil de Setúbal)

a Lei Nº1953, de 11 de Março de 1937, que criam as Casas dos Pescadores, os Sindicatos Nacionais dos Pescadores existentes são dissolvidos e os seus sócios integrados na organização das Casas dos Pescadores. É a partir deste contexto que surgirá a Secção do Seixal da Casa dos Pescadores de Lisboa.

2.3 – Secção Desportiva da Casa dos Pescadores de Lisboa (sede no Seixal)

Em 17 de Outubro de 1938, era fundada a Casa dos Pescadores de Lisboa.²⁵³ Só anos mais tarde, em 1943, era criada a Secção Desportiva desta Casa dos Pescadores, Secção essa localizada no Seixal, na antiga sede da AC Piscatória do Seixal e do Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal.²⁵⁴ Grande parte da documentação pertencente a este organismo corporativo desapareceu por razões desconhecidas, existindo apenas documentação escassa disponível no fundo do mesmo, localizado no AHCMS.

Segundo este fundo, entre 1938 e 1957, estiveram registados 182 barcos nesta Secção Desportiva, durante um período de quase 20 anos.²⁵⁵ De acordo com um relatório, do ano de 1957, o autor concluía que as questões financeiras eram o “...*maior entrave ao desenvolvimento da actividade desta Secção Desportiva, que julga merecedora de auxílio*”.²⁵⁶

Nos ofícios enviados por esta (e na imprensa local), esta Secção Desportiva identificava-se como pertencendo à «Casa dos Pescadores do Seixal». No entanto, duvida-se que tal Casa dos Pescadores tenha chegado a existir.²⁵⁷

2.4 – Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal

Este Sindicato Nacional, sediado no Seixal, era o organismo corporativo responsável pela união dos operários corticeiros de todo o Distrito de Setúbal dentro do novo regime de organização corporativa.

²⁵³ Data de fundação mencionada em *Dez anos de política social: 1933-1943*, Casa Portuguesa, Lisboa, 1943

²⁵⁴ *A Casa dos Pescadores do Seixal*, in *A Voz do Seixal*, Nº328, de 15/01/1943, pág.1

²⁵⁵ AHCMS – Fundo da Secção Desportiva da Casa dos Pescadores do Seixal – Registo de Embarcações, Pt001

²⁵⁶ AHCMS – Fundo da Secção Desportiva da Casa dos Pescadores do Seixal – Relatórios de Actividades, Pt001 (Relatório datado de 23/03/1957)

²⁵⁷ Aliás, na sua monografia (datada de 1959), Manuel de Oliveira Rebelo identifica a Secção como pertencendo à Casa dos Pescadores de Lisboa

Em Dezembro de 1938, era noticiado que estava a ser preparada a implementação de Secções deste Sindicato Nacional por várias localidades do Distrito.²⁵⁸ Este Sindicato Nacional foi criado em Fevereiro de 1939²⁵⁹, num contexto onde a velha AC dos Operários Corticeiros do Seixal se submetia perante o novo regime autoritário e, juntamente com as autoridades administrativas, tratava da futura criação do mesmo Sindicato Nacional. Não nos foi permitido visualizar a documentação do fundo relacionado com o mesmo Sindicato²⁶⁰, o que muito provavelmente nos retirou uma fonte de grande valor para o conhecimento de como o mesmo foi fundado e como eram as suas relações com as autoridades e os organismos corporativos do patronato. O primeiro presidente deste Sindicato Nacional foi o seixalense António Lopes da Silva, monárquico, membro da comissão concelhia UN do Seixal e operário corticeiro.

Como veremos mais à frente nesta dissertação, seria através das Secções deste Sindicato Nacional que as comissões de operários corticeiros, sob a influência das «células» do PCP que surgiram nas Décadas de 40 e 50, tomariam posições reivindicativas para a melhoria das condições de trabalho do operariado corticeiro.

2.5 – Grémio do Comércio do Concelho do Seixal

Antes da criação deste Grémio, tinha existido durante um período de mais de 20 anos a Associação Comercial e Industrial do Concelho do Seixal, que tinha sido criada em 1913.²⁶¹ Esta Associação, dos quais tinham sido membros e dirigentes importantes republicanos do concelho (incluindo Leopoldino Gonçalves de Almeida e Alfredo dos Reis Silveira, tendo este sido o presidente da Direcção da mesma Associação, aquando do seu falecimento em 1935), representava os interesses patronais

²⁵⁸ “O Delegado do I.N.T.P., sr. Judice Costa, iniciou as démarches necessárias no sentido de integrar todos os operários da indústria corticeira do distrito de Setúbal, na organização corporativa, devendo, por isso, constituir-se, brevemente, na vila do Seixal, o Sindicato respectivo, que abrangerá quatro mil operários. Nos concelhos de Almada, Barreiro, Moita, Seixal, Grândola e Sines serão organizadas secções do referido Sindicato, nos quais ingressarão cerca de seis mil profissionais corticeiros.” - Operários da Indústria Corticeira. Organismos Corporativos, in *A Voz do Seixal*, Nº229, de 01/12/1938, pág.1

²⁵⁹ *Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal*, Optima Tipográfica, Lisboa, 1940

²⁶⁰ Está actualmente na posse da União dos Sindicatos de Setúbal

²⁶¹ Os seus estatutos tinham sido aprovados, pela primeira vez, por alvará de 31 de Maio de 1913, sendo que a sua denominação original era «Associação Comercial do Seixal», alterando a sua denominação em 1916. – in Fundo da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal. Secção do Seixal – *Estatutos da Associação Comercial e Industrial do Seixal* (publicados no *Diário do Governo*, II Série, Nº133, de 07/06/1916)

do concelho do Seixal, incluindo além dos interesses comerciais e industriais, os dos proprietários agrícolas, que não detinham uma associação legalizada no concelho representadora dos seus interesses. As fontes visualizadas provenientes do seu fundo privado demonstram que teve contactos com a União dos Interesses Económicos (que após 1926, deixou de lado a sua actividade política, tornando-se tornou uma associação nacional para influenciar a política económica do Estado).

Perante as autoridades administrativas, esta Associação tinha como objectivo influenciar a legislação local a favor dos interesses patronais locais: em 1934, na direcção da mesma Associação, a firma Mundet & C.^a representava o sector da indústria, o republicano Alfredo dos Reis Silveira representava o sector do comércio e o monárquico Manuel Luís de Carvalho representava o sector da agricultura, o que demonstra a elevada importância social desta Associação como um centro das elites locais.²⁶² As principais reivindicações feitas pela Associação à Câmara Municipal eram as relacionadas com a concorrência dos vendedores ambulantes face ao patronato do comércio concelhio²⁶³ e as que questionavam a política fiscal.²⁶⁴

Em Novembro de 1939, é noticiado que a Associação tinha requerido a sua conversão em Grémio do Comércio e tinha pedido à Câmara Municipal “...a *redução das taxas dos impostos indirectos em vigor no concelho, a-fim-de poder tentar-se barateamento do custo de vida e a concorrência dos vendedores ambulantes e o abastecimento sistemático em Lisboa e Barreiro, que tanto mal fazem ao comércio concelhio*”.²⁶⁵ O Grémio do Comércio do Seixal (que abrangia o território de todo o concelho) viria a surgir em 1941, sendo os seus estatutos aprovado por alvará datado de 4 de Maio do mesmo ano, herdando assim os mesmos objectivos que guiavam a

²⁶² AHCMS – Fundo da CMS – Correspondência Recebida, Cx30 (ofício datado de 31/05/1934, enviado pela Associação Comercial e Industrial do Seixal para o Presidente da CMS)

²⁶³ Em 1936, a Associação pedia ao Presidente da Câmara que tomasse providências contra “...o *abuso da parte dos vendedores ambulantes que, todos os sábados fazem permanência ao portão da Fábrica, fazendo por este modo uma desleal concorrência ao comércio, que paga as suas contribuições no concelho, e, que vê perdido o seu melhor dia de negócio que é o Sábado*” – In AHCMS – Fundo da CMS – Correspondência Recebida, Cx030 (ofício datado de 08/06/1936, enviado pela Associação Comercial e Industrial do Seixal para o Presidente da CMS); a fábrica a que o ofício se referia era a da Firma Mundet & C.^a, na freguesia do Seixal

²⁶⁴ Em 1937, queixando-se contra a percentagem de 10% do valor da contribuição industrial que os comerciantes tinham de pagar à Fazenda, a Associação pede que este novo imposto seja “*substituído por uma avença que não vá além de 15% sobre a contribuição industrial*” – In AHCMS – Fundo da CMS – Correspondência Recebida, Cx031 (ofício datado de 21/01/1937, enviado pela Associação Comercial e Industrial do Seixal para o Presidente da CMS)

²⁶⁵ *Vida Corporativa*, in *A Voz do Seixal*, N°252, de 15/11/1939, pág.3

Associação a que sucedeu.²⁶⁶ Este foi criado de acordo com o Decreto-Lei Nº24715 de 3 de Dezembro de 1934, que permitia a criação de grémios do comércio ou da indústria de forma facultativa. Segundo um inquérito datado de 23 de Maio de 1946, enviado pelo mesmo Grémio à Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa, este informa ter 277 membros, incluindo 62 merceiros, que estavam inscritos no Grémio de Retalhistas de Merceria do Sul. Os relatórios que o Grémio enviou, relativamente aos anos de 1941 e de 1944, demonstram as dificuldades que este enfrentava: os altos impostos indirectos, que os dirigentes do Grémio argumentavam afectarem gravemente o comércio, e a relutância de muitos membros em pagarem as suas cotas, o que trazia como consequência a dificuldade deste organismo corporativo em se financiar.²⁶⁷ Em 1942, o Grémio enviou uma queixa à CMS de várias páginas, criticando os altos custos dos impostos indirectos, propondo a substituição destes pela Contribuição Industrial, detalhada nos parágrafos 1º e 2º do art.º711 do Código Administrativo de 1936.²⁶⁸ Mais tarde, com o fim da 2ª Guerra Mundial, o Grémio atingiria os seus objectivos (como veremos mais à frente).

2.6 – O Grémio da Lavoura de Almada e Seixal

Este Grémio surge através do alvará do Sub-Secretário da Corporações, em 23 de Outubro de 1943, e criado de acordo com o Decreto-Lei Nº29494. Ao contrário de outros organismos corporativos locais, a constituição deste Grémio parece não ter recebido suficiente atenção por parte do jornal *A Voz do Seixal* – muito provavelmente porque o Grémio era sediado no concelho de Almada.

O concelho do Seixal, desde a sua fundação, parece nunca ter tido uma associação de agricultores legalizada até ao Estado Novo. Sabe-se que em 1921, o proprietário agrícola e antigo político monárquico José O'Neill Pedrosa terá tentado criar um Sindicato Agrícola, e que este chegou a elaborar estatutos e a ter cerca de 100 membros.²⁶⁹ Desconhece-se se tal associação chegou a ser legalizada: o jornal *O Seixalense* referiu num artigo, pouco após o início da sua publicação, que no Seixal

²⁶⁶ In AHP – Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa – Cx.5, nº17 (para conhecimento da primeira direcção do Grémio, ver Anexo XIV)

²⁶⁷ Relatórios e contas de 1941 e de 1944 do Grémio do Comércio do Seixal, in *Ibidem*

²⁶⁸ AHCMS – *O Seixal na História: Um Olhar Sobre o Século (1901-2000)*, pág.14-16 (publicação do arquivo)

²⁶⁹ A elaboração dos estatutos e a lista dos membros deste Sindicato Agrícola estão localizados no AHCMS – Espólio Mário Vieira Lourenço (pasta não numerada)

“...em tempos se produziram tentativas para a organização de um Sindicato Agrícola, que não tiveram resultados práticos, ignorando nós o motivo porque”²⁷⁰; em Fevereiro de 1931, *A Voz do Seixal* noticiava que agricultores do concelho pretendiam brevemente criar um sindicato ou uma cooperativa²⁷¹. Só em 1938 surgiria a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Seixal²⁷², por iniciativa de importantes proprietários agrícolas do concelho, incluindo Francisco Maria Gonçalo e Manuel Saraiva de Carvalho.²⁷³ Inserido no conjunto de Caixas pertencentes ao Crédito Agrícola, destinava-se a auxiliar financeiramente a actividade agrícola seixalense.

De acordo com o artigo N°47 dos estatutos deste Grémio da Lavoura, deveria ser fundada uma «Casa da Lavoura» no concelho do Seixal, para o armazenamento de produtos agrícolas locais e para a venda desses mesmos produtos no mesmo edifício. No entanto, tal «Casa da Lavoura» só seria criada muito tardiamente, no ano de 1958, na localidade do Fogueteiro, na freguesia de Amora.²⁷⁴ O conselho-geral do Grémio era constituído pelos 20 maiores proprietários dos concelhos de Almada e Seixal, e por 20 procuradores eleitos pelos sócios do mesmo. Em 1945, de acordo com um relatório enviado à Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa, o Grémio possuía 452 sócios do concelho do Seixal (de um total de 1444).²⁷⁵

Num concelho onde a indústria cresceu no período do Estado Novo e engolia um vasto número de mão-de-obra, a mecanização da actividade agrícola para os agricultores do Seixal era uma necessidade. Sendo que se ao Grémio da Lavoura cabia auxiliar estes, parece que tal auxílio de nada servia: segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal* de 1950 para o concelho do Seixal, os agricultores do Seixal acusavam o Grémio de não os beneficiarem em qualquer aspectos, e que este se limitava a receber manifestos de produção e a vender alguns produtos.²⁷⁶

²⁷⁰ *Sindicato Agrícola*, in *O Seixalense*, N°13, de 09/08/1925, pág.1

²⁷¹ *Cooperativa ou Sindicato de Agricultores do concelho do Seixal*, in *A Voz do Seixal*, N°83, de 05/02/1931, pág.1

²⁷² Manuel de Oliveira Rebelo relata na sua monografia que a Caixa tinha sido fundada 31 de Agosto de 1938, por iniciativa de João Calixto Grilo. – In REBELO, Manuel de Oliveira, *Op. Cit.*, pág.36

²⁷³ *Caixa de Crédito Agrícola do Seixal*, Ibidem, N°203, de 18/03/1938, pág.2

²⁷⁴ LIMA, Manuel A.S., *Op. Cit.*, págs.83 e 84

²⁷⁵ AHP - Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa - Cx.9, n°4 (os estatutos do Grémio, publicados em 1944, estão inseridos neste processo)

²⁷⁶ “...Não tem desempenhado qualquer acção [o Grémio] na comercialização dos produtos agrícolas; limita-se a receber manifestos de produção e a fornecer aos associados alguns alimentos concentrados para gado de rendimento e, também, fungicidas e insecticidas. O agricultor declara correntemente que lhe não traz qualquer benefício a existência deste organismo pelas condições em que está a trabalhar.” –

3 – A Mocidade e a Legião

Em 1936, o país encontra-se numa conjuntura em que a Guerra Civil Espanhola é para o Estado Novo uma prova de que o «perigo vermelho» era uma realidade bem forte e que podia trazer consequências negativas para a sua manutenção no poder. Juntamente com pressões provenientes de sectores da direita radical (em grande parte, de aderentes ao Estado Novo do extinto Movimento Nacional-Sindicalista), tal conjuntura vai levar a uma maior «fascistização» do regime. Como resultado desta “*crispação fascizante (...)*” serão criados no mesmo ano a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa (19 de Maio e 30 de Setembro de 1936), com um “*(...) folclore militarista de paradas e saudações romanas*”, baseados nas experiências milicianas do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão.²⁷⁷ Grande parte da informação adquirida sobre a actividade destas 2 organizações no concelho do Seixal foi descoberta no jornal *A Voz do Seixal*, que com o desaparecimento do jornal *O Seixalense*, torna-se o único órgão de imprensa local de longa duração.

3.1 – A Mocidade Portuguesa no Seixal

Territorialmente, por cada cidade ou vila que era centro de um concelho (o caso do Seixal), a Mocidade Portuguesa possuía uma «ala», que era o centro de actividades dos membros desta organização.²⁷⁸

Apesar de ser criada em 1936, só em 1938 começa a ser organizada a Mocidade Portuguesa no concelho do Seixal, sendo que o Presidente da CMS, António Manuel Viana Baptista, é escolhido o responsável pela sua organização.²⁷⁹ Antes da sua escolha para tal responsabilidade, o Secretário-Inspector da MP, Durão Ferreira, enviara em Fevereiro do mesmo ano um ofício ao Presidente da CMS, perguntando ao mesmo qual era o “*...número de escolas ou postos escolares existentes nesse concelho...bem como o número de alunos que as frequentam*”, para que fosse estudada a organização da

In VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal: Concelho do Seixal*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1950, pág.66

²⁷⁷ ROSAS, Fernando, “O Estado Novo nos anos 30”, in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol. VII: *O Estado Novo*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pág.244

²⁷⁸ VIEIRA, Joaquim, *Mocidade Portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, pág.39

²⁷⁹ Mocidade Portuguesa, in *A Voz do Seixal*, N°212 de 15/03/1938, pág.2

MP no concelho.²⁸⁰ No ano seguinte, por despacho do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, era o Presidente da Câmara o mesmo nomeado como Adjunto da MP no concelho, ao mesmo tempo que era condecorado pelo Ministro da Educação, o seixalense José Inácio Policarpo Alves Ferreira, dirigente local da MP²⁸¹ - pouco tempo depois, noticiava-se que seriam criadas vários centros escolares da MP no concelho.²⁸² No dia 27 de Maio de 1938, fez-se uma festa de inauguração da secção da MP do Seixal (pertencente à «Ala N°7», sediada no Barreiro), se deu o baptismo religioso de 56 filiados²⁸³ e no ano seguinte, nas comemorações do 1º de Maio integradas nas «Comemorações Centenárias» de 1940, a MP do Seixal esteve presente numa cerimónia de homenagem a Oliveira Salazar, com outras entidades locais.²⁸⁴

Em 1941, 5 anos após a criação da MP, era criada a «Ala N°11» do Seixal, separando-se esta da «Ala N°7» do Barreiro.²⁸⁵ Como consequência, António Manuel Viana Baptista (que abandonara o cargo de Presidente da CMS em 1939) era promovido ao posto de Sub-Delegado Regional da MP.²⁸⁶ Pouco depois, *A Voz do Seixal* publicava um artigo a elogiar esta organização juvenil, pelos seus princípios.²⁸⁷ A partir daqui, muito pouco se conhece sobre a «Ala N°11», excepto as suas actividades lúdicas.²⁸⁸ Para o seu sustento, esta Ala recebeu várias vezes apoio financeiro da quotização dos «amigos dos Centros»: em Julho de 1943, *A Voz do Seixal* relatava que tendo a «Ala

²⁸⁰ AHCMS – Fundo da CMS – Correspondência Recebida, Cx032 (ofício datado de 21/02/1938, enviado por Durão Ferreira - Secretário-Inspector da Mocidade Portuguesa - para o Presidente da CMS)

²⁸¹ *Mocidade Portuguesa*, in *Ibidem*, N°236, de 15/03/1939, pág.2

²⁸² “...No concelho do Seixal, vão funcionar sete centros escolares com «Lusitos» e «Infantes»”- *Mocidade Portuguesa*, in *Ibidem*, N°237, de 1 de Abril de 1939, pág.2

²⁸³ “...Nesta vila, realizou-se no dia 27 do p.p., uma interessante festa dedicada à Mocidade Portuguesa e levada a efeito pelo adjunto da Ala 7 – Divisão da Estremadura Seixal. Às 15 horas, na igreja paroquial da vila, foi ministrado pelo ver. Padre sr. Agostinho Duarte, o Sacramento do batismo de 56 filiados da Mocidade ainda não baptizados.” – *O primeiro dia da Mocidade*, in *Ibidem*, N°241 de 01/06/1939, pág.3

²⁸⁴ “...Teve lugar em 1 do mês corrente, nesta vila, e por iniciativa do digno adjunto da Mocidade Portuguesa, no nosso concelho, um cortejo, constituído por «castelos» de lusitos e várias delegações de organismos corporativistas e representações da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Seixal, a-fim-de homenagear, em espírito, o maior trabalhador português, ou seja o ilustre Presidente do Conselho, Sr. Dr. Oliveira Salazar.” - *Comemorando o 1.º de Maio. A Mocidade Portuguesa no Seixal*, in *Ibidem*, N°264, de 15/05/1940, pág.2

²⁸⁵ *Mocidade Portuguesa*, in *Ibidem*, N°281, de 01/02/1941, pág.2

²⁸⁶ *Boletim Mensal do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa*, Vol I., N°4 de Fevereiro de 1941, pág.180

²⁸⁷ “...Não resta dúvida alguma de que a M.P. é uma verdadeira escola oficial destinada a ministrar o que há de mais necessário e urgente à juventude...na escola da M.P. ensina-se a amar a Deus, a Pátria, a Honra, o Dever – eis os grandes princípios que devem nortear o pensamento actual dos bons portugueses” – *Como deve ser compreendida a M.P.?*, in *A Voz do Seixal*, N°284, de 15/03/1941

²⁸⁸ Em 1945, numa carta enviada ao jornal *A Voz do Seixal*, António Viana Baptista relata as dificuldades que o Centro de Vela da «Ala N°11» teve na aquisição de 3 barcos, que tinham sido adquiridos para a participação dos membros da «Ala» em competições de barco à vela e para promover o gosto dos membros da MP do concelho do Seixal por este desporto marítimo – *A Mocidade Portuguesa no Seixal*, in *Ibidem*, N°383 de 01/06/1945, pág.3

Nº11» estas quotas, através de um apelo a vários habitantes e entidades do concelho²⁸⁹, sendo que as quotas recebidas, incluem-se a quota anual de 500\$00 da empresa suíça Wicander (detentora de uma fábrica de cortiça na freguesia do Seixal) e as quotas anuais de 100\$00 de Axel Tore Rydin (imigrante sueco e gerente industrial na mesma fábrica) e de Karl Thien, imigrante alemão e correspondente comercial.²⁹⁰

Mais tarde, na Década de 50, haveria ainda pequenas referências à MP no novo jornal do concelho, *Tribuna do Povo*. Mas são referências pouco significantes, de uma organização já moribunda e desfalecida.

3.2 – Legião Portuguesa

Num relatório enviado pelo Governador Civil de Setúbal, Francisco Luís Súpico, para o Ministério do Interior, sobre o mês de Junho de 1936, relata-se que em vários concelhos (incluindo o do Seixal) do Distrito de Setúbal, a maioria da opinião pública era favor da vitória do lado republicano na Guerra Civil Espanhola.²⁹¹ Poucos meses após o Decreto-Lei que criava a Legião Portuguesa, começaram em Novembro de 1936 as inscrições no concelho do Seixal de membros para esta.²⁹² No mês seguinte, o Comandante Distrital de Setúbal da LP, Belarmino Raul Barros de Vasconcelos, pede ao Administrador do Concelho (José Elísio Gonçalves Louro) que este o informasse sobre o “*número provável de alistamentos nesse concelho afim de me habilitar a requisitar os respectivos boletins de inscrição do modelo geral da Legião*”.²⁹³ Vários ofícios enviados pelo mesmo Comandante Distrital fazendo o mesmo pedido nos meses seguintes demonstram que havia alguma insignificância inicial por parte das autoridades locais para a inscrição de legionários. Uma circular enviada pelo Governador Civil de Setúbal, no ano de 1937, relata que em várias localidades do Distrito de Setúbal os

²⁸⁹ Estas quotas são mencionadas na notícia *Mocidade Portuguesa do Concelho do Seixal*, in *Ibidem*, de 01/07/1943, pág.1

²⁹⁰ A nacionalidade e profissões destes indivíduos foram retiradas dos Livros de Registo de Estrangeiros, do Fundo da CMS do AHCMS (Lv003)

²⁹¹ No relatório, o Governador Civil informa que nos concelhos do Barreiro, Moita, Montijo, Seixal, Almada e Setúbal, 90% da população “...anseiam pela vitória da barbárie em Espanha e, dada a cobardia dos restantes elementos, que parecem tolerados nesta sociedade, pode afirmar-se que, se todo o país sentir como por aqui se sente, a vitória das esquerdas em Espanha será seguida, dentro de muito pouco tempo, pela aniquilação do nosso país” – ANTT – Fundo do Ministério do Interior – Gabinete do Ministro – Mç.481, [pt.11/12]

²⁹² “Na administração do concelho, está sendo feita a inscrição de legionários de todo o concelho é já grande o número de inscrições.” – *Legião Portuguesa*, in *A Voz do Seixal*, Nº196, de 30/11/1936, pág.1

²⁹³ AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Correspondência Recebida, Cx040 (ofício datado de 12/12/1936, enviado pelo Comandante Distrital da LP do Distrito de Setúbal para o ACS)

legionários sentiam-se ameaçados e que havia falta de protecção por parte das autoridades locais, pedindo assim maior auxílio a estes.²⁹⁴ Vemos assim que num contexto onde o operariado era hostil ou indiferente, e onde ainda se sentia um forte sentimento de republicanismo proveniente do regime anterior, parecia não existir grande simpatia pelos aderentes da Legião.

Em inícios de 1938, estavam a ser realizados os exercícios dos legionários seixalenses sob a supervisão do médico municipal Amândio Fiadeiro (na altura, presidente da Comissão Concelhia da UN a partir de 1938, sendo um cargo que deteria durante imensos anos.)²⁹⁵; em Agosto de 1938, estes exercícios estavam a ser desta vez supervisionados por Jaime Nunes da Rosa, médico-veterinário.²⁹⁶; numa entrevista ao jornal *A Voz do Seixal*, realizada no mesmo, o Presidente da CMS, António Viana Baptista opina sobre a LP do Seixal de que esta era no concelho “...*mais do que muitos esperavam, e é com um pouco de orgulho que ao vê-la, recordo que é minha filha, como muitos sabem*”.²⁹⁷ Num esforço de melhorar a posição dos membros da LP no concelho, o Comandante Distrital da LP, o Capitão Eduardo Emiliano Rego, propõe em inícios de 1939 a António Viana Baptista que a CMS favoreça legionários desempregados no concedimento de cargos administrativos locais.²⁹⁸

Em finais de 1939, numa entrevista ao Delegado da LP no Seixal (a lança da LP no Seixal fazia parte do Terço cuja sede era no Barreiro), o médico Amândio Fiadeiro, este relata sobre a ocorrência um incidente com António Viana Baptista, que o levou a pedir a demissão do mesmo cargo.²⁹⁹ Essa demissão no entanto parece não ter

²⁹⁴ “...em algumas localidades os legionários andam constantemente ameaçados e nem sempre a força pública lhes presta o auxílio de que carece” - In AHCMS – Fundo da ACS – Copiadores de Correspondência Expedida, Cx099 (ofício datado de 30 de Julho de 1937, enviado pelo Administrador do Concelho para o Regedor da Freguesia do Seixal, que contém a reprodução da respectiva circular do Governo Civil)

²⁹⁵ “Estão a ser realizados todos os domingos, os exercícios dos legionários do concelho do Seixal, sob a instrução e direcção do sr. dr. Fiadeiro, delegado da Legião Portuguesa, neste concelho.” – In *Ibidem*, N°212, de 15/03/1938

²⁹⁶ “...No Seixal, vão decorrendo com animação os exercícios dos legionários da vila, que estão recebendo instrução do sr. Jaime Nunes da Rosa, tendo-se também registado mais inscrições de novos legionários.” – *Legião Portuguesa*, in *Ibidem*, N°222 de 15/08/1938, pág.1

²⁹⁷ *Um Ano de Vida Camarária*, in *Ibidem*, N°225, 01/10/1938, pág.2

²⁹⁸ AHCMS – Fundo da CMS – Correspondência Recebida, Cx035 (ofício datado de 07/01/1939, enviado pelo Comandante Distrital da LP do Distrito de Setúbal para o Presidente da CMS)

²⁹⁹ “...houve apenas com a L.P., um mal-entendido, originário pela troca involuntária de duas notas ofício emitidas pela unidade que comando e por mim assinadas. A que foi para a Câmara, destinava-se a Setúbal. A que foi para Setúbal, destinava-se à Câmara. Naquela havia uma referência ao proceder da autoridade administrativa concelhia, que o sr. Viana Baptista achou bastante para me dirigir um ofício intimativo, com certeza ditada pela reacção de momento... Exigiam-me retratação dentro de 48 horas, sob pena de procedimento, etc.; entendi conveniente pedir a minha demissão de Delegado do Comando

chegado a ocorrer, pois em 10 de Março de 1940 que vai ser inaugurado o Quartel da lança da LP no Seixal, que ocorreria juntamente com uma homenagem a Amândio Fiadeiro, que ainda detinha o mesmo cargo de comandante e delegado.³⁰⁰ Nesta inauguração, são identificados como comandantes da «lança» do Seixal, Roberto Coelho de Almeida e Jaime Nunes Rosa. Roberto Coelho de Almeida estaria presente no juramento de novos legionários provenientes dos concelhos de Seixal, Almada e Barreiro, como o comandante da «lança» do Seixal.³⁰¹ A 19 de Abril de 1941, ocorreu uma cerimónia onde casaram 9 legionários seixalenses, que teve a presença do Comandante Distrital da LP, Emiliano Rego.³⁰²

Após 1941, o jornal *A Voz do Seixal* raramente relata algumas notícias relacionadas com a LP (ao contrário da MP), com a excepção das notícias sobre os exercícios de prevenção contra ataques aéreos da DCT, com a participação dos legionários do concelho.³⁰³ A LP parece ter perdido qualquer interesse por parte das autoridades locais, como prova o facto de em Maio de 1941, o Presidente da Junta de Freguesia de Amora decidir suspender o envio do Boletim da mesma organização para esta junta de freguesia.³⁰⁴ Enquanto a Mocidade está ainda em actividade no concelho na década de 50, desconhece-se o que se sucedeu à «lança» do Seixal. De acordo com um relatório do Governo Civil de Setúbal escrito em finais de 1944, no Distrito de Setúbal a LP era uma organização com uma “*existência precária*”.³⁰⁵ Num relatório

Distrital da L.P., no concelho.” - A vida política e administrativa do Concelho do Seixal, in A Voz do Seixal, Nº253, de 01/12/1939

³⁰⁰ “...Para solenizar a inauguração do seu quartel, a Legião Portuguesa do Seixal, realizou no passado dia 10 do corrente uma festa legionária, com a formatura geral, içar da bandeira e desfile pelas ruas da vila. Na sede do quartel, perante todos os legionários e grande número de assistentes foi descerrado o retrato do sr. dr. Amândio Fiadeiro, comandante da unidade e delegado do núcleo.” - *Inauguração do Quartel da Legião Portuguesa no Seixal*, in *Ibidem*, Nº260, de 15/03/1940, pág.2

³⁰¹ “...Em 14 de Julho realizou-se o juramento de Bandeira dos novos legionários de Almada, Barreiro e Seixal... Usaram da palavra o Comandante de lança de Almada, Dr. Eugénio Simões Pimenta e o comandante de lança do Seixal, Roberto Coelho de Almeida...” - In *Boletim da Legião Portuguesa*, Nº36, do mês de Agosto de 1940

³⁰² “...Com a assistência das autoridades concelhias, realizou-se no dia 19 de Abril, na igreja matriz do Seixal o casamento solene de nove legionários da formação local da «L.P.».” - In *A Voz do Seixal*, Nº287, de 01/05/1941, pág.1

³⁰³ “No Grémio do Comércio... teve lugar a 1ª reunião de todos os elementos legionários e civis que têm por missão a boa execução de proscricções a observar durante os exercícios de defesa contra ataques aéreos” - *Exercícios contra ataques aéreos*, in *A Voz do Seixal*, Nº313, de 01/06/1942, pág.2

³⁰⁴ “...Por falta de verba, esta Junta deliberou só assinar o Boletim da mui digna administração de Vª. Ex.ª por seis meses. Por este motivo, venho pedir a Vª. Ex.ª o favor de mandar receber o semestre e, logo que este acabe, suspender a remessa do mesmo Boletim.” - AHCMS - Fundo da Junta de Freguesia de Amora - Correspondência Expedida, Cx.001 (ofício datado de 18/05/1941, do Presidente da Junta de Freguesia de Amora para o Director do *Boletim da Legião Portuguesa*)

³⁰⁵ RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, pág.163

escrito em 1948 pela Comissão Distrital da UN de Setúbal, sobre a situação política em todas os concelhos do Distrito de Setúbal, relata que houve desagrado com a “...*transferência da Legião para o Barreiro.*”³⁰⁶ Não tendo sido possível adquirir qualquer informação sobre o que sucedeu à «lança» da LP do Seixal após a II Guerra Mundial, o mesmo relatório poderá apontar que esta talvez acabou por se dissolver, possivelmente tendo sido alvo das alterações que a LP sofreu em 1944.

4 - Primeiros sinais de oposição ao Estado Novo (década de 30)

Para detalhar a oposição activa no concelho do Seixal durante o Estado Novo, temos que ter em conta 2 aspectos: primeiro, em relação à história da oposição política ao Estado Novo, assinala-se a clara substituição da oposição demo-liberal republicana pela oposição anarco-sindicalista e comunista, visto que o «reviralhismo» perdeu totalmente o que restava do seu entusiasmo golpista após o movimento revolucionário de 26 de Agosto de 1931. Num contexto onde a Ditadura Militar endurecia a sua repressão e onde o prestígio de Salazar entre as suas fileiras marcavam o derradeiro caminho para a criação do Estado Novo, o «reviralhismo» retrai-se durante o estabelecimento do regime salazarista para novas tentativas conspiratórias, que facilmente serão desmanteladas pela polícia política (a PVDE).³⁰⁷ Como já referimos no capítulo anterior, verifica-se a quase inexistência de uma oposição legal ou mesmo insurreccional no concelho do Seixal por parte de republicanos «reviralhistas» (com a excepção da criação da comissão concelhia da Aliança Republicano-Socialista, em meados de 1931) durante todo o período da Ditadura Militar. O segundo aspecto a ter em conta é a existência de uma oposição à implementação do corporativismo proveniente de certos sectores da sociedade seixalense, que inclui o operariado industrial e até, como veremos, determinados interesses patronais.

³⁰⁶ “...*Houve inconveniente na transferência da Legião para o Barreiro.*” - in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1979, pág.27

³⁰⁷ ROSAS, Fernando, “Da ditadura militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar”, in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol. VII: *O Estado Novo*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, págs.226-229

4.1 – A oposição anarco-sindicalista

Os anarco-sindicalistas, representados pela Confederação Geral do Trabalho (a confederação sindical, ilegalizada em 1927), constituem um sector político-ideológico muito activo na oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo durante os seus primeiros anos de existência, e que detinha uma vasta influência no movimento operário na zona da «Margem Sul», através das AC e sindicatos. Como foi referido no capítulo anterior, no concelho do Seixal o movimento operário demonstrava-se indiferente perante a situação política que a Ditadura Militar representava, apesar das medidas tomadas por esta cortarem ao operariado grande parte da liberdade de acção que este detinha durante a I República. No entanto, anarco-sindicalistas pareciam estarem clandestinamente activos no concelho, como demonstra uma queixa escrita pelo Regedor da freguesia de Amora ao Administrador do Concelho do Seixal, em Maio de 1933.³⁰⁸ Em 18 Janeiro de 1934, perante a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e a implementação forçada de Sindicatos Nacionais integrados no regime corporativo implantado pelo Estado Novo (a «fascização» dos sindicatos), várias organizações sindicais com diferentes tendências político-ideológicas (a CGT anarco-sindicalista, a CIS comunista, a FAO socialista e sindicatos autónomos) vão participar numa tentativa greve geral revolucionária nesse mesmo dia, que devia sair em simultâneo com outro golpe militar republicano «reviralhista».³⁰⁹ Supostamente, juntamente com outras localidades da zona da «Margem Sul do Tejo», o operariado do concelho do Seixal terá manifestado apoio à greve geral, desconhecendo-se no entanto as consequências que a repressão teve no concelho. A historiografia relacionada com este acontecimento refere detalhadamente sobre como ocorreu a movimentação revolucionária ocorrida em Almada e no Barreiro: mas nada escreve sobre concelho do Seixal.³¹⁰ Sabe-se que Manuel Augusto da Costa, um servente de pedreiro que residia na freguesia de Amora, foi preso por no dia 30 de Janeiro, por ter em sua posse “...300 bombas para serem utilizadas na greve revolucionária de 18/01/1934 (...)” e “ (...) uma arma proibida e 20 balas para a

³⁰⁸ “...Tenho a informar a V. Ex. que no dia 22 para 23 do corrente mês que no lugar de Corroios foram afixados grande quantidade de manifestos anarquistas e comunistas nas paredes das casas e lugares públicos.” - In AHCMS – Fundo da ACS – Correspondência Recebida, Cx036 (ofício datado de 23/05/1933, enviado pelo Regedor da freguesia de Amora para o Administrador do Concelho do Seixal)

³⁰⁹ PATRIARCA, Fátima, *Sindicatos contra Salazar: A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pág.13

³¹⁰ Na obra de citada escrita por Fátima Patriarca, não é mencionada qualquer prisão ou qualquer acto de repressão governamental realizado no concelho do Seixal. No entanto, ambos os jornais da imprensa local, *O Seixalense* e *A Voz do Seixal*, não publicaram quaisquer números durante o mês de Fevereiro de 1934 – muito provavelmente devido a ordens da Censura

mesma”. Condenado a 14 anos de degredo, acabaria por morrer no ano de 1945, no Campo do Tarrafal, encontrado-se entre as suas primeiras vítimas.³¹¹

Apesar da conseqüente repressão que ocorreu face à tentativa desta greve geral revolucionária, os anarco-sindicalistas ainda detêm alguma importância no seio da oposição clandestina, existindo ainda em várias localidades do Sul do País (incluindo o Seixal) grupos clandestinos, entre os anos de 1934 e 1938.³¹² Em meados de 1938, seriam presos vários indivíduos suspeitos de fazerem parte destes grupos clandestinos, sob a acusação de fazerem propaganda subversiva de carácter anarquista e comunista.³¹³ Segundo o 2º Volume do processo citado, o anarco-sindicalista José Paulo Lola tinha aliciado vários indivíduos que moravam no concelho do Seixal para promover a distribuição de material de propaganda (incluindo os jornais clandestinos *A Batalha* e *Avante!*) e que como consequência foram criados vários núcleos de organização anarco-sindicalista: 2 na freguesia do Seixal, 1 na freguesia de Amora e 1 na localidade de Torre da Marinha (localidade onde se localizava a Fábrica de Lanifícios de Arrentela, e que pertencia à mesma freguesia).³¹⁴ Muitos destes indivíduos acabariam por serem libertados cedo, no ano de 1939.³¹⁵ Depois da prisão destes indivíduos, desconhece-se a existência de quaisquer núcleos clandestinos ou indivíduos que expressassem ideais anarco-sindicalistas no concelho do Seixal.

4.2 – A «nascimento» da oposição comunista no concelho do Seixal

Desconhece-se a existência de indivíduos simpatizantes ou membros do PCP no concelho do Seixal, desde a fundação do partido, em 1921, até aos anos 30. Em Maio de 1934 (meses após a repressão da greve geral de 18 de Janeiro), o Governador Civil de Setúbal envia ao Ministro do Interior a transcrição de ofícios do Administrador do

³¹¹ ANTT – Fundo PIDE/DGS - Registo-Geral de Presos, Livro 1, Registo nº142 (Manuel Augusto da Costa)

³¹² GUIMARÃES, Paulo, “Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)”, in M. Gutiérrez e D. Palacio Cerezales (Coord.), *Conflicto político, democracia y ditadura. España y Portugal en la década de 30*, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2007

³¹³ O processo está presente no Fundo do Tribunal Militar Especial, no Arquivo Histórico-Militar (Processo Nº468/938)

³¹⁴ AHM – Fundo do TME - Processo Nº468/938, 2ºVol., fols.485 e 486; Ver Anexo XXI com os nomes dos indivíduos do mesmo processo, que foram presos no concelho do Seixal

³¹⁵ Ver Anexo XXI, com as datas de libertação dos indivíduos presos do mesmo processo

Concelho do Seixal e do Presidente da CMS, confirmando estes que não conheciam quaisquer funcionários civis ou militares do concelho que pudessem ser identificados como comunistas.³¹⁶ No entanto, existem notícias na década de 30 no jornal clandestino representante do PCP *Avante!*, relacionadas com a situação do PCP no concelho do Seixal: durante a comemoração do dia 1º de Maio, o jornal relata Seixal esteve entre as localidades do Sul de Portugal onde se distribuíram manifestos comunistas³¹⁷; em Março de 1937, relata-se a prisão de 21 operários nos concelhos do Seixal e do Barreiro, afirmando que estas eram injustificadas³¹⁸; em Maio do mesmo ano, o jornal relata que das 2 fábricas de pólvora existentes na freguesia de Amora, estavam a ser enviadas material de guerra para o lado nacionalista da Guerra Civil Espanhola.³¹⁹ De acordo com o processo visualizado anteriormente sobre a prisão de vários elementos anarco-sindicalistas no concelho do Seixal, são presos juntamente com estes 2 indivíduos que são identificados como sendo comunistas: um destes é António Fernandes Antunes Júnior, que segundo o mesmo processo, tinha sido preso em Março de 1932, por ser um “...*elemento comunista e agitador de classe (...)*” e que na sede da Associação de Classe dos Descarregadores de Mar e Terra do Seixal, da qual o mesmo era presidente na altura, tinham sido encontrados “ (...)*livros de doutrinas avançadas*”³²⁰; o outro indivíduo identificado como comunista é o operário corticeiro Joaquim Pinheiro, que abandonando os ideais anarco-sindicalistas, passou a ser apoiante do PCP, distribuindo exemplares do jornal *Avante!* a vários indivíduos identificados no mesmo processo, inicialmente mentindo no seu primeiro interrogatório que não era ele o distribuidor do mesmo jornal, com objectivo de “...*ocultar o seu agente de ligação com o Partido Comunista*”³²¹.

³¹⁶ “...*cumpre-me informar que neste concelho não existe funcionário, tanto civil como militar, que professem ideais comunistas, acontecendo outro tanto com o professorado, que cumprem rigorosamente os deveres do seu cargo.*” – in ANTT – Fundo do Ministério do Interior – Gabinete do Ministro, Mç.469, pt.16/11 (ofício datado de 01/05/1934)

³¹⁷ “*Em BEJA, MONTIJO, SEIXAL E ALHOS-VEDROS os camaradas das organizações locais fizeram larga distribuição de manifestos do Partido.*” – *Como decorreu o 1º de Maio*, in *Avante!*, N°7 da II Série, de Maio de 1935, pág.4

³¹⁸ *Prisões injustificadas*, in *Ibidem*, N°29 da II Série, da 2ª Quinzena de Março de 1937, pág.2

³¹⁹ “... *Em Amora, pequena povoação no sul, existem duas fábricas de pólvora, uma em Vale de Milhaços e a segunda em Cabo da Marinha, um pouco fora da povoação. Ambas têm fornecido material para os fascistas assassinos do glorioso espanhol... Para esta fábrica, foram enviados há dias de bordo de um vapor alemão oito caixotes, um pequeno barco propriedade do snr. Leopoldo Diniz, da referida vila... Esses caixotes continham metralhadoras que seguiram com rumo aos fascistas espanhóis*” - *Não intervenção...*, in *Ibid*, N°333 da II Série, da 1ª Quinzena de Maio de 1937, pág.3

³²⁰ AHM – Fundo do TME - Processo N°468/938, 2ºVol., fol.236

³²¹ *Ibidem.*, fol.487

Outro caso sobre um indivíduo identificado como comunista é José Maria Vinagre Preto da Cruz, que foi professor num estabelecimento escolar da «Escola Velha», na freguesia de Amora. De acordo com as memórias daqueles que tinham sido seus alunos, José Maria Vinagre era temido por estes, pelos castigos físicos que cometia aos alunos, quando “...entendia que não se portavam bem ou tinham menos bons resultados escolares”.³²² Apesar da autoridade que o Estado Novo lhe proporcionava para agir de tal maneira, este professor parece não ter sido cúmplice do regime: em Janeiro de 1937 José Maria Vinagre foi preso, para “averiguações”, tendo sido solto em Julho do mesmo ano.³²³ De acordo com um artigo publicado em Dezembro de 1974, no jornal *Tribuna do Povo*, este relata sobre a prisão do professor ocorrera da seguinte forma: “...Invadiram-lhe a casa, arrastaram-no para a rua e levaram-no, alheios aos rogos da esposa, que, de joelhos, implorava a liberdade do marido.”³²⁴ Em 1938, o Governador Civil de Setúbal envia ao Ministro da Educação a cópia de uma queixa do Presidente da CMS, António Viana Baptista, contra José Maria Vinagre, informando que este se encontrava novamente habitando na freguesia de Amora, temendo as consequências da sua recondução ao seu cargo anterior (de professor primário) e do facto de este se encontrar em liberdade.³²⁵ De acordo com o citado processo do Registo Geral de Presos do Fundo da PIDE/DGS, José Maria Vinagre seria preso uma segunda vez em Outubro de 1946, sendo condenado desta vez a 14 meses de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos durante 3 anos (desconhecendo-se a razão). Não existem outras fontes ou bibliografia conhecidas que mencionem a existência de outros elementos comunistas presentes no concelho na década de 30.

4.3 – As «réstias» do republicanismo seixalense

Sobre a oposição republicana demo-liberal após a implantação do Estado Novo, um relatório enviado pelo Governador Civil de Setúbal, Francisco Luís Súpico, ao Ministro do Interior, relacionado com o mês de Novembro de 1936, prova que esta era claramente quase inexistente: este informa que os apelidados «revirahistas» de todo

³²² LIMA, Manuel A.S., *Amora: Memórias e Vivências D’Outrora*, Plátano Editora, 1ª Edição, 2006, pág.308

³²³ ANTT – Fundo PIDE/DGS - Registo-Geral de Presos, Livro 29, Registo N°5632 (José Maria Vinagre Preto da Cruz)

³²⁴ Artigo transcrito de LIMA, Manuel A.S., *Op. Cit.*, pág.309

³²⁵ ADS – Fundo do Governo Civil de Setúbal – Registo de Correspondência Confidencial Expedida, Livro N°2, fol.97 (ofício de 10/08/1938, enviado pelo Governador Civil de Setúbal ao Ministro da Educação)

o Distrito de Setúbal terão abandonado a sua posição «anti-situacionista» devido ao surgimento da Guerra Civil Espanhola devido a estes não puderem ser “...*por espirito, por educação e formação moral...bolchevistas*”, passando a apoiarem o Estado Novo.³²⁶ Tal afirmação não pode ser considerada de todo incorrecta, sendo que na situação do Seixal, muitos republicanos afastaram-se da vida política ou passivamente apoiaram o novo regime. Foi no entanto possível identificar o caso de um indivíduo que, identificando-se como republicano, envolveu-se em problemas com as autoridades locais: foi o caso do farmacêutico António Jesus Pires. Este enviou uma queixa contra o Administrador do Concelho, José Elísio Gonçalves Louro (a queixa foi recebida pelo Gabinete do Ministério do Interior, a 24 de Setembro de 1937), por considerar que este sofria de “*mania da perseguição (...)*” e de ter um “ (...)*temperamento impulsivo e repulsivo, que em vez de atrair, repele alguém que pensaria e desejaria aderir ao Estado Novo*”. Num dia, ao ter fechado a sua porta de casa ao ver que o Administrador do Concelho se aproximava, António Jesus Pires foi intimado a comparecer ao posto da polícia, onde o Administrador ameaçou-o com prisão caso cometesse novamente tal acto. O queixoso identifica-se como republicano e simpatizante do Estado Novo, ao qual ainda não tinha aderido por “...*ver que à sua sombra ainda vadiam criaturas que dele deviam ser irradiados como medida profilática*”.³²⁷ O queixoso também relata que importantes dirigentes no Estado Novo no concelho, como Amândio Fiadeiro, Leopoldino Gonçalves de Almeida e António Viana Baptista também já se queixavam José Gonçalves Louro devido à sua conduta. O Governador Civil de Setúbal, António Barreiros Cardoso, chegou à conclusão que a queixa do farmacêutico não tinha fundamento.³²⁸ Não se conhece quais as consequências que a queixa teve para António Jesus Pires.

Outro caso relacionado com o republicanismo seixalense é a polémica causada pelo artigo *O Boga do Seixal*, publicado no jornal *1º de Maio* (propriedade da FNAT – «Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho»), em Março de 1940. Neste artigo, o jornal afirma que Joaquim dos Santos Boga (um dos «velhos republicanos» do

³²⁶ ANTT – Fundo do Ministério do Interior - Gabinete do Ministro, Mç. 479, [pt.3/9] (relatório sobre o mês de Novembro de 1936)

³²⁷ ANTT – Fundo do Ministério do Interior – Correspondência Recebida, Mç.489, Liv.1 –DS/S1, Nº5, NT 363-2, fols. 1,2 e 3

³²⁸ “...o referido Administrador é uma pessoa sensata e educada, incapaz de injustiças e incorreções, seja para quem for. Informo mais Vossa Excelência de que aquele farmacêutico não é pessoa afectada à Situação tendo-lhe nesta data oficiado para vir a este Governo Civil dar-me explicação acerca da sua atitude para com a autoridade administrativa local.” – Ofício confidencial, datado de 30/10/1937, enviado pelo Governador Civil de Setúbal ao Gabinete do Ministério do Interior, in *Ibidem*, fol.6

concelho) era um operário, analfabeto e um indivíduo inofensivo que tinha sido influenciado pela “mentalidade democrática” e que foi usado por anti-clericais para os seus fins. Relatando que Boga vivia na miséria, o jornal afirma «perdoar» Boga pelos seus velhos ideais e pede que este fosse enviado para um asilo.³²⁹ Perante este artigo, a própria filha de Joaquim dos Santos Boga, Maria Eugénia dos Santos Ribeiro, envia uma resposta ao jornal, que *A Voz do Seixal* acabaria por transcrever num dos seus números: nesta resposta, Maria Eugénia afirma que o seu pai não é analfabeto e que não precisava (como propunha o jornal *1º de Maio*) de ir para um asilo, pois era sustentado pela sua família, além de afirmar que o seu suposto anti-clericalismo era exagerado.³³⁰ O famoso «Boga do Seixal» acabaria por falecer em 1944.

4.4 – Resistência face à implantação do regime económico corporativo

No concelho do Seixal, existiriam interessantes casos de resistência à implementação do corporativismo. Como já foi detalhado anteriormente, na década de 30 a classe piscatória seixalense (através do Sindicato Nacional dos Pescadores do Distrito de Setúbal) e vários interesses patronais do concelho, representados pela Associação Comercial e Industrial do concelho, queixaram-se várias vezes das políticas que o governo e as autoridades administrativas locais praticavam, que defendiam serem prejudiciais para essas classes sociais. Estes casos eram relacionados mais com a falta de apoios do Estado à classe piscatória seixalense e com as políticas fiscais realizadas pela CMS, do que uma crítica ao regime económico corporativo. Em meados de 1935, os taberneiros do Seixal recusavam-se a pagar o imposto do vinho implantado pela Câmara Municipal.³³¹

³²⁹ “O BOGA do Seixal foi um tipo criado pela mentalidade democrática. Modesto operário, analfabeto, foi arrancado ao labor da oficina para andar de terra em terra a dar «morras» à religião e aos padres- Foi um «mata-frades» inofensivo que os anti-clericais aproveitaram na sua ignorância e na sua boa-fé.” - *O Boga do Seixal*, in *1º de Maio- Jornal de Todos os Trabalhadores*, Nº40, de 16/03/1940, págs. 1 e 8

³³⁰ “...Quanto a matar frades, basta informá-lo que casou católico. E a sua mentalidade democrática é ainda hoje a divisa de uma grande nação que o nosso governo em boa hora segue. Também a Igreja teve altos espíritos democráticos. Vive realmente pobre, porque ao fim de dezenas de anos de trabalho foi despedido do Arsenal, sem um centavo de reforma. E esta sim é que agradecia a V., porque ele mereceu, pelo esforço dado ao Estado e pela honestidade que muitos, hoje, bem, não podem discutir.” – *Ainda a propósito de Joaquim dos Santos Boga*, in *A Voz do Seixal*, Nº264, 15/05/1940, pág.2

³³¹ O Administrador do Concelho queixou-se ao Governador Civil de Setúbal face a este caso, afirmando que “...por parte dos comerciantes de vinhos se esboça uma atitude, não digo de grande rebeldia, mas de retraimento no pagamento do imposto que a Comissão Administrativa não pode deixar de cobrar e por consequente dos custos na laboração do orçamento.” – ADS – Fundo do Governo Civil do Distrito de Setúbal – Registo de Correspondência Confidencial entrada no Governo Civil, Cx.3, cota – 18379, fols.18

Os casos de resistência que foram encontrados nas fontes visualizadas sobre resistência ao corporativismo foram a das classes dos industriais de padaria e por parte dos comerciantes do concelho.

Em Outubro de 1934, um grupo de industriais de panificação do concelho do Seixal envia uma queixa ao Ministério da Agricultura, queixando-se da actuação da Comissão Administrativa da CMS, ao esta ter ordenado “...apreender as sacas de farinha que os referidos industriais compram para a panificação das suas padarias (...)” e reclamando também que “ (...) não podiam continuar a pagar o imposto directo e legal que a Câmara exige pagar”, pois o dinheiro que perdiam a pagar as sacas de farinha de acordo com a nova tabela de preços estabelecida não lhes proporcionava a margem de lucro que os permitissem pagar o mesmo imposto. Os queixosos referem também que foram ameaçados com a sua prisão, caso não pagassem o imposto.³³² O tratamento do caso foi transferido para o Ministério do Interior.

Estes padeiros criticavam assim uma das federações estabelecidas pela legislação corporativa pelo Estado Novo, que agrupava obrigatoriamente todos os industriais da moagem/panificação, e os entraves que esta impunha à actividade destes. Isto constituía uma crítica ao regime económico corporativista. O Presidente da CMS nesse ano, Leopoldino Gonçalves de Almeida, responde que era falsa a queixa dos panificadores sobre o imposto camarário sobre o trânsito das sacas de farinha, sendo que o imposto existente era um que já existia no concelho desde há anos atrás.³³³ Este caso teve como consequência a demissão do Presidente da Junta de Freguesia de Amora, pelo facto de este não ter informado o Administrador do Concelho sobre a recusa dos industriais de padaria da mesma freguesia não quererem pagar o imposto.³³⁴ Anos depois, os problemas causados pelo incumprimento das leis por parte dos industriais de panificação, levou a que em meados de 1936, uma comissão de

e 19 (ofício confidencial, s/d , enviado pelo Administrador do Concelho do Seixal para o Governador Civil de Setúbal)

³³² ANTT – Fundo do Ministério do Interior - Gabinete do Ministro, Mç.468, [pt. 27/11], fol.1 (ofício datado de 06/10/1934, enviado pelos industriais de panificação ao Ministério da Agricultura)

³³³ *Ibidem.*, fol.3 (cópia do ofício enviado pelo Presidente da CMS ao Governador Civil de Setúbal, datado de 10/10/1934)

³³⁴ “... *cumpre-me informar V. Ex.^a. que embora eu o demittisse por motivo estranho ao exercício do seu cargo, entendi que assim devia proceder pela razão de não usar da lealdade para comigo informando-me a tempo do acto de rebeldia dos seus colegas industriais de panificação que declaravam inabalavelmente não mais pagar o imposto indirecto sobre farinha a partir de 5 do corrente causando por isso perturbação à vida dos municipais.*” – in AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Copiadores de Correspondência Expedida, Lv095, fol.116 (ofício datado de 19/10/1934, enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Setúbal)

representantes das classes pobres fosse reivindicar junto do Administrador que fosse forçada a lei em vigência de manter o preço do pão limitado até \$90, o que conseqüentemente levou este a pedir auxílio ao Governador Civil de Setúbal sobre o sucedido, temendo que a respectiva situação pudesse “...*irritar perigosissimamente o estado de espirito da população*”.³³⁵ Em finais de 1934, segundo Fátima Patriarca, os comerciantes das freguesias de Arrentela, Amora e Paio Pires (juntamente com outros de várias localidades de todo o país) contestaram o Decreto-Lei N°24402, que implementava o descanso dominical para a indústria e o comércio.³³⁶

Estes casos não seriam os únicos a demonstrar sinais de oposição por parte dos sectores patronais contra as políticas das autoridades locais, pois como veremos, o próprio Grémio do Comércio do Seixal irá ser crítico da política fiscal da CMS, em plena 2ª Guerra Mundial.

5 – A 2ª Guerra Mundial: repercussões no concelho

Nos 2 primeiros anos da 2ª Guerra Mundial, Portugal não sofre muito do impacto socio-económico trazido pelo conflito.³³⁷ No entanto, será a partir do Verão de 1940 que a situação acabaria por se alterar com a perda de mercados para exportação de produtos portugueses e com a quebra de fornecimento de géneros essenciais para o desenvolvimento da económica portuguesa, devido largamente ao bloqueio económico imposto pelos Aliados (Reino Unido e os EUA).³³⁸

Será no período da 2ª Guerra Mundial, perante as dificuldades do Estado Novo em enfrentar o impacto socio-económico da guerra e da vitória já previsível dos Aliados a partir do ano de 1943 (que representaria uma derrota ideológica para o regime, perante a vitória das democracias e da União Soviética), que o regime irá enfrentar a primeira crise da sua existência, com acontecimentos como as movimentações grevistas de 1942, 1943 e 1944, o «renascer» da actividade clandestina do PCP» e o surgimento do

³³⁵ ADS – Fundo do Governo Civil de Setúbal – Registo de Correspondência Confidencial, Cota -18379, Cx.3 (ofício sem data, provavelmente enviado em finais do mês de Agosto de 1936, pelo Administrador do Concelho do Seixal para o Governador Civil de Setúbal)

³³⁶ PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947). Vol II*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, pág.395

³³⁷ “A Economia de Guerra: principais condicionantes exógenas da Economia Portuguesa durante a II Guerra Mundial”, in ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pág.46

³³⁸ *Ibidem*, pág.49

Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), que uniu vários sectores da oposição contra o regime.³³⁹

5.1 – As «Comemorações Centenárias» de 1940 no concelho do Seixal

As «Comemorações Centenárias» de 1940 (celebração da fundação da nação portuguesa em 1140 e da Restauração da Independência de 1640), nas quais se inseriram a elaboração da famosa Exposição do Mundo Português do mesmo ano, constituíram o esplendor propagandístico do novo regime ditatorial consolidado, com fins políticos.³⁴⁰

Um aspecto pouco conhecido relacionado com as «Comemorações Centenárias» é a realização destas comemorações pelo resto do país. No Seixal, o programa estas comemorações durariam durante meio ano (no dia 2 de Junho dava-se a inauguração das comemorações e a dia 2 de Dezembro dava-se a cerimónia do seu encerramento), constituídas principalmente pela realização de festas tradicionais do concelho.³⁴¹ A cerimónia do içar da «bandeira da Fundação» do dia 4 de Junho foi a cerimónia mais importante do programa. Para a sua preparação, as autoridades do regime tomaram medidas para uma boa aparência das comemorações: o engenheiro António Salles Henriques, da Direcção das Estradas do Distrito de Setúbal, informava em Julho de 1939 o Presidente da CMS para que ordenasse aos proprietários de prédios e muros do concelho que estivessem localizados perto das estradas nacionais que “...procedam a caiações, reparação de rebocos e pintura de portas e janelas, de modo a que todos, dentro das suas possibilidades contribuam para que as povoações apresentem o melhor aspecto possível a quem as visite ou por elas passe”.³⁴² O Presidente da CMS na altura das comemorações, Cosme Narciso Lopes, era também o presidente da comissão concelhia para as Comemorações Centenárias. Num ofício

³³⁹ Sobre esta primeira crise política do regime, ver ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)” in MATTOSO, José (dir), *História de Portugal. Vol. 7: O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, págs.369 a 408

³⁴⁰ “...O empenho político nas comemorações resulta da compreensão do que estava em jogo: passar ao acto (em forma de comemoração) a consagração pública de uma legitimidade representativa própria, desta feita, eminentemente ideológica e histórica.” – BARROS, Júlia Leitão de, “Exposição do Mundo Português”, in BRITO, J.M. Brandão de, e ROSAS, Fernando (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I), Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pags.325 e 326

³⁴¹ Ver Anexos XVI e XVII com o programa das «Comemorações Centenárias» para o concelho do Seixal e a comissão concelhia responsável por estas

³⁴² AHCMS – Fundo da Câmara Municipal do Seixal – Documentos Relativos a Festividades, Cx001 (ofício datado de 14/07/1939, enviado pelo engenheiro António Salles Henriques ao Presidente da CMS)

enviado para os vogais da mesma comissão concelhia, o Presidente informa que as comemorações não se deviam caracterizar pelos gastos no seu fausto, mas nos gastos realizados nos «melhoramentos públicos» a serem inaugurados durante estas.³⁴³ Em Julho de 1940, estava programada a inauguração de novas instalações locais da GNR, Registo Civil, Registo Predial e da nova sede da Junta de Freguesia do Seixal.

A cerimónia do içar da «bandeira da fundação», realizada a 4 de Junho de 1940, deu-se durante a manhã do mesmo dia, com a presença de representantes na cerimónia de vários organismos corporativos e associações do concelho, dando-se depois um cortejo que passou por várias ruas do concelho. Segundo o relatório escrito pelo Presidente da CMS, os festejos deste dia tinham sido os maiores que alguma vez tinham ocorrido na história do concelho.³⁴⁴ Por fim, foi durante as «Comemorações Centenárias» que foi criada a bandeira oficial da CMS, obra essa que esteve nas mãos do contabilista seixalense João Calixto Grilo, um homem envolvido em actividades de âmbito cultural e responsável sobre a elaboração de estudos históricos sobre o concelho do Seixal.³⁴⁵

5.2 – A economia de guerra no concelho durante os anos da guerra

Como consequência do aumento da conflitualidade da 2ª Guerra Mundial, agrava-se a situação da economia portuguesa a partir do ano de 1941, com grandes dificuldades a surgirem no sector agrícola, no sector industrial e com o agravamento de preços de géneros de primeira necessidade, levando o país a entrar na fase da economia de guerra.³⁴⁶ Será neste contexto que o Governo acabaria por tomar medidas mais duras, como ordenar a publicação de manifestos de produção obrigatórios, a requisição forçada

³⁴³ “O programa das Comemorações Centenário no concelho, foi delineado tendo em consideração circunstâncias especiais e sobretudo o aspecto económico: - gastar em fausto o que não chega para necessidades instantes da população, é critério incoerente com a divisa oficial – a melhor forma de comemorar os Centenários consistirá na inauguração de melhoramentos públicos!” – in *Ibidem*. (ofício datado do mês de Maio de 1940, enviado pelo Presidente da CMS para os vogais da comissão concelhia do Seixal para as Comemorações Centenárias)

³⁴⁴ “...Do meu conhecimento não houve até hoje festa de maior repercussão no concelho, se bem que algumas outras se lhe aproximassem: a inauguração do padrão aos mortos da G. Guerra e concentração de colectividades de recreio promovida por uma Sociedade do Seixal: Sociedade União Seixalense... cremos que poucas terras da categoria do Seixal, conseguiram fazer melhor que nós em 4 de Junho.” – in *Ibidem*. (Relatório das festas concelhias das Comemorações Centenárias – datado de 06/06/1940-, dos dias 2 e 4 de Junho de 1940, escrito por Cosme Narciso Lopes, Presidente da CMS)

³⁴⁵ Muitos rascunhos e correspondência que estiveram na posse de João Calixto Grilo estão incluídos no espólio privado de Mário Vieira Lourenço, sob a posse do AHCMS

³⁴⁶ ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, págs. 170 e 171

de mercadorias necessárias para o abastecimento público e a fixação de preços para combater a inflação.³⁴⁷ Em 1942, segundo a Portaria N°9996 do Ministério da Economia, datado 9 de Janeiro do mesmo ano, é ordenada a criação das Comissões Reguladoras do Comércio Local (instituídas por concelho), para controlar a distribuição de produtos e o seu consumo, além de serem apertadas as penas e multas para açambarcamento, o controlo de preços e o sistema de racionamento³⁴⁸.

Em Fevereiro de 1942, é noticiada a criação desta Comissão para o concelho do Seixal, constituído por Cosme Narciso Lopes, Jaime Nunes da Rosa, Armando Pereira da Silva, Francisco Cruz e Caetano José Almeida Lima³⁴⁹: de acordo com o inquérito económico-social do Grémio do Comércio do Seixal enviado em 1946 à Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, o mesmo Grémio relata ter tomado “...*muitas vezes a iniciativa dos abastecimentos de gorduras*”, antes do surgimento da mesma Comissão Reguladora.³⁵⁰ Este organismo corporativo foi muito crítico da política fiscal da CMS, afirmando no seu relatório de 1941 para a mesma Comissão, queixando-se dos impostos no concelho e que estes dificultam o Grémio a adquirir receitas.³⁵¹ Em Maio de 1942, noticia-se que o Grémio do Comércio estava a estudar as dificuldades existentes do comércio local, detalhando que o movimento do comércio tinha descido e que alguns estabelecimentos comerciais sofriam o encerramento ou a descida de vendas de certos produtos.³⁵² No início de 1943, *A Voz do Seixal* noticiava as queixas da população sobre a falta de géneros e os

³⁴⁷ *Ibidem.*, pág.180

³⁴⁸ TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Veja, 1991, pág.61

³⁴⁹ *Comissão Reguladora do comércio do concelho do Seixal*, in *A Voz do Seixal*, N°305 de 01/02/1942, pág.1

³⁵⁰ AHP – Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa – Cx.5, n°17 (Inquérito económico-social do Grémio do Comércio do Seixal, datado de 23/05/1946)

³⁵¹ “...o Grémio se dirigiu por três vezes à Câmara Municipal do Concelho para solicitar a redução dos impostos indirectos, que são neste concelho, um encargo pesado. Sabemos que nada se faz sem dinheiro. Sabemos que o nosso dinheiro aparece empregado aceitavelmente em melhoramentos públicos. Não censuramos – nem isso é da nossa competência – a aplicação dada ao dinheiro. O que pretendemos é fazer ver, que pagámos excessivamente em relação à saúde precária do comércio do concelho. - AHP - – Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa – Cx.5, n°17 (relatório do Grémio sobre o ano de 1941)

³⁵² “...Este organismo estuda as dificuldades do comércio do concelho que consegue de facto apurar importâncias iguais às que anteriormente apurava, mas esse facto prova justamente que o movimento decresceu quase para metade, visto o aumento dos preços andar sensivelmente por essa proporção. Em reforço deste ponto de vista salienta-se o facto das casas maiores do concelho, terem fechado os estabelecimentos ou reduzido os seus ramos de comércio.” – *VIDA CORPORATIVA*, in *Ibidem*, N°312 de 15/05/1942, pág.2

preços inflacionados.³⁵³ Em Setembro, noticia-se que seriam distribuídos boletins de racionamento no concelho do Seixal, que ficariam sob a responsabilidade dos chefes de família.³⁵⁴

As queixas relacionadas com a falta de géneros repetiram-se no jornal várias vezes nos últimos 3 anos da guerra, com a falta de géneros como as batatas, azeite ou banha.³⁵⁵ Ao chegarmos em 1945, no dia 22 e 23 de Janeiro deu-se o caso em que todo o concelho esteve sem pão para vender³⁵⁶; e em Abril, quase terminando a guerra no Continente Europeu, noticiava-se a falta de carne no concelho.³⁵⁷ O ano de 1945 foi também um ano considerado positivo para os comerciantes do concelho, segundo o relatório do Grémio do Comércio para esse ano, pois ao fim do conflito juntou-se a abolição dos impostos indirectos sobre o consumo público, que segundo o mesmo Grémio “...só o comércio pagava”.³⁵⁸

Em relação à fiscalização dos preços dos géneros e sobre o combate à «economia paralela» no concelho do Seixal durante esta época, foi nos possível encontrar através do Fundo do TME do Arquivo Histórico-Militar a existência de 8 processos relacionados com a infracção das leis vigentes (tais práticas eram consideradas crimes contra a «Economia Nacional»). Quase todos estes processos são sobre a prática da especulação de vários géneros em vários estabelecimentos comerciais, onde os condenados eram obrigados a pagarem multas, segundo o que constava no artigo nº8 do Decreto-Lei Nº29964 de 10 de Outubro de 1939, sendo estas por vezes muito avultadas: por exemplo, Celestino Ferreira Branco, proprietário de um estabelecimento comercial na localidade de Fogueteiro (freguesia de Amora), teve que

³⁵³ “Apesar das providências adotadas por quem de direito, chegam até nós justificados reparos pela escassez de certos géneros de primeira necessidade no nosso concelho. Além do preço injusto, a falta dos géneros leva as famílias desafortunadas a um estado de espírito a que deve atender-se prontamente. Aí fica o reparo, que não é supérfluo porque nalguns lares já se tem passado fome.” – *Falta de géneros*, in *Ibid*, Nº328 de 15/01/1943, pág.2

³⁵⁴ “Realiza-se brevemente a distribuição dos boletins para o racionamento de géneros de 1ª necessidade aos habitantes do Concelho do Seixal. Os boletins só serão entregues aos chefes de família mediante a apresentação do cartão de identidade ou recibo da renda da casa.” – *Racionamento no Concelho do Seixal*, in *Ibid*, Nº342 de 01/09/1943

³⁵⁵ Ver Anexo XVIII com a lista de preços máximos de géneros alimentícios durante os anos da guerra e ausência de determinados géneros à venda durante os anos da guerra

³⁵⁶ “Nos dias 22 e 23 de Janeiro findo, verificou-se no concelho do Seixal a falta total de pão...” – *A quem de direito*, in *Ibid*, Nº375 de 01/02/1945, pág.1

³⁵⁷ “Há tempo já, que no concelho do Seixal, se nota falta de carne, o contrário do que sucede em concelhos limítrofes, onde o abastecimento de tão precioso e indispensável alimento é feito com regularidade.” – *Falta de carne*, in *Ibid*, Nº379 de 01/04/1945, pág.3

³⁵⁸ AHP - - Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa - Cx.5, nº17 (Relatório do grémio para o ano de 1945)

pagar uma multa de 2000\$00 por simplesmente vender “...arroz *Mercantil B* ao preço de três escudos e vinte centavos (3\$20) o quilo, quando o preço de venda deste tipo de arroz é de dois escudos e setenta centavos (2\$70) [preço fixado por lei] o quilo”.³⁵⁹ Regista-se no entanto também um caso da existência de um matadouro clandestino, que funcionava secretamente à noite nas zonas limítrofes do concelho e que era constituído por indivíduos de várias profissões, sendo que os envolvidos seriam condenados em finais de 1944 a pagarem avultosas multas (um destes foi condenado a pagar 15000\$00 pelo TME) e foram condenados a alguns meses de prisão.³⁶⁰

5.3– O jornal *A Voz do Seixal* e a sua posição perante o conflito

O jornal *A Voz do Seixal*, que a partir de 1936 - com o desaparecimento do jornal *O Seixalense* - passou a ser o único órgão de imprensa de longa duração existente no concelho, era em 1939 um simples quinzenário «situacionista», que em relação ao seu noticiário, concentrava-se principalmente em assuntos como as actividades culturais existentes no concelho, a política dos melhoramentos realizada pela CMS ou a actividade dos organismos corporativos existentes no concelho. Artigos sobre a situação política nacional ou internacional existiam em menor número – e quando eram publicados, estes revelavam-se sempre numa clara apologia do Estado Novo, do Chefe do Governo (Salazar) e do Presidente da República (Óscar Carmona).

O primeiro artigo relacionado com o tema do conflito (iniciado a 1 de Setembro de 1939, com a invasão alemã da Polónia) publicou-se já em Outubro, em que o jornal comenta sobre os problemas do aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade, a ganância dos homens de negócios e as medidas que o governo deve tomar para combater estes problemas, lembrando a situação que o país viveu no período da 1ª Guerra Mundial³⁶¹; defensor da posição de neutralidade, o jornal mantém que esta trazia para o país as vantagens da “*normalidade económica, justo equilíbrio entre a*

³⁵⁹ AHM – Fundo do TME – Processo N°0203/42, Cota Antiga – 159, Pasta 217 (fols.4 e 41 do processo)

³⁶⁰ AHM – Fundo do TME – Processo N°0024/44, Cota Antiga – 243, Pasta 325 (fols.98, 99 e 100 do processo)

³⁶¹ “...É evidente – não nos iludamos também a este respeito – que se o estado de guerra se prolongar, alguns artigos terão de encarecer, mas essa oportunidade será anunciada pelo Governo e, certamente, não ficará à mercê de audaciosos negociantes...” – *Defesa económica*, in *A Voz do Seixal*, N°249 de 01/10/1939, pág.1

produção e o consumo”³⁶², no entanto, no ano seguinte, já lamenta as consequências da guerra que a guerra trazia para o país.³⁶³

Em relação aos 2 lados que se digladiavam a guerra, o jornal era claramente anglófilo, apesar de a Censura se ter esforçado para que fosse limitada na imprensa a discussão pública dos assuntos relacionados com a guerra.³⁶⁴ No concelho do Seixal para o período da 2ª Guerra Mundial, com a excepção do relato de Domingos Fernandes de Carvalho sobre um funcionário espanhol da fábrica Mundet do Seixal com o nome de Miguel³⁶⁵, não se conhece qualquer outro caso registado de indivíduos, associações ou de qualquer tipo manifestação de apoio individual ou colectiva com um contorno germanófilo. A partir de 1942 até ao fim da guerra na Europa, o jornal começa a publicar imagens do conflito, sob o título *À MARGEM DA GUERRA*, que inicialmente trás imagens retiradas do lado dos Aliados (Reino Unido e EUA) e do lado alemão, mas passados alguns números, passa só a publicar imagens retiradas da perspectiva do lado dos Aliados³⁶⁶; em Outubro de 1943, o jornal relembra num seu número a aliança luso-britânica estabelecida no Tratado de 1373, em que ambas as nações se ajudariam mutuamente, caso uma delas fosse atacada – este artigo é o sinal mais claro de anglofilia presente no periódico durante todo o período da guerra³⁶⁷; é também do lado dos Aliados que o jornal se dedica em alguns números no seu noticiário, principalmente de notícias relacionadas sobre o Reino Unido – durante toda a 2ª Guerra Mundial, o jornal não faz qualquer referência à União Soviética. Se estas notícias relacionadas com o ambiente de guerra internacional estavam esvaziadas de qualquer conteúdo

³⁶² *A GUERRA e a normalidade nacional*, in *Ibidem*, Nº252 de 15/11/1939, pág.1

³⁶³ “A guerra, que se vai agravando no mar está-nos dando aspectos verdadeiramente trágicos. Embora continuemos neutros, a neutralidade está custando muito cara a todos aqueles que a desejam manter, que a procuram mesmo conservar à custa de muitos sacrifícios, entre eles o aumento do preço dos géneros de primeira necessidade, que os que estão na rectaguarda procuram suportar mas que a continuar assim difícil será manter-se, posto que esses preços vão sobreticiamente subindo semana a semana e em disparidade com os ordenados que se vencem.” – *Neutralidade*, in *Ibid*, Nº257 de 01/02/1940, pág.1

³⁶⁴ “...A tendência anglófila da opinião pública portuguesa é marcante, e tem um papel importante na necessidade que deste logo surge para o regime de coarctar «partidarismos»” – BARROS, Júlia Leitão de “Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, in CARRILHO, Maria Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação, Lisboa, Dom Quixote, 1989, pág.107

³⁶⁵ “...Havia na fábrica um gerente que era espanhol, o Miguel, e todo nazi. Eu, mais os rapazes que trabalham naquela oficina, combinávamos pedir-lhe aumento quando os alemães ganhavam nas batalhas...Mas quando o Hitler começou a levar nas lonas, então corria connosco e ninguém o podia aturar” – in CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros*, Lisboa, Edições Sociais, 1975, págs.5 e 6

³⁶⁶ A primeira publicação das imagens da secção *À MARGEM DA GUERRA* dá-se no Nº305 (de 01/02/1942), com uma imagem de carros blindados das forças alemãs presentes no Norte de África

³⁶⁷ *MAIS DE CINCO-SÉCULOS DE AMIZANTE LUSO-BRITÂNICA*, in *A Voz do Seixal*, Nº345 de 15/10/1943, pág.2

ideológico, por outro lado, existem artigos do jornal que apelam constantemente à paz: i.e., o artigo de João Gaita em finais de 1942³⁶⁸ e os artigos escritos pelo poeta José da Silva Nunes (colaborador com o jornal, durante o período do conflito) em 1944 e 1945.³⁶⁹

Com o fim da guerra no «Teatro Europeu», o jornal congratula-se com o fim desta, afirmando que correndo o risco de desaparecer, a Humanidade tinha sido “...*hoje liberta pelos exércitos aliados que suportaram as maiores atrocidades por um Mundo novo, grita numa loucura de alegria por uma paz douradora*”.³⁷⁰ O jornal reafirmava plenamente assim o seu desejo pela paz, que finalmente chegara à Europa, com a vitória da «velha aliada» de Portugal.

5.4 – As greves operárias de 1943 e 1944

Entre 1942 e 1944, por todo o país, ocorreram várias greves operárias e motins camponeses, que eram nada mais do que a consequência das condições de miséria e das más condições de trabalho que o período da guerra trouxera para o país.³⁷¹ Este surto de greves representava a maior contestação do operariado industrial português desde a tentativa de greve geral de Janeiro de 1934.

O Fundo do Serviço de Mobilização Industrial (depositado no AHM) possui documentação que faz um detalhe pormenorizado, do lado das autoridades públicas, sobre a movimentação grevista que ocorreu no Seixal em Julho de 1943 (algo que não foi possível encontrar em outra documentação). Terá aderido à greve de Julho de 1943 o pessoal das seguintes fábricas: a fábrica da «Sociedade Portuguesa de Explosivos», a da empresa «Mundet & C.^a Lda», a da empresa «Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.» (todas estas localizadas na freguesia de Amora) e a da empresa «C. G. Wicander Lda.» (localizada na freguesia do Seixal).

Segundo o interrogatório feito ao guarda da fábrica – Bartolomeu Simões - pertencente à «Sociedade Portuguesa de Explosivos», este detalha que na manhã de 28 de Julho de 1943, um grupo de cerca de 400 mulheres acompanhadas por vários

³⁶⁸ Artigo titulado *A PAZ*, Nº323 de 01/11/1942, pág.1

³⁶⁹ Artigo titulado *À MARGEM DA GUERRA*, do Nº351 de 01/02/1944, pág.3, e o artigo titulado *1945?...*, do Nº374 de 15/01/1945, pág.1

³⁷⁰ *A Vitória da Paz*, in *Ibidem*, Nº382 de 15/05/1945, pág.1

³⁷¹ ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pág.373

populares, terá tentado invadir a fábrica, tendo este guarda juntamente com outros encarregados da fábrica, evitado a entrada destas no recinto da oficina dos explosivos. Como consequência, a fábrica parou de trabalhar e foi encerrada até à Sexta-Feira próxima (dia 30 de Julho). Nesse mesmo dia, ao ter a fábrica sido reaberta, o pessoal voltou ao trabalho, mas um novo grupo de mulheres operárias da fábrica da Mundet de Amora se juntou perto do portão da entrada da fábrica, havendo casos de agressão entre operárias, o que levou a um novo encerramento da mesma, reabrindo novamente no Sábado (31 de Julho), não se tendo registado mais quaisquer distúrbios nos dias seguintes.³⁷²

Na fábrica corticeira da «Mundet & C.^a Lda.» da freguesia de Amora, no início da tarde de 27 de Julho, os operários de várias secções da mesma iniciaram uma «greve dos braços caídos», sendo que os representantes dos grevistas explicaram à gerência da fábrica que a greve era um protesto contra a “...*falta manifesta de comestíveis e ainda porque alguns destes, como o azeite etc., só era possível obter-se a preços exageradíssimos, facto que tornava incomportável o salário que ganhavam e assim justificavam em conclusão a sua exigência por: comestíveis e mais dinheiro*”. Como consequência, a gerência decidiu encerrar a fábrica e à noite foi enviada uma força policial para a ocupar.³⁷³ Segundo o processo citado, a fábrica só voltaria a reabrir no dia 30 de Agosto seguinte, por autorização pelo general Jorge Botelho Moniz (future Ministro da Guerra, entre 1958 e 1961).

Na fábrica corticeira da empresa «C. G. Wicander Lda.», no início da tarde de 28 de Julho, os operários corticeiros pararam de trabalhar, permanecendo nas oficinas. Quando lhes foi perguntado a razão pela qual tinham parado o trabalho, os operários responderam que “...*tendo o pessoal da casa Mundet, no Seixal, tomado a mesma atitude às 8 horas do acima referido dia, eles tomavam-na também para evitar represálias daquele pessoal e como protesto pela falta de géneros alimentícios*”. No dia 29, os operários entraram novamente na fábrica, mas não trabalharam. No dia 30, ao serem informados sobre o despacho do Ministério da Guerra que obrigava a fábrica a ser evacuada em caso de greve, os operários só saíram a partir do meio-dia, havendo até

³⁷² AHM – Fundo do Serviço de Mobilização Industrial – Caixa 142, Processo 55 (ofício datado de 03/08/1943, enviado pela «Sociedade Portuguesa de Explosivos» para a Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra)

³⁷³ AHM – Fundo do Serviço de Mobilização Industrial – Caixa 135, Processo 4 (relatório s/d titulado “RELATÓRIO DAS OCORRÊNCIAS VERIFICADAS NA FÁBRICA DE AMORA”)

essa altura “*pequenos incidentes*”.³⁷⁴ Sobre a fábrica corticeira da empresa «Produtos Corticeiros Portugueses Lda.», não existe uma descrição sobre as movimentações grevistas dos operários nesta empresa, mas sabe-se que foram demitidos mais 200 operários por terem “*suspendido o trabalho às 13 horas do dia 27 de Julho de 1943*”.³⁷⁵ Um aspecto interessante é o papel predominante das mulheres na liderança da greve e manifestação do dia 28 de Julho, não sendo o caso do Seixal muito diferente do que ocorreu em Almada.³⁷⁶

Face a estes acontecimentos, a repressão que se sucedeu levou (além do despedimento de muitos operários já mencionada) à prisão de alguns operários, como o caso de José Gomes da Silva³⁷⁷ e de Manuel Castanheira Costa.³⁷⁸

Durante as greves de 8 e 9 de Maio de 1944, os operários do Seixal não tiveram participação.³⁷⁹ No entanto, durante o Verão ou o Outono de 1944, foi criada uma comissão de 24 delegados operários, com o objectivo de apresentarem reivindicações junto do Sindicato Nacional dos Corticeiros e do INTP³⁸⁰, além de se ter registado um caso de solidariedade de operários mais jovens para com outros mais velhos, devido ao risco de estes últimos perderem o seu posto de trabalho.³⁸¹ A 6 de

³⁷⁴ AHM – Fundo do Serviço de Mobilização Industrial – Caixa 135, Processo 1 (ofício datado de 02/08/1943, enviado pela empresa «C. G. Wicander Lda.» ao Delegado Especial do Ministério da Guerra para a Mobilização Industrial)

³⁷⁵ *Ibidem.*, (ofício datado de 05/08/1943, enviado pela empresa «Produtos Corticeiros Portugueses Lda.» o Chefe dos Serviços de Mobilização Industrial)

³⁷⁶ Ver FERREIRA, Sónia Ferreira, “Temos Fome, Temos Fome”: resistência operária feminina em Almada durante o Estado Novo”, in VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (Coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, págs.109-120

³⁷⁷ “...Quando do recente movimento dos operários foi preso José Gomes da Silva, o qual se encontra ainda detido, criatura que conhecemos desde a infância, nunca conhecendo nele qualquer política ou ideia que fosse prejudicial às instituições...” – AHCMS – Fundo da Junta de Freguesia de Aldeia de Paio Pires – Copiadores de Correspondência Expedida, Lv007, fol.16 (ofício confidencial datado de 11/08/1943, enviado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Paio Pires para o Presidente da CMS)

³⁷⁸ Mencionado numa lista de indivíduos que participaram na manifestação operária de 28 de Julho, com a anotação de que tinha sido preso – In AHM – Fundo do Serviço de Mobilização Industrial – Caixa 135, Processo 1 (folha titulada “*Pessoal Manifestante*”)

³⁷⁹ “...Nenhuma das grandes fábricas ou empresas participantes nas greves de 1942 e 1943 aderiu.” – In ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra...* pág.388

³⁸⁰ “Os operários corticeiros formaram Comissões com todas as fábricas de várias localidades e, à base das Comissões da Fábrica, formaram Amplas Comissões Locais de Delegados Operários. Em Almada, uma Comissão de 34 Delegados Operários, homens e mulheres, insiste junto do Sindicato e do I.N.T. para que as reivindicações operárias sejam atendidas. O mesmo fazem uma Comissão de 24 Delegados Operários no Seixal...” - *A Luta dos Corticeiros do Sul do Tejo*, in *Avante!*, Nº63 da VI Série, 1ª Quinzena de Outubro de 1944, pág.1

³⁸¹ “Uns 20 aprendizes da Fábrica de cortiça da Mundet, Seixal, foram mandados pelo mestre para um trabalho que pertencia aos homens que estavam a 4 dias. Os valentes rapazes compreenderam que tal ordem era não só uma injustiça, porque iam substituir chefes de família que deixavam de ganhar, mas

Dezembro do mesmo ano, haveria uma reunião na sede do Sindicato Nacional dos Corticeiros com a participação de delegados representantes de operários corticeiros de vários concelhos do Distrito de Setúbal, onde o representante do INTP ouviu as queixas face ao despacho governamental do dia 5 (que aumentava os salários dos operários corticeiros para 30%), que na opinião dos delegados, não satisfazia os interesses desta classe.³⁸²

De acordo com uma carta enviada por Álvaro Cunhal (futuro Secretário-Geral do PCP) para a «Organização Comunista Prisional do Tarrafal» datada de finais de 1944, foi na época das greves de 1943 que o PCP conseguiu pela primeira vez estabelecer a sua influência entre o operariado corticeiro seixalense.³⁸³ Iniciava-se assim uma nova fase da história da oposição seixalense ao Estado Novo, onde o PCP clandestino assumia as principais rédeas da oposição concelhia ao regime.

ainda porque era uma infame exploração do seu trabalho. Por isso se recusaram a ir trabalhar e foram apresentar um protesto ao Sindicato Nacional... – VITÓRIA DOS APRENDIZES DA MUNDET, in *Ibidem.*, Nº64 da VI Série, 2ª Quinzena de Outubro de 1944, pág.3

³⁸² “...Os delegados, numa firme atitude, dignos na confiança que neles depositou a classe, falaram sem tibiezas, pondo a claro todas as insuficiências do despacho. Acusaram abertamente de incompetentes as “Comissões Técnicas” e realçaram o facto de não terem sido ouvidos por elas. As Comissões, falando em nome de toda a classe corticeira, manifestaram a firme disposição de todos os trabalhadores em continuarem a luta...” - Os Corticeiros continuam unidos na luta contra o despacho, in *Ibid*, Nº68 da VI Série, 2ª Quinzena de Dezembro de 1944, pág.3

³⁸³ “...Notai camaradas, que à altura das greves de Julho-Agosto [de 1943], só em Almada contávamos com uma razoável organização nas fábricas de cortiça. Com o Seixal, só nessa altura estabelecemos as primeiras ligações...” – in MELO, Francisco (coord.), Álvaro Cunhal. *Obras Escolhidas*, Tomo I (1935-1947, Lisboa, Edições Avante!, 2007, pág.335

Capítulo V – O pós-guerra e a Década de 50

1 – Do fim da 2ª Guerra Mundial às eleições presidenciais de 1949: repercussões da actividade oposicionista no concelho do Seixal

O período do pós-guerra é politicamente para o Estado Novo o fim do seu apogeu, após os sucessos de desarticulação da oposição ao regime e da forte estabilidade deste, que a Década de 30 e as «Comemorações Centenárias» do ano de 1940 representaram. Neste período, se reorganizam a oposição demo-liberal e comunista, que através do Movimento de Unidade Democrática (MUD) apostaram no combate eleitoral face à UN, nos momentos importantes das eleições legislativas de Novembro de 1945 e nas eleições presidenciais de Fevereiro de 1949 (com a candidatura do General Norton de Matos). No concelho do Seixal, como veremos, a oposição local ao regime ressurge, incluindo com alguns elementos do «velho» republicanismo seixalense.

1.1– A MUD e a candidatura presidencial de Norton de Matos

Com o fim da guerra na Europa, a população no concelho rejubila, tal e qual como relata a imprensa: o jornal *A Voz do Seixal* relata que as bandas das filarmónicas do concelho marcharam pelas ruas, acompanhadas de milhares pessoas que “...entusiasticamente aclamavam Portugal e as Nações Unidas”³⁸⁴; o jornal *Avante!* relata que no dia 7 de Maio de 1945, no Seixal, 5000 pessoas participaram nas manifestações do fim da guerra, tendo o operariado seixalense parado o trabalho nesse dia para participar nas manifestações.³⁸⁵

Nos meses após o fim da guerra, devido ao surgimento da MUD, que só em Lisboa parece ter obtido 50 mil assinaturas de apoio³⁸⁶, inicia-se um período de ressurgimento da actividade oposicionista (que tenta no entanto impor a visão de uma oposição de tendência moderada e «ordeira») ao Estado Novo que irá durar até 1949. As

³⁸⁴ O DIA DA VITÓRIA DA PAZ, in *A Voz do Seixal*, Nº382 de 15/05/1945, pág.2

³⁸⁵ “...No SEIXAL, na segunda-feira, dia 7, uma manifestação com as bandas de música e perto de 5000 pessoas percorreu todas as ruas, dando vivas às Nações Unidas, à União Soviética, Abaixo Salazar, exigindo Eleições Livres, a Libertação dos Presos Políticos, a Extinção do Campo do Tarrafal. Nas ruas cantou-se a Internacional...Em todo o concelho do Seixal apareceram bandeiras vermelhas pelos fios telefónicos, árvores e edifícios, que foram difíceis de tirar pelas autoridades.” - in *Avante!*, Nº78 da VI Série, da 1ª Quinzena de Maio de 1945

³⁸⁶ ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1941-1949)”, in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol. VII: *O Estado Novo*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pág.379

eleições legislativas que se viriam a realizar a 18 de Novembro de 1945, perante um momento de amnistias, de alguma tolerância e de algum «desaperto» da censura à imprensa afecta à oposição³⁸⁷, são a oportunidade vista por uma oposição revigorada para dialogar com o regime para adquirir uma situação política favorável à democratização do País.

No Seixal, ao compararmos com caso dos concelhos circundantes (como o de Almada), é quase desconhecida a actividade de membros concelhios do MUD. Ângelo Matos Piedade, que em 1951 seria interrogado pela PIDE pela descoberta de livros proibidos escondidos na biblioteca da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense (da qual era bibliotecário), menciona na sua breve biografia (incluída no seu livro de memórias) que este fora membro do MUDJ (o MUD Juvenil), não especificando se pertencia à alguma comissão concelhia do movimento que existisse no Seixal³⁸⁸; a imprensa nacional afecta à oposição ao regime e ao MUD refere quase nada sobre o concelho, excepto uma mensagem de saudação ao jornal *República* feita por Ramalho França, que afirma representar a “*juventude do Seixal*” (desconhece-se se o mesmo indivíduo pertencia à MUDJ) dias antes da realização das eleições legislativas de Novembro de 1945.³⁸⁹ A imprensa clandestina e a documentação disponível para a época que foi visualizada também não fazem qualquer referência à actividade da MUD no concelho do Seixal. Em 10 de Novembro de 1945, perante o contra-ataque do regime à pouca liberdade da acção da MUD (proibindo comícios e intimidando oposicionistas), o movimento decide apoiar a abstenção às urnas.³⁹⁰ Terminava assim a «Primavera salazarista» e as falsas esperanças de mudança que o segundo semestre do ano de 1945 representara para a oposição ao regime.

No caso da candidatura de Norton de Matos para as eleições presidenciais de Fevereiro de 1949, parece ter havido no Seixal uma maior mobilização em defesa desta candidatura (em comparação com a época protagonizada pela ascensão da MUD, que é

³⁸⁷ *Ibidem.*, pág.378

³⁸⁸ Informação retirada da mini-biografia de Ângelo Mates Piedade, localizada na capa do seu livro *Memórias Escolhidas. 1932-1951. Seixal*

³⁸⁹ “A Juventude do Seixal: “Recebemos a seguinte mensagem: «A juventude operária e intelectual do Seixal está de alma e coração com o grande Movimento Democrático que vai quebrando, com elevado patriotismo, as correntes que prendem o país, há vinte anos. Avante pela Democracia! Viva a República!» - a) Ramalho França, representando, por encargo, a juventude do Seixal.” – *O momento eleitoral*, in *República*, Nº5406 de 16/11/1945, pág.7

³⁹⁰ ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1941-1949)”, in *História de Portugal... Op. Cit.*, pág.397

oficialmente ilegalizada pelo regime em Janeiro de 1948).³⁹¹ No relatório escrito em 1948 pela Comissão Distrital da UN de Setúbal (mencionado num dos capítulos anteriores), sobre a situação política em todas os concelhos do Distrito de Setúbal que precedia às mesmas eleições presidenciais, é relatado pelo seixalense e membro da LP, Eugénio Cândido Simões, que cerca de 200 membros do concelho que eram associados à oposição foram retirados do recenseamento eleitoral.³⁹² O poder local, obediente ao regime, dava-se assim ao papel de suprimir a oposição, expulsando-a do recenseamento eleitoral, que era, *a priori*, grandemente viciado na tentativa de favorecer a percentagem eleitoral dos que votariam no candidato presidencial do regime, também ele, *a priori*, o único candidato a participar nas eleições – Óscar Carmona -, visto a já esperada e consequente desistência da candidatura Norton de Matos perante os constantes entraves e intimidações impostos à oposição, para impedir a menor possibilidade de sucesso desta. Segundo uma mensagem enviada, em princípios de 1949, ao jornal *República* pelos membros da comissão concelhia do Seixal dos serviços da candidatura de Norton de Matos (que se identificam como “*republicanos*”), na vila do Seixal havia “...*grande entusiasmo, discutindo-se as eleições em todos os sectores, muito destacadamente no meio operário*”³⁹³; semanas depois, é referido o envio de saudações ao General Norton de Matos e ao mesmo jornal, sendo referido os nomes dos indivíduos que constituíam a comissão concelhia de apoio à candidatura do General, onde estava incluído José Xavier dos Santos, funcionário público, «velho republicano» seixalense e antigo maçom.³⁹⁴ A 2 de Fevereiro de 1949, na sala de cinema do Seixal conhecida como «o Salão Central» (pertencente ao proprietário Ângelo Valgode), deu-se nessa noite uma sessão de propaganda de apoio à candidatura de Norton de Matos, onde se “...*criticaram desassombradamente a política do Estado Novo e o sistema corporativo e manifestaram a confiança num futuro melhor para a Pátria e para a República*”.³⁹⁵

Desconhece-se da existência da ocorrência de qualquer comício promovido pela UN para apoiar o candidato da UN do Distrito de Setúbal para as eleições legislativas de 1945 e para apoiar a candidatura presidencial do agora marechal do Exército Óscar Carmona (promovido por Salazar em 1947), em 1949. O jornal *A Voz do*

³⁹¹ *Ibidem.*, pág.398

³⁹² In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1979, pág.27

³⁹³ *Apoio incondicional dos republicanos do Seixal*, in *República*, N° avulso de 07/01/1949, pág.1

³⁹⁴ *Actividade Opositora no Concelho do Seixal*, in *Ibidem.*, N°6545 de 24/01/1949, pág.7; Ver Anexo XIX com a lista de membros da mesma comissão concelhia

³⁹⁵ *A Sessão da Oposição no Seixal*, in *Ibid.*, N°6553, de 02/02/1949, pág.5

Seixal, «situacionista», não fez qualquer referência à actividade política da oposição local ou da UN, referindo apenas os resultados eleitorais locais. Antes da realização das eleições de 1949, no primeiro número do mesmo ano, o jornal proclama em artigo principal o seu apoio pela candidatura de Óscar Carmona, elogiando longamente o Estado Novo e Carmona no mesmo artigo³⁹⁶; no número seguinte, num artigo titulado *O Momento Político*, referindo-se às eleições presidenciais, o jornal opina que sobre os 2 candidatos existentes, um já estava “...dando as suas provas há mais de vinte anos e outro, na esperança de vir a dá-las”. Era claramente um artigo que criticava indirectamente o candidato da oposição.³⁹⁷ Norton de Matos acabaria por desistir da sua candidatura, um dia antes da eleição ir a votos, no dia 13 de Fevereiro.

1.2 – Prisões políticas efectuadas entre 1945 e 1951

Como consequência do recrudescimento da oposição política ao regime do Estado Novo neste período, irão ocorrer novas prisões efectuadas pela PIDE (a Polícia Internacional e de Defesa do Estado) de indivíduos do concelho do Seixal associados à oposição.

O primeiro caso é o da prisão de vários calafates seixalenses (profissão de reparo naval) efectuada em 16 de Abril de 1947: Idalécio Valente de Almeida, António dos Reis Silveira, João António da Silva, Jorge Nogueira, Manuel dos Santos Alves e Mário Joaquim de Matos, presos durante 1 mês para “...averiguações”.³⁹⁸ Não foi possível descobrir as razões pelas quais os indivíduos foram detidos. O segundo caso é o de Armando da Silva Fernandes, preso entre 9 e 11 de Junho de 1949, também para “...averiguações”.³⁹⁹ Este indivíduo, que era operário, tinha sido membro da comissão concelhia do Seixal apoiante da candidatura presidencial de Norton de Matos.⁴⁰⁰ Finalmente, temos depois o caso de Ângelo Matos Piedade (1932-2013), mencionado anteriormente, que foi membro da MUDJ e do PCP clandestino, e que em 1951 acabou

³⁹⁶ *Nós votamos no Senhor Marechal Carmona*, in *A Voz do Seixal*, Nº468 de 01/01/1949, pág.1

³⁹⁷ *O Momento Político*, in *Ibidem.*, Nº469 de 15/01/1949, pág.1

³⁹⁸ Respectivamente, estão identificados nos Registos Nº17440, 17441, 17442, 17443, 17444 e 17445, no Livro 88 do Registo Geral de Presos do Fundo PIDE/DGS, do ANTT

³⁹⁹ ANTT – Fundo da PIDE/DGS – Registo Geral de Presos, Livro 97, Registo Nº19259

⁴⁰⁰ Ver Anexo XIX

por ser interrogado terem sido encontrados livros proibidos escondidos na biblioteca da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, da qual tinha sido bibliotecário. Segundo o próprio, estes livros foram encontrados após este, juntamente com outros amigos, terem sido expulsos da Sociedade por desavenças com membros mais velhos desta sobre a forma como dirigir a respectiva colectividade. Como consequência, Ângelo Matos Piedade (juntamente com um amigo que chama de «Zé Calqueiro») foi interrogado e condenado com a perda dos seus direitos políticos.⁴⁰¹

José Maria Vinagre Preto da Cruz, que tinha sido professor primário na freguesia de Amora referido no capítulo anterior como tendo sido preso em inícios de 1937 e identificado como comunista, seria preso novamente em Outubro de 1946, sendo condenado a 14 meses de prisão e a suspensão de direitos políticos durante 3 anos.⁴⁰² Desconhece-se se este manteve alguma ligação ao concelho do Seixal após 1937 ou 1938 (quando foi solto pela primeira vez), sendo que em sua homenagem, foi-lhe dado o seu nome a uma rua na freguesia de Amora, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

2 – A Década de 50 no concelho do Seixal: o breve retorno ao «viver habitualmente»

A Década de 50 (apelidada pelo historiador Fernando Rosas como os «anos de chumbo») foi uma época de alguma estabilidade para o regime (pelo menos até ao «terramoto delgadista» de 1958), mas no Seixal, por detrás desta estabilidade do «viver habitualmente» salazarista, o surgimento de um catolicismo social moderadamente crítico (representado no concelho através do novo órgão de imprensa local, *A Tribuna do Povo*) das autoridades administrativas do concelho e o crescimento da influência do PCP clandestino no seio do operariado corticeiro era a demonstração de um regime que se encontrava em estagnação e que usufruindo da mesma velha retórica anti-democrática, corporativista e autoritária perante o «perigo comunista» e os movimentos anti-colonialistas que representaram o período da Guerra Fria, era incapaz de enfrentar as novas realidades sociais e desafios do período pós-2ª Guerra Mundial. Nos finais da

⁴⁰¹ “...Fomos identificados e fichados com relatório para a sede da PIDE, em Lisboa, depois de interrogados sobre o tal livro da Foice e Martelo...(Passei a ser um cidadão vigiado, acompanhado, visitado, revisitado, ameaçado e com os meus direitos cívicos cortados, só votando com o nosso Abril de setenta e quatro).” - in PIEDADE, Ângelo Matos, *Memórias Escolhidas. 1932-1951. Seixal*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006, pág.111

⁴⁰² ANTT – Fundo PIDE/DGS - Registo-Geral de Presos, Livro 29, Registo N°5632 (José Maria Vinagre Preto da Cruz)

década, em 1958, perante a candidatura do General Humberto Delgado para as eleições presidenciais do mesmo ano, este período de «acalmação» termina e até 1961-1962, o regime vive a sua maior crise política de sempre.

2.1 – O renascimento do Catolicismo no concelho do Seixal

Um dos fenómenos importantes de mudança que se sucede na sociedade seixalense da Década de 50 é o ressurgimento da importância da catolicismo e da obra de alguns clérigos no concelho. Esta é claramente uma grande mudança, tendo em consideração que neste concelho, durante os tempos da I República, havia repressão por parte das autoridades laicas na prática do culto religioso.⁴⁰³ O surgimento do órgão de imprensa local, *Tribuna do Povo*, e iniciativas como a do padre Manuel Marques na construção do «Patronato» na freguesia de Amora e de Manuel Rodrigues Cosme na criação da «Casa Paroquial de Trabalho» (na freguesia do Seixal, em 1957) são claros sinais deste fenómeno.

2.2 – Tribuna do Povo: o jornal católico «sucessor» de A Voz do Seixal

O ano de 1949 seria o último ano de publicação do quinzenário local *A Voz do Seixal*, que fora o órgão de imprensa de maior duração que alguma vez existira no concelho até ao ano mencionado. Em Julho de 1949, é mencionada a morte de Amadeu Alves Dinis, proprietário e director do jornal.⁴⁰⁴ O jornal passaria para a propriedade dos seus familiares, cessando a publicação em finais de 1949.⁴⁰⁵ Apesar do esforço da sua mulher, Maria da Nazaré Resende Lopes Dinis e do seu genro, José Afonso Nobrega Quintal para manterem o jornal em publicação, este seria abatido a 14 de Setembro de 1951 por ordem dos Serviços de Censura à Imprensa, por “...ter perdido o

⁴⁰³ Uma história que ficou na memória dos seixalenses sobre a época da I República foi o suposto roubo esculturas dos santos ocorridos num ano indeterminado, pela ideia do republicano e ateu Joaquim dos Santos Boga, para evitar a realização da procissão religiosa de S.Pedro; Também no ano de 1930, o pároco do Seixal, o padre Jacinto dos Reis era ao mesmo tempo pároco também nas freguesias de Amora, Arrentela e Paio Pires (incluindo outras freguesias de concelho circundantes), o que demonstra a dificuldade da igreja católica durante a I República em estabelecer os seus serviços nos concelhos da «Margem Sul» - in MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A «Guerra Religiosa» na I República*, Lisboa, 2ª Edição, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, pág.416

⁴⁰⁴ *Morreu ALVES DINIZ*, in *A Voz do Seixal*, N°480 de 01/07/1949, pág.1

⁴⁰⁵ O último número foi publicado em 01/10/1949 (N°484)

direito ao título” (de acordo com o parágrafo único do artigo 2º do Decreto-Lei Nº12008 de 29 de Julho de 1926).⁴⁰⁶

Entretanto, durante o ano 1950, era publicado o jornal *A Voz da Paróquia – Boletim das Freguesias do Concelho do Seixal*, tendo como director o padre Manuel Marques, que seria entre 1947 e 1953 o pároco da freguesia de Amora entre 1947 e 1953.⁴⁰⁷ Este boletim quinzenário de pequena duração era dedicado a questões religiosas, culturais e a notícias locais sobre o concelho do Seixal.⁴⁰⁸ Em finais de 1950, surge o jornal *A Tribuna do Povo*⁴⁰⁹, substituindo o boletim anteriormente referido, tendo o mesmo director e contendo as mesmas directrizes: o jornal identifica-se como um jornal regionalista, católico e nacionalista.⁴¹⁰ Obviamente, era um jornal «situacionista» e que constantemente elogiava a obra do Estado Novo: mas como veremos adiante, este irá ser alvo dos Serviços de Censura. O mesmo padre, Manuel Marques, mantém-se director e proprietário do jornal até 1953, quando lhe é ordenado abandonar a paróquia de Amora, substituindo-o como proprietário do jornal o padre José Rodrigues Paula, que permanece na redacção do jornal até à Década de 70.

Dedicaremos a analisar o jornal mediante a sua publicação durante a Década de 50 (o jornal continuaria a ser publicado nas décadas seguintes), visto esta ser a última década que se insere no período histórico a que esta Dissertação de Mestrado se dedica.

2.2.1 – Um jornal representante do pensamento social-católico

O jornal, como já foi referido, foi propriedade de sacerdotes católicos e identificava-se como sendo de cariz religioso. Como consequência, é claramente visível no jornal constantes notícias sobre o movimento católico português e o Papa Pio XII,

⁴⁰⁶ ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação – Censura, Cx.712, Processo Nº755 (processo sobre o jornal *A Voz do Seixal*)

⁴⁰⁷ LIMA, Manuel A.S., *Amora...Op. Cit.*, pág.40

⁴⁰⁸ No seu primeiro número, em resposta ao suposto discurso de um ministro da União Indiana de querer integrar as colónias portuguesas de Goa, Damão e Diu ao seu país – que obteve a independência em 1947 -, o jornal contra-ataque, usando a religião católica como argumento contra tal integração: “...*A Índia Portuguesa foi, e é ainda hoje, o baluarte oriental da civilização do ocidente e do Cristianismo... é parcela sagrada da Pátria, edificada e cimentada com o sangue dos nossos soldados e missionários...Portugal não quer ser mutilado. A Nação contribui eficazmente para desacreditar o politeísmo, abolir a distinção de castas, promover a educação e cultura, combater o sacrifício humano na Índia, e ligar este país ao mundo ocidental, merece do povo indiano o maior respeito.*” - *Índia Portuguesa*, in *A Voz da Paróquia*, Nº1 de 18/03/1950, pág.1

⁴⁰⁹ O primeiro número é publicado em 1 de Dezembro de 1950

⁴¹⁰ ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação – Censura, Cx.741, Processo Nº17 (caracterização do jornal *Tribuna do Povo* localizada na capa do processo)

além das constantes referências em artigos a citações bíblicas e também a citações sobre a doutrina social da Igreja Católica (que foi estabelecida através das encíclicas papais *Rerum Novarum* de 1891 e *Quadragesimo Anno* de 1931), que se opunha ao princípio de luta de classe defendida pelo socialismo marxista e defendia a colaboração entre estas para o resolvimento da «questão social».411

Devemos notar que o jornal *O Trabalhador*, pertencente à Acção Católica Portuguesa⁴¹², mostrara em 1939, o seu interesse na criação do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal, que na sua opinião, era um organismo corporativo “...tão necessário para melhorar a angustiosa situação em que se encontram os operários corticeiros.”⁴¹³ Este jornal, que com a integração dos sindicatos católicos na nova ordem corporativa do Estado Novo implementada na Década de 30 teria visto uma grande oportunidade na expansão dos ideais da doutrina social da Igreja Católica pelo País, perdeu tais esperanças no período pós-2ª Guerra Mundial e devido às constantes críticas que dirigiu ao corporativismo do regime do Estado Novo pela sua incapacidade de promover uma maior «justiça social», levou a uma primeira suspensão deste em finais de 1946 e ao seu desaparecimento total no Verão de 1948.⁴¹⁴

O jornal *Tribuna do Povo*, tal como *O Trabalhador*, era defensor da doutrina social da Igreja Católica e apologista da doutrina do corporativismo (cujas origens estão conectadas à doutrina social católica) estava claramente associado aos movimentos católicos existentes no país: o jornal noticia a concentração da Liga Operária Católica Feminina a ocorrer na freguesia de Amora, a 1 de Julho de 1951⁴¹⁵; em Janeiro de 1954, publica um artigo de cariz teológico, assinado por “*uma locista*”⁴¹⁶; no mês seguinte, o jornal publica um comunicado do Presidente da Direcção da LOC, José de Jesus Farto,

⁴¹¹ Um exemplo da exposição da doutrina no jornal: “Façam pois, o patrão e o operário todas as convenções que lhes aprouver, cheguem exclusivamente a acordar na cifra do salário: acima da sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado.” – *Salário e sua aplicação*, in *Tribuna do Povo*, Nº10 de 15/04/1951, pág.1

⁴¹² Sobre o jornal *O Trabalhador*, a Acção Católica Portuguesa e o movimento católico-social durante as Décadas de 1930 e 1940, ver a obra de REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo (1931-1948)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999

⁴¹³ In *O Trabalhador*, Nº126 de 15/07/1939, pág.2

⁴¹⁴ “Lutando pela sobrevivência”, in REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico...Op. Cit.*, págs.263-274

⁴¹⁵ “No mesmo cenário maravilhoso há hoje uma concentração da Liga Operária Católica Feminina de Lisboa, que a promove com o fim de conviver com os católicos de Amora. Depois da Missa campal, que se celebra às 9,30 horas, haverá reuniões de estudo e diversas manifestações desportivas. A entrada é por convites.” - *Concentração Operária Católica*, in *Tribuna do Povo*, Nº15 de 01/07/1951, pág.2

⁴¹⁶ *Assim o queremos!*, in *Ibidem.*, Nº75 de 03/01/1954, pág.6

agradecendo os seixalenses que responderam ao apelo dos «locistas» do Seixal para contribuir em dinheiro na ajuda aos pobres do concelho na época do Natal.⁴¹⁷ A LOC deteve presença no concelho do Seixal, sendo que foi possível identificar António Lopes da Silva, membro da UN e antigo presidente da direcção do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal como o presidente da comissão paroquial da LOC do Seixal⁴¹⁸, sendo que anteriormente em 1950 a Direcção Diocesana de Lisboa desta liga procurou estabelecer também uma secção da LOC na freguesia de Amora.⁴¹⁹

Apesar de ser defensor do regime e de ter uma opinião geralmente positiva das autoridades locais, o próprio jornal seria alvo da ira dos Serviços de Censura: a partir do ano de 1956, o jornal passava a publicar, sob o título “*DEIXEM O POVO FALAR*”, críticas enviadas por habitantes do concelho ao jornal face a vários problemas do dia-a-dia no concelho, sendo os alvos principais destas críticas as autoridades locais devido à falta de «melhoramentos públicos», como a falta de esgotos, o mau estado das estradas ou de outros serviços públicos. Em consequência das críticas publicadas no N°135 do jornal - de 1 de Julho de 1956 -, o Director Adjunto dos Serviços de Censura repreendeu o Delegado dos Serviços de Censura de Setúbal, relatando que o artigo “...*devia ter sofrido cortes de forma a tirar-lhe o tom jocoso com que é feita a crítica a actos da administração*”.⁴²⁰ Em 1958, na época das eleições presidenciais onde o General Humberto Delgado participou como o candidato da oposição (representando o início de uma nova crise do regime do Estado Novo), os artigos do colaborador do jornal, Horácio Augusto Gonçalves, criticam a oposição, destacando-se os comentários que este faz sobre o apoio a Humberto Delgado por parte dos “... *pseudo-idealistas da extrema-direita, que despeitados e amantizados com os da extrema-esquerda, querem inundar de raiva, de despeito e de vingança, a política portuguesa*”⁴²¹; após as eleições, o jornal publica um artigo do mesmo autor, sendo que este ataca novamente o mesmo

⁴¹⁷“...*A exemplo dos anos anteriores, a L.O.C. do Seixal apelou para muitos seixalenses, a fim de auxiliarem os irmãos mais desprotegidos, durante a quadra do Natal. Felizmente o apelo foi ouvido pela grande maioria e assim pode a L.O.C. distribuir uma quantia razoável e minorar um pouco o sofrimento de diversas famílias, imensamente pobres.*” - *LIGA OPERÁRIA CATOLICA*, in *Ibid.*, N°77 de 07/02/1954, pág.3

⁴¹⁸ *Casa Paroquial de Trabalho*, in *Ibid.*, N°148 de 20/01/1957, pág.2

⁴¹⁹ *Por essas terras além...*, in *Lutador Cristão*, N°15 de Abril de 1950, pág.4

⁴²⁰ ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação – Censura, Cx.741, Processo N°17 (ofício datado de 05/07/1956, enviado pelo Director Adjunto dos Serviços de Censura para o Delegado dos Serviços de Censura de Setúbal)

⁴²¹ *A Demagogia*, in *Tribuna do Povo*, N°181 de 01/06/1958, págs.1 e 3

alvo: a extrema-direita que apoiou o candidato da oposição.⁴²² É muito provável que o jornal estava a referir-se ao apoio que Francisco Rolão Preto (o «Chefe» do extinguido Movimento Nacional Sindicalista, o movimento puramente fascista que existiu entre 1932 e 1934) deu a Humberto Delgado.

Após as eleições presidenciais, a empresa «Mundet & C^a. Lda.» lança um aviso para os seus trabalhadores em Portugal, informando que devido à crise que o sector corticeiro passava, a empresa decidiu parar de conceder aumentos salariais, iria limitar os dias de trabalho para 3 dias por semana e que haveria uma redução do seu pessoal activo. Isto era considerado altamente negativo para o concelho, visto que centenas de operários seixalenses trabalhavam nas fábricas da «Mundet» localizadas nas freguesias de Seixal e Amora. O jornal *Tribuna do Povo*, tomando em conta o facto de os cortes não abrangerem os gerentes das fábricas, empregados e encarregados, pede “*caridade (...)*” por parte da empresa, e defende que os gerentes, empregados e encarregados também sofram cortes, para que as consequências da crise sejam igualmente partilhadas por todo o pessoal desta, opinando que “*(...) Talvez que deste modo se pudessem manter todos os empregados, todos os encarregados e todo o pessoal a trabalhar e não se chegue a uma falência completa*”.⁴²³ Isto era claramente uma crítica indirecta do jornal face aos salários baixos dos operários corticeiros da empresa e a disparidade salarial entre estes e o resto do pessoal da hierarquia desta. No número seguinte, o jornal publica um artigo onde crítica a «Mundet» pelas suas medidas e apela ao Governo para resolver esta grave situação.⁴²⁴ O jornal publica inserido no mesmo artigo uma exposição de operários corticeiros de Amora enviada ao Governador

⁴²²“...Os exacerbados elementos da extrema-direita que, arrastados por ondas de ridícula temeridade, se puseram em franca e pacóvia rebeldia, mancomunando-se com o liberalismo anárquico e com o comunismo, foram assim precipitados nos alçapões em cujo fundo correm os mais imundos canos de esgoto destinados à escória da sociedade. Espezinhando a lealdade que era devida aos legítimos chefes e descendo, um a um, os degraus da baixa aventura, esses quixotescos extremistas da direita, exuberante plêiade de alienados, de irrequietos, de nervosos, de epiléticos...precisariam, talvez, de longo período de tratamento numa enfermaria psiquiátrica, onde o repouso e acção do luminal os acalmasse” – A Grande Lição, in *Ibidem.*, N°182 de 15/06/1958

⁴²³ Apelo à gerência da firma Mundet & C.^a Limitada, in *Ibid.*, N°187 de 07/09/1958, pág.6 (na mesma página estava publicado o respectivo aviso da empresa)

⁴²⁴ “...Centenas de operários da firma Mundet e C.^a Lda do Seixal e Amora estão prestes a ser lançados para a miséria pela Gerência... Várias démarches têm sido feitas, no sentido de se procurar ajuda aos colaboradores mais íntimos da empresa, que nas horas de franco progresso e de altíssimos lucros são esquecidos, para só serem lembrados e sacrificados quando surgem reais ou fictícias crises... Joga-se com o pão dos homens, como respeito pela dignidade humana e sem consideração pelo esforço e sacrifício do próximo. Os operários corticeiros, uma vez que pouco podem esperar dos seus superiores imediatos, confiam que o Governo da Nação vai solucionar com energia e com honestidade a sua lamentável e catastrófica situação.” - DOR – ANGÚSTIA – EXPECTATIVA, in *Ibid.*, N°188 de 21/09/1958, pág.1

Civil de Setúbal: a exposição, com uma retórica extremamente crítica da empresa, fazendo inclusivamente alusões à possível revolta de operários contra a mesma, poderá ter sido a razão pela qual o Chefe da Repartição dos Serviços de Censura avisou o Delegado dos Serviços de Censura de Setúbal que o artigo deveria ter sido cortado.⁴²⁵ Como consequência, o jornal passaria a ser visto pelos Serviços de Censura na sede desta, em Lisboa.⁴²⁶

A seguir, veremos como se organizava e como era activa a oposição comunista seixalense, durante este período.

2.3 – A oposição comunista seixalense durante a Década de 50

Por detrás da estabilidade que o regime vivia entre 1950 e 1958, a oposição comunista desenvolvia-se por todo o concelho do Seixal, num processo que já datava desde a Década de 40, com o estabelecimento de «células» do PCP nas fábricas corticeiras. O PCP estabelece-se assim como a única oposição política ao regime existente no concelho, após a supressão da oposição não-comunista no anos após o fim da 2ª Guerra Mundial.

Desconhecendo-se a organização da oposição comunista durante a Década de 40 (devido à falta de fontes), foi possível no entanto saber em detalhe como é que se constituía a actividade comunista nos Anos 50 – principalmente, devido às memórias de um antigo comunista e preso político seixalense, Domingos Fernandes de Carvalho. É também nesta década que o jornal *Avante!* destaca-se em noticiar a actividade do operariado corticeiro seixalense na sua luta por melhores condições de trabalho.

Segundo Domingos de Carvalho, durante a 2ª Guerra Mundial este terá aderido ao PCP, quando já existiam «células» do partido na fábrica da «Mundet» no Seixal.⁴²⁷ Um dos principais métodos de luta era a concentração de operários junto aos escritórios da gerência da fábrica e junto à sede do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros

⁴²⁵ ANTT – Fundo do Secretariado Nacional de Informação – Censura, Cx.741, Processo N°17 (ofício datado de 24/09/1958, enviado pelo Chefe da Repartição dos Serviços de Censura para o Delegado dos Serviços de Censura de Setúbal)

⁴²⁶ *Ibid.*, (ofício datado de 14/10/1958, enviado pelo Chefe da Repartição dos Serviços de Censura para o Delegado dos Serviços de Censura de Setúbal)

⁴²⁷ “...*Deve ter sido este meu episódio de luta o que levou os camaradas do Partido a virem falar comigo. E depois de uma reunião com eles fiquei a pertencer à célula da oficina da estufa. Eramos três e fazíamos o trabalho da distribuição da imprensa e angariávamos fundos para o Partido.*” - CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros*, Lisboa, Edições Sociais, 1975, pág.11

do Distrito de Setúbal, como forma de intimidação para serem cedidas as suas reivindicações.⁴²⁸ A casa de Domingos Fernandes de Carvalho constituía um centro de «agitação», sendo que era desta que saía propaganda distribuída clandestinamente pela vila e pelas fábricas.⁴²⁹ Em 1955, a «célula» comunista da fábrica da «Mundet» publicou o 1º número do jornal clandestino *O Corticeiro*, onde segundo Domingos de Carvalho, a entrevista que aparece nesse número (obviamente, feita no anonimato) tinha sido feita a ele próprio.⁴³⁰ Este jornal, que se publicou entre 1955 e 1967, publicava principalmente notícias sobre a luta do operariado corticeiro do Sul do País, e algumas entrevistas anónimas a operários corticeiros ou a pequenos industriais de cortiça, sempre com um tom crítico face às grandes empresas envolvidas na indústria e ao Governo.⁴³¹

2.3.1 – O «terramoto delgadista»

Em 1958, nos meses anteriores ao acto eleitoral das eleições presidenciais, Domingos de Carvalho afirma que o Comité Regional do Seixal foi responsável por tentar recensear muitos seixalenses para as eleições, sendo que como consequência o Presidente CMS, Cosme Narciso Lopes, anulou várias inscrições, para evitar votos desfavoráveis ao candidato do regime (Almirante Américo Tomás).⁴³² A imprensa simpatizante da candidatura de Humberto Delgado (os jornais *República* e *Diário de Lisboa*) não faz qualquer referência à realização de comícios locais pelos candidatos presidenciais Arlindo Vicente e Humberto Delgado (o primeiro também fora candidato

⁴²⁸ “...O trabalho aumentava cada vez mais e eram precisos operários para irem com as comissões junto da gerência da fábrica, para fazerem concentrações em frente dos escritores. E quando isto se fazia, logo marcávamos outra ida ao Sindicato para se pedir aumento de salário...E quando aquilo a que chamavam Direcção a isso se recusava, os operários concentravam-se cá fora, na rua.” – in *Ibidem.*, págs.17-18

⁴²⁹ “...Os referidos indivíduos, segundo apurei também, têm tido “reuniões”, durante a noite, em casa do Domingos de Carvalho e na do Joaquim Careca locais de onde saí a propaganda comunista que é distribuída nas fábricas e nas ruas da vila do Seixal e arredores.” – in ANTT – Fundo da PIDE/DGS - Processo N°369/59 (fol.2 do processo)

⁴³⁰ “...José Carlos foi também um dos bons funcionários que aqui passaram. Foi com este Camarada que o nosso organismo lançou o jornal «O Corticeiro». No primeiro número, Afonso Gregório fez-me uma entrevista.” – in *Ibid.*, pág.18; a entrevista mencionada encontra-se no N°1 do jornal clandestino *O Corticeiro*, de Julho de 1958 (pág.2)

⁴³¹ Eis um exemplo, com uma entrevista feita ao um pequeno industrial, que defende que a fiscalização dos bocados de cortiça “...devia ser escolhida e formada pelos interessados: pequenos fabricantes e operários, e não pela Junta Nacional da Cortiça. Como acontece actualmente.” – *Opinião de um pequeno industrial*, in *O Corticeiro*, N°3 de Novembro de 1955, pág.2

⁴³² “...Fez-se uma grande campanha para as pessoas se recensearem e naquele período levei à Câmara muitas cópias...Tanto mais que todos os que se inscreveram foram cortados pelo presidente Cosme, que certa vez nos pôs fora da Câmara, quando lá fomos para ver se os nossos nomes estavam nos cadernos eleitorais” - CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros... Op. Cit.*, pág.25

presidencial, desistindo a sua candidatura a 30 de Março de 1958 – no «Pacto de Cacilhas» -, a favor do segundo): no entanto, segundo as memórias do ex-tipógrafo António Rodrigues Augusto Palaio, ocorreram nos cinemas das freguesias do Seixal e de Paio Pires sessões de propagandas de apoio a Humberto Delgado, nas quais o mesmo participou⁴³³; Domingos de Carvalho relata que na fábrica da «Mundet» no Seixal foi sido implantada uma barraca, onde se escondia a imprensa e propaganda a favor dos candidatos da oposição, que era distribuída antes do pessoal da fábrica iniciar o trabalho⁴³⁴. Nos últimos dias da campanha eleitoral, Humberto Delgado terá tentado fazer uma passagem pelos concelhos da «Margem Sul», tendo sido impedido pelas forças policiais de o fazer, quando “...*aguardavam-no a pé firme milhares de pessoas em Setúbal, Seixal, Paio Pires, Almada, Cacilhas, Barreiro*”.⁴³⁵

Apesar da inevitável derrota de Humberto Delgado (devido à fraude eleitoral cometida pelo regime), a oposição supostamente ganhou na freguesia de Paio Pires.⁴³⁶ Não existem fontes suficientes sobre a distribuição dos resultados das eleições nas freguesias do concelho do Seixal: o jornal *Tribuna do Povo* relata os resultados na freguesia de Amora (58 votos para Humberto Delgado e 83 votos para Américo Tomás), mas não relata os resultados das restantes freguesias.⁴³⁷ «Oficialmente», estavam 982 eleitores recenseados no concelho do Seixal em 1958: 728 votaram (74.1% dos recenseados), sendo que destes, 266 votaram em Humberto Delgado (36.5%) e 461 votaram em Américo Tomás (63.3%) – visualizando todos os resultados dos concelhos do Distrito de Setúbal, o concelho do Seixal foi o 3º concelho do Distrito onde houve maior votação (por %) para Humberto Delgado (a seguir a Almada e Moita, com 49.4% e 40.3%, respectivamente).⁴³⁸

⁴³³ Entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio, de 74 anos de idade, em 19/95/2015

⁴³⁴ “...*Na minha secção, eu e mais uns camaradas...tínhamos armado uma barraca feita fardos e pranchas de cortiça. Lá dentro colocámos prateleiras, onde púnhamos toda a imprensa de propaganda de eleições...De manhã ia mais cedo para o trabalho e como ali o sítio onde trabalhava ficava junto de uma rua na parte de dentro da fábrica, mesmo ali, quando os operários iam pegar no serviço, eu e mais os meus camaradas vínhamos cá para fora e distribuíamos a imprensa...E muitos iam já buscar imprensa à barraca, a que já chamavam a sede do Arlindo Vicente*” – in CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros...* Op. Cit., pág.26

⁴³⁵ MADEIRA, João, “As greves de Junho-Julho de 1958”, in DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Editora Vega, 1998, pág.190

⁴³⁶ “...*Chegou por fim o dia das eleições...Ganhámos numa freguesia de Paio Pires, pelo trabalho dos camaradas e do João Pereira que eu tinha aliciado para o Partido...Se tivéssemos listas daquele jeito em todas as freguesias ganhávamos as eleições.*” – in *Ibidem.*, pág.28

⁴³⁷ *Acto Eleitoral*, in *Tribuna do Povo*, Nº182 de 15/06/1958, pág.2

⁴³⁸ “As eleições que oficialmente nunca existiram”, in DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado...* Op. Cit., Pág.528 (Anexo XX com o resultado)

2.3.2 – As lutas operárias de finais de 1958 contra os despedimentos de operários pela «Mundet»

Após o aviso da «Mundet» sobre o despedimento substancial de operários a ocorrer a partir de 15 de Outubro de 1958 (segundo *O Corticeiro*, o despedimento atingiria 1000 operários das fábricas do Seixal e Amora⁴³⁹), estes acabariam por realizar acções de protesto contra tais medidas: nos dias 2, 3 e 4 de Setembro, fizeram-se concentrações de centenas de operários junto aos escritórios da gerência da fábrica no Seixal, enquanto no dia 9 seguinte, uma comissão de 5 operários e operárias, juntamente com o Presidente do SNOCDs, tiveram uma audiência em Setúbal com o Sub-Delegado do INTP, protestando a este contra tais despedimentos; nos dias 3 e 4 de Setembro, houve também concentrações junto à gerência da fábrica da «Mundet» na Amora, com protestos da mesma natureza.⁴⁴⁰ Segundo Domingos de Carvalho, face aos protestos, houve a presença de militares da GNR, para evitar os ajuntamentos de operários corticeiros.⁴⁴¹ Apesar disto, os operários continuaram os seus protestos, chegando estes a marcharem à Assembleia Nacional e no Ministério das Corporações, para exporem as suas reivindicações, que incluíam o aumento de dias de trabalho para 6, o aumento dos salários dos operários e o estabelecimento do comércio livre de produtos corticeiros com todos os países do Mundo, como medida para enfrentar a crise desta indústria.⁴⁴² Uma destas concentrações ocorreu a 9 de Outubro, junto à Assembleia Nacional, onde os operários corticeiros do Seixal foram recebidos pelo Presidente, Albino dos Reis, entregando uma exposição de cerca de 2000 assinaturas. Face a estes protestos, o Ministro das Corporações e Previdência Social, Henrique Veiga de Macedo, publica um despacho que proíbe novos despedimentos nos quadros do pessoal permanente da

⁴³⁹ “...A grande maioria das fábricas de cortiça trabalha só 3, 4 3 5 dias por semana. Agora é a Mundet do Seixal-Amora que ameaça despedir cerca de mil operários, alguns dos quais com 10, 15 e 20 anos de casa!” – A CLASSE CORTICEIRA LUTA CONTRA O DESEMPREGO, in *O Corticeiro*, Nº12 de Setembro de 1958, pág.1

⁴⁴⁰ AS LUTAS DA NOSSA CLASSE, in *Ibidem.*, pág.2

⁴⁴¹ “...A nossa luta estava a ter tão bons resultados que também já aparecia a Guarda Republicana, armada até aos dentes e de capacete como se fosse para a guerra...queriam dispersar-nos, pois não eram permitidos ajuntamentos” – in CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros...* Op. Cit., págs.29-30

⁴⁴² “No dia 9 de Outubro, 80 operários e operárias do Seixal, Barreiro, Alhos Vedros, Montijo, Cova da Piedade e Lisboa foi à Assembleia Nacional entregar a sua Exposição com 2050 assinaturas.” – artigos A NOSSA IDA À ASSEMBLEIA NACIONAL e CONTRA A AMEAÇA DOS DESPEDIMENTOS, in *O Corticeiro*, Nº13 de Novembro de 1958

indústria corticeira, até 31 de Dezembro de 1958.⁴⁴³ O jornal *Tribuna do Povo* menciona estas visitas, e apesar da sua simpatia perante os operários (face aos despedimentos que estavam a ocorrer), crítica tais visitas como “...*subversivas*”.⁴⁴⁴ As concentrações feitas na Assembleia Nacional e no Ministério das Corporações, segundo o relato de Domingos de Carvalho (que também participou nestas), receberam como resposta que o surgimento da Siderurgia Nacional em Paio Pires iria incorporar novos postos de trabalho no concelho, sendo assim desnecessárias as reivindicações dos operários corticeiros seixalenses.⁴⁴⁵

Como consequência das atitudes dos representantes do Governo em não puderem evitar os despedimentos, em 31 de Dezembro de 1958, ocorreu um incidente na fábrica da «Mundet» no Seixal com a invasão da fábrica pelos seus operários, segundo o relato de Domingos de Carvalho: “...*Subimos em massa, as secções foram invadidas e logo os operários se puseram à procura daqueles gerentes que eram uns tachistas, para lhes chegarem a roupa ao pelo. Um deles foi agarrado pelas mulheres e os homens deram-lhe tantas ou tão poucas que teve semanas de cama.*”⁴⁴⁶ Apesar da chegada de alguns guardas da GNR e do chefe da PSP do Seixal (conhecido na memória dos seixalenses como o «Caldeira») para evitar mais distúrbios, os agentes não intervieram, mostrando sinais de solidariedade para com os operários, chegando estes a afirmarem que “...*não havia o direito de despedir pessoas com tantos anos de casa*”.⁴⁴⁷ Tendo o incidente terminado à tarde (quando os operários retornaram ao trabalho), este teve como consequência a proibição das festas da passagem para o Ano Novo das sociedades do concelho, tendo o Seixal tido sido ocupado por forças de GNR durante o dia 1 de Janeiro de 1959.⁴⁴⁸

⁴⁴³ *O Sr. Ministro das Corporações procura resolver a crise da Indústria corticeira*, in *Tribuna do Povo*, Nº190 de 19/10/1958, pág.4

⁴⁴⁴ “...*Em todo o desenrolar deste drama é de anotar o facto de terem sido recebidos na Assembleia Nacional alguns operários que apresentaram uma exposição com intenções pouco lisas. Para as manobras anteriores o nosso Jornal havia prevenido os operários e denunciadas as intenções subversivas. Com gosto podemos noticiar que o exemplar da dita exposição enviado para a fábrica Mundet e C.ª L.da Amora não seguiu.*” – in *Ibidem.*, pág.4

⁴⁴⁵ “...*todos nos davam palavras enganadoras e falsas promessas. E como isto se passava quando se andavam a construir os altos fornos, diziam-nos que quando a Siderurgia Nacional começasse a trabalhar iria entrar muita gente*” - in CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros... Op. Cit.*, pág.31

⁴⁴⁶ *Ibidem.*, pág.33

⁴⁴⁷ *Ibid.*, pág.34

⁴⁴⁸ “...*Era véspera de Ano Novo, havia programas nas sociedades para se festejar a passagem do ano, havia cinema. Mas o Seixal passou uma noite triste, pois nada houve nas sociedades e o cinema não abriu. O Seixal era terra ocupada pela G.N.R. que veio de Almada, depois das 5 horas. E no dia 1 de Janeiro de 1959 também não houve festas.*” – in *Ibid.*, págs.34-35

No dia 9 de Março de 1959, Domingos Fernandes de Carvalho, juntamente com outros colegas membros do Comité Regional do Seixal – Libertino de Carvalho, Joaquim Garcês de Oliveira e Germano Miranda do Sado - eram presos pela PIDE, no meio de gritos e insultos contra os agentes da polícia política.⁴⁴⁹

Segundo o processo sobre a prisão destes indivíduos, foi encontrado na casa de Germano Miranda do Sado exemplares do jornal *Avante!* e cópias de declarações do PCP e do Partido Comunista de Espanha (além de outros objectos), enquanto na casa de Domingos Fernandes de Carvalho foi encontrado 58 exemplares de uma exposição enviada ao Ministro das Corporações. Na casa dos outros presos nada de relevante foi encontrado.⁴⁵⁰ De acordo com os resumos dos interrogatórios, todos tinham sido aliciados a juntarem-se ao PCP clandestino por outros membros, durante os Anos 40; em 1955, numa reunião efectuada numa mata, um funcionário do PCP com o pseudónimo de «Jorge» terá promovido o Comité Local do Seixal para o Comité Regional de Seixal-Amora;⁴⁵¹ Germano Miranda de Sado colaborava com Libertino de Carvalho na «célula» comunista fábrica da «Mundet» da freguesia do Seixal, enquanto Joaquim Garcês de Oliveira era responsável pela actividade do «célula» local na fábrica da «Mundet» na Amora; Domingos Fernandes de Carvalho tinha a seu comando “8 *“elementos” da célula da empresa (...)*” e que na sua casa “*(...) houve várias “reuniões” clandestinas, presididas por diversos “funcionários”, tendo nela funcionado também dois “cursos de aperfeiçoamento de conhecimentos políticos e de organização partidária” igualmente orientados por “funcionários”*”⁴⁵². Todos estes presos políticos seriam condenados em 1960 a cerca de 2 anos de prisão e a suspensão de direitos políticos durante 15 anos, mas foram soltos apenas em 1964 (excepto Germano Miranda do Sado, solto logo em 1960) sob liberdade condicionada.⁴⁵³

Terminava assim um ciclo da história da oposição seixalense e do Estado Novo no concelho. No mesmo ano (1959), poucas semanas após o aprisionamento dos membros do «Comité Regional do Seixal», Cosme Narciso Lopes abandonava o cargo

⁴⁴⁹ “...muita gente foi concentrando na rua e quando íamos a entrar para a carrinha e eu acenei a dizer adeus ao povo, um dos pides deu-me um murro na cabeça e empurrou-me lá para dentro. Ouvi então pessoas a gritar e a insultá-los...Tiveram muita dificuldade os pides para sair dali. Estávamos dentro da carrinha e ouvimos um estrondo. Tinha sido uma valente pedrada.” - in *Ibid.*, págs.39-40

⁴⁵⁰ ANTT – Fundo da PIDE/DGS – Processo N°369/58 (fols.4-7 do processo)

⁴⁵¹ *Ibid.*, fols.24 e 25

⁴⁵² *Ibidem.*, fols.74-76

⁴⁵³ ANTT – Fundo da PIDE/DGS – Registo Geral de Presos – registos N°23566, 23574, 23575 e 23576 (de Germano Miranda do Sado, Domingos Fernandes de Carvalho, Joaquim Garcês de Oliveira e Libertino de Carvalho)

de presidente (31 de Março), que ocupara durante 20 anos.⁴⁵⁴ Iriam ocorrer mais prisões no concelho durante os anos seguintes, mas estas já estão fora do período histórico desta dissertação.

Conclusão

Com a realização desta dissertação de mestrado, desejámos dar a conhecer a situação específica do concelho do Seixal durante o Estado Novo, inserido numa longo espaço temporal (1926-1961), dando a conhecer novos factos sobre um período histórico até agora muito desconhecido e ignorado sobre a história do mesmo concelho, sobre a qual só existem monografias e memórias. Pretendíamos também ao tempo contribuir para o desenvolvimento da historiografia local/regional, em contraposição à história do «centro», ou seja, visualizada da perspectiva da capital.

Chegamos assim às seguintes conclusões sobre a situação do concelho, durante a vigência da Ditadura Militar e do Estado Novo:

- falando da economia seixalense, esta insere-se durante o Estado Novo num panorama de desenvolvimento industrial (principalmente, o da indústria corticeira e com a implantação da importante fábrica da Siderurgia Nacional, em 1961), que substitui o «velho» Seixal rural e conhecido como «terra de pescadores», chegando o sector secundário da economia concelhia a empregar mais de metade da população activa residente no concelho;

- o concelho, nos finais da I República, encontrava-se dominado politicamente pelo PRP, ao mesmo tempo que o seu poderio era criticado por forças adversas ao regime vigente (representados na redacção do jornal *O Seixalense*), e que o movimento operário no concelho se encontrava numa situação débil, num contexto de crise internacional, que provocou «crises de trabalho» na região da Península de Setúbal e no concelho, o que levou ao desaparecimento de muitas associações de classe do concelho criadas anos antes;

⁴⁵⁴ REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra...Op. Cit.*, pág.41; Um jantar comemorativo da despedida de Cosme Narciso Lopes deu-se em 30 de Março, relatado no N°201 do jornal *Tribuna do Povo* (datado de 05/04/1959)

- a Ditadura Militar, perante um operariado politicamente indiferente, a quase inexistência de uma oposição republicana/demo-liberal (também chamada de «reviralhista») e um imprensa local defensora da «situação», facilmente se conseguiu impôr no concelho, e como consequência, as futuras elites locais representativas do Estado Novo (inscritas na UN, criada em 1930) tomariam facilmente as rédeas da administração local;

- o Estado Novo, durante a Década de 30, implementa-se no Seixal tentando disciplinar todas as classes sociais existentes no concelho, com a imposição pelo novo regime político da organização social corporativa, sendo que apesar do seu parcial sucesso na constituição de vários organismos corporativos concelhios (a greve geral de Janeiro de 1934 parece não ter tido quaisquer fortes repercussões no concelho do Seixal e em 1938 são presos pela PVDE vários anarco-sindicalistas e um comunista), estes não conseguiriam impôr a «harmonia social» defendida pela doutrina do corporativismo, sendo que em 1943, no meio da crise económica e social provocada pela 2ª Guerra Mundial, o operariado corticeiro (e não só) do Seixal revolta-se e faz greve contra as suas más condições de trabalho, sendo reprimido violentamente;

- por fim, no período do «pós-guerra» e durante grande parte da Década de 50, o concelho altera-se com o ressurgimento da oposição demo-liberal (entre 1945 e 1949, representado pelo surgimento da MUD e da candidatura presidencial de Norton de Matos) e o crescimento da influência da oposição comunista no concelho (através das suas «células» em várias fábricas do concelho), que acabará por culminar nas greves e reivindicações operárias do ano de 1958 (criando no Seixal um dos focos de protesto no país, após as eleições presidenciais), em protesto contra as eleições falsificadas, os despedimentos e a recusa de mais aumentos salariais por parte da empresa «Mundet & C.ª Lda.», num contexto de crise na indústria corticeira: a «crise de 1958» representava assim o fim de uma época de relativa estabilidade para o regime e para o concelho do Seixal, que os Anos 50 representaram;

O desenvolvimento da história local/regional é muito importante para o não esquecimento da memória dos povos e para o desenvolvimento de uma identidade histórica por parte dos municípios. Àqueles que possuem o interesse de desvendar mais sobre as histórias das muitas localidades existentes pelo país e que desejam assim contribuir para a identidade dos povos e dos seus municípios, deixamos aqui o nosso contributo, para que possa servir de inspiração futura para tais intuitos.

Fontes e Bibliografia

1- Fontes

Fontes Impressas

Anuário Comercial de Portugal (Vol. II), Lisboa, 74ª Edição, Empresa Nacional de Publicidade, 1954

CARVALHO, Domingos Fernandes de, *Luta de Corticeiros*, Lisboa, Edições Sociais, 1975

Dez anos de política social: 1933-1943, Casa Portuguesa, Lisboa, 1943

Estatutos. Casa do Povo de Amora, Amora, [s.e.], 1936

Estatutos da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite dos Concelhos de Almada e Seixal, Almada, Tipografia Machado Lda., 1953

Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal, Optima Tipográfica, Lisboa, 1940

Estatutos da Progresso e União Amorense, Sociedade Cooperativa, Amora, [s.e.], 1957

Instituto Nacional de Estatística, *Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934

Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População - no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Distrito de Setúbal. Vol.XVI*, Lisboa, Sociedade Astória Limitada, 1945

Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento Geral da População - no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1952

Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População no contine e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1963

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Agrícola. 1945*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, 1946

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Agrícola. 1950*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1951

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Agrícola. 1955*, Lisboa, Bertrand Irmãos, 1956

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Agrícola. 1960*, Lisboa, [s.e.], 1961

LIMA, Manuel A.S., *Amora: Memórias e Vivências D´Outrora*, Plátano Editora, 1ª Edição, 2006

PIEDADE, Ângelo Matos, *Memórias Escolhidas. 1932-1951. Seixal*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006

REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra – Monografia do Concelho do Seixal*, 2ª Edição, Edições da Câmara Municipal do Seixal, 1992

VALENTE, V. Cardoso e FERREIRA, Alves, *Inquérito Agrícola e Florestal: Concelho do Seixal*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1950

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo PIDE/DGS:

- Processo N°369/59 – “Germano Miranda do Sado e outros”

- Registos n°142, n°5565, n°5632, n°9875, n°9876, n°9879, n°9894, n°9899, n°10099, n°10102, n°10108, n°10112, n°10324, n°17440, n°17441, n°17442, n°17443, n°17444, n°17445, n°19259, n°23566, n°23574, n°23575 e n°23576 (no Registo Geral do Presos)

Fundo do Ministério do Interior - Núc. MI, Gab. de Min.:

- Maços: 451, 455, 468, 469, 476, 477, 478, 479, 481, 489

Fundo do Ministério do Interior - Direcção-Geral da Administração Política e Civil:

- NT 695 [pt.500]; Processo Z-3/4, NT 1887 (Inc. 2002)

Fundo do Ministério do Interior - Secretaria Geral:

- Mç. 343, lv. 12, n° 66

Fundo da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros - Gab. do Presidente:

- Cx.46, proc. 436/23, n°20

Fundo do Secretariado Nacional de Informação, Censura:

- Cx. 712, processos N°95 e N°755 do jornal “A Voz do Seixal”;

- Cx.510, processo suplementar Nº17 do jornal “*Tribuna do Povo*”;
- Cx.741, Processo Nº17 do jornal “*Tribuna do Povo*”

Fundo da União Nacional:

- Cx.44, mç.128A

Fundo da Liga Nacional 28 de Maio:

- Registo de Sócios, Livro Nº1 (Cota – N.P 1)

Fundo da Legião Portuguesa:

- Pasta Nº10 (do Comando Distrital de Setúbal)

Fundo das Associações de Classe:

- Processo da Associação de Classe dos Manufactores de Lanifícios da Arrentela
- Processo da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas do Seixal
- Processo da Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal
- Processo do Sindicato Único da Construção Naval na Vila do Seixal

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal

- Fundo da Câmara Municipal do Seixal
- Fundo da Administração do Concelho
- Fundo da Junta de Freguesia de Amora
- Fundo da Junta de Freguesia de Aldeia de Paio Pires
- Fundo da Secção Desportiva da Casa dos Pescadores do Seixal
- Espólio Mário Vieira Lourenço

Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo do Governo Civil de Setúbal:

- Registo de Correspondência Confidencial Expedida: Livro Nº2
- Registo de Correspondência Confidencial entrada no Governo Civil: (cota – 18379, cx.3)

Fundo do Tribunal Judicial da Comarca de Almada:

- Processo de Polícia Correccional de Amadeu Alves Diniz (1930)

Arquivo Histórico-Militar

Fundo da Repartição de Gab. do Ministro da Guerra – Secção do Serviço de Mobilização Industrial (1945-1946):

- Cx.135, Processos 1 e 4
- Cx.142, Processo 55

Fundo do Tribunal Militar Especial (TME):

- Processo N°468/938 (Vol. II)
- Processo N°0015/39 - José Mendes Soares
- Processo N°0132/42 – Luís Pereira Henriques
- Processo N°0203/42 – António Ferreira Branco e Celestino Branco
- Processo N°0424/42 – “Cooperativa da Empresa de Lanifícios da Companhia da Arrentela”
- Processo N°1327/42 – “Firma Manuel Joaquim da Gaia Torres & Companhia”
- Processo N°0045/43 - João Cruz e Tomaz Braz
- Processo N°0882/43 - Manuel Afonso
- Processo N°0024/44 – vários indivíduos
- Processo N°0035/44 - Duarte Pinhal da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar

Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa:

- Cx.5, n°17 (Grémio do Comércio do Seixal)
- Cx.9, n°4 (Grémio da Lavoura de Almada e Seixal)

Ecomuseu Municipal

- Fundo do Arquivo Empresarial da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal
- Fundo de entrevistas realizadas pelo Ecomuseu

Fundo da Casa do Povo de Amora (espólio privado)

- Livro de Actas da Casa do Povo de Amora

Fundo do Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (espólio privado)

- Estatutos da Associação Comercial e Industrial do concelho do Seixal (1916)

Arquivo Professor António Lino Neto (Universidade Católica Portuguesa):

- Cx.21, mç.4, doc.11 (carta enviada por José O'Neill Pedrosa, datada de 21/05/1921)

Entrevistas:

- Entrevista a António Augusto Rodrigues Palaio (75 anos de idade), em 19/05/2015

Biblioteca Nacional de Lisboa:

- Arquivo-Histórico Social

Jornais/revistas/boletins da imprensa local (anos visualizados):

- *A Voz da Paróquia* (1950)
- *A Voz do Seixal* (1927-1949)
- *O Seixalense* (1925-1936)
- *Tribuna do Povo* (1950-1961)

Jornais/revistas/boletins da imprensa nacional (anos visualizados):

- *1º de Maio – Jornal de Todos os Trabalhadores* (1940)
- *A Época* (1926)
- *A Lucta* (1920)
- *Avante!* (1931-1958)
- *A Voz* (1930-1933)
- *Boletim Cooperativista* (1958)
- *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* (1942)
- *Boletim da Legião Portuguesa* (1939-1941)
- *Boletim Mensal do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa* (1940-1942)
- *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (1933)
- *Correio da Manhã* (1922-1925)
- *Diário da Câmara dos Deputados* (1925)
- *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* (1949)
- *Diário do Senado da República* (1922)
- *Lutador Cristão* (1950)
- *O Corticeiro* (1929-1930)
- *O Mundo* (1925-1926)
- *O Ribatejo* (1923)

- *O Século* (1925-1926)
- *O Trabalhador* (1939-1940)
- *República* (1923-1958)

Arquivo da Casa Comum:

- *O Corticeiro* (1955-1961)

2- Bibliografia

Almanaque de A Batalha - 1926, pref. de Maria Filomena Mónica, Edições Rolim, 1987

AMARAL, Diogo Freitas “Corporativismo, Fascismos e Constituição”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012, págs.81-100

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal, *O Seixal na História: Um Olhar Sobre o Século (1901-2000)*, [s.d.]

BARROS, Júlia Leitão de “Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, in CARRILHO, Maria *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote, 1989,

BARROS, Júlia Leitão de, “Exposição do Mundo Português”, in BRITO, J.M. Brandão de, e ROSAS, Fernando (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I), Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, págs.325-327

BARROS, Júlia Leitão de, “O Cerco Ideológico do Estado Novo à Imprensa da «Província»”, in *Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura*, Nº5/6, 2005, págs.265-300

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)”, in *Análise Social*, XXII (94), 1986-5.º, págs.943-977

- Câmara Municipal do Seixal, *Peixes e Pescarias no Concelho do Seixal – Estuário do Tejo*, Seixal, Edições da Câmara Municipal do Seixal - Ecomuseu, 1997
- CANDEIAS, António (dir. e coord.), *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1979
- CURTINHAL, Elisabete, *Barcos, memórias do Tejo: catálogo de exposição*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2007
- CUSTÓDIO, Jorge, “A Fábrica de Pólvora de Vale Milhaços”, in *Pedra & Cal*, Nº52, 2012
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Editora Vega, 1998
- Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Moita (Org.), *A República nos Concelhos da Margem Sul. Actas do Colóquio*, 1ª Edição, s.l., 2011
- FERREIRA, Sónia Ferreira, “Temos Fome, Temos Fome”: resistência operária feminina em Almada durante o Estado Novo”, in VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (Coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, págs.109-120
- FILIPE, Graça (coord.), *O abastecimento público de água no Concelho do Seixal*, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, 2003
- FITAS, Fernando, *Histórias Associativas - Memórias da Nossa Memória. As Filarmónicas*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2001
- FREIRE, Dulce “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012
- GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e Agricultura: Evolução do Modelo Dominante de Sindicalismo Agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1999

GUIMARÃES, Paulo, “Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)”, in M. Gutiérrez e D. Palacio Cerezales (Coord.), *Conflicto político, democracia y ditadura. España y Portugal en la década de 30*, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2007

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001

MELO, Francisco (coord.), *Álvaro Cunhal. Obras Escolhidas*, Tomo I (1935-1947), Lisboa, Edições Avante!, 2007

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A «Guerra Religiosa» na I República*, Lisboa, 2ª Edição, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010

Nabais, António, *História do Concelho do Seixal. I-Cronologia*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1981

PAIS, José Machado *et alia*, “Elementos para a História do Fascismo nos Campos: a «Campanha do Trigo» (I)”, in *Análise Social*, Vol. XII (2.º), Nº46, 1976, págs.400-473

PALAIIO, António Augusto, *Os Presidentes da Câmara Municipal do Concelho do Seixal (1838/1974)*, [s.e.], Seixal, 2003

PALAIIO, António Augusto, *Seixal e os Compadres Republicanos*, [s.e.], 2010

PATRIARCA, Fátima, “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, in *Análise Social*, Vol. XXVI, 1991, págs.23-58

PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947). Vol II*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995

PATRIARCA, Fátima, *Sindicatos contra Salazar: A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000

PEREIRA, Joana Dias, “A Liquidação do Sindicalismo Livre”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Edições Almedina, Coimbra, 2012, págs.253-272

PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, Lisboa, 2013

PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996

ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (coord.), *História da I República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011

ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Memórias da Siderurgia. Contribuições para a História da Indústria Siderúrgica em Portugal*, Lisboa, Editora História, 2005

QUEIRÓZ, António José, “As eleições legislativas de 1925”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Nº11, Porto, 2010

REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo (1931-1948)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999

ROSAS, Fernando, “O Estado Novo: 1926-1974”. Vol. VII. In *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994

ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa. 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, 2013

SABINO, Fátima, “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX. Contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, in MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 1ª Edição, 2013

Serviços Culturais da Câmara Municipal do Seixal, *História do Concelho do Seixal. 3- Elementos para a história das colectividades*, 1ª Edição, Edições Câmara Municipal do Seixal, 1982

SILVA, António Ribeiro, *História Local: Objectivos, Métodos e Fontes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998 [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> - visualizado a 27/09/2014]

TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Veja, 1991

TEODORO, José Miguel de Jesus, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)* (Vol. I), Tese de Doutoramento em História, FLUL, 2013

VIEIRA, Joaquim, *Mocidade Portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008
http://www.wikienergia.pt/~edp/index.php?title=Electrifica%C3%A7%C3%A3o_do_concelho_de_Seixal [visualizado em 20/04/2015]

Anexos

Anexo I – Comparação do total das populações e da taxa de crescimento populacional (%) entre o concelho do Seixal e de outros concelhos da zona da «Margem Sul»

	Almada	(%)	Barreiro	(%)	Moita	(%)	Seixal	(%)
1930	23994	-----	21042	-----	9548	-----	10203	-----
1940	29546	23%	26104	24%	12384	29%	12932	27%
1950	43768	48%	29719	13%	19465	57%	15937	23%
1960	70968	62%	35088	18%	29110	50%	20470	28%

Fontes e/ou Bibliografia: *Recenseamento Geral da População* (para os anos de 1930, 1940, 1950 e 1960)

Anexo II – Divisão da população do concelho do Seixal por faixas etárias *

	1930	(%)	1940	(%)	1950	(%)
Idades						
0-14	3287	32.22%	3927	30.42%	3712	23.57%
15-60	6083	59.62%	7875	61,01%	10590	67.26%
>60	817	8%	1071	8,30%	1444	9,17%
Idade ignorada	16	0.16%	37	0,27%	0	0%
Total	10203	100%	12910	100%	15746	100%

Fontes e/ou Bibliografia: *Censo da População de Portugal* (1930) e *Recenseamento Geral da População* (1940 e 1950)

*Não existem valores no *Recenseamento Geral da População* para o ano de 1960

Anexo III – População analfabeta e taxa de analfabetismo, no concelho do Seixal, com idades superiores aos 7 anos

	1930	(%)	1940	(%)	1950	(%)	1960	(%)
Analfabetos	4837	47.41%	5367	40.57%	4717	29.50%	4937	24.12%
Total	10203	100%	12932	100%	15937	100%	20470	100%

Fontes e/ou Bibliografia: *Censo da População de Portugal...* (1930) e *Recenseamento Geral da População...* (1940 e 1950)

Anexo IV – A distribuição profissional da população do concelho do Seixal, em 1930

Actividades	Total (pop. activa)	(%)
Agricultura	1694	28.06%
Pesca e Caça	301	4.99%
Indústria	2629	43.54%
Transportes e Comunicação	240	3.97%
Comércio	245	4.06%
Outros	603	9.99%
Não mencionados	326	5.40%
Total	6038	100%

Fontes e/ou Bibliografia: *Censo da População de Portugal* (1930)

Anexo V – A distribuição profissional da população do concelho do Seixal, em 1950 e 1960

<u>1950</u>			<u>1960</u>		
<u>Actividades</u>	<u>Total</u> <u>(pop. activa)</u>	(%)	<u>Actividades</u>	<u>Total</u> <u>(pop. activa)</u>	(%)
Agricultura	1273	14.92%	Agricultura	881	9.01%
Pesca	166	1.94%	Pesca	75	0.77%
Indústria	5833	68.34%	Indústria	6846	69.99%
Transportes e Comunicação	246	2.88%	Transportes e Comunicação	405	4.14%
Comércio	419	4.91%	Comércio	708	7.24%
Serviços	587	6.88%	Outros	838	8.57%
Indeterminada	11	0.13%	Indeterminada	29	0.30%
Total	8535	100%	Total	9782	100%

Fontes e/ou Bibliografia: *Recenseamento Geral da População* (anos de 1950 e 1960)

Nota: Na indústria, foram inseridos os indivíduos que trabalhavam no sector da construção civil e das obras públicas (visto que no *Recenseamento Geral da População* para o ano de 1930, estes estavam identificados como indústrias)

Anexo VI – Seixalenses membros do PRED (Partido Republicano da Esquerda Democrática)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>
Abílio Simões	Funcionário municipal
Américo Alves	Funcionário municipal
Américo Machado	Calafate
Aniceto Luís	Industrial
António Baptista da Silva	Empregado no comércio
António José Soares	Proprietário
António Miguel Lopes	Proprietário
António Romão da Silva	Operário
Carlos Crevans	Serralheiro
Emílio da Silva Santos	Industrial
Evaristo José da Silva	Empregado no comércio
Joaquim dos Santos Boga	Carpinteiro
José Martins	Fogueiro
Júlio Carlos França	Mestre de Oficina
Júlio Pereira	Proprietário
Luís Tavares	Operário
Manuel Carvalho	Operário
Manuel Gomes Rato	Carpinteiro
Manuel Margarido	Mestre de obras
Manuel Raimundo	Operário
Virgílio dos Santos	Serralheiro

Fontes e/ou Bibliografia: QUEIRÓS, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, págs.373-374

Anexo VIII – Seixalenses identificados como membros do Partido Republicano Português (PRP), do Partido Republicano Nacionalista (PRN), do Partido Republicano Radical (PRR) e monárquicos (M), nos finais da I República

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Partido político</u>
Alfredo dos Reis Silveira	Industrial da construção naval	PRP
Joaquim dos Santos*	Carpinteiro	PRP
António Pires	Farmacêutico	PRP
José O'Neill Pedrosa	Proprietário	PRN
João Gomes Pólvora	Industrial	PRN
João Teixeira Ribeiro	Funcionário público	PRN
João da Costa Júnior	Proprietário	PRR
António Marques	Serralheiro	PRR
Manuel Luís de Carvalho	Proprietário	M
Manuel Saraiva de Carvalho	Proprietário	M

*Abandonou o PRP em 1925 para se juntar ao PRED

Fontes e/ou Bibliografia: Imprensa local e nacional; AHCMS – Fundo da Administração do Concelho - Correspondência Recebida, Cx032; AHCMS – Fundo da CMS – Livros de Recenseamento Eleitoral

Anexo VIII – Administradores do Concelho e Presidentes da Câmara Municipal do Seixal durante a Ditadura Militar (1926-1933)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Cargos que deteve</u>	<u>Tempo em que deteve o cargo</u>
Francisco Maria Gonçalo	Proprietário	Presid. da CMS	01/08/1926 - 26/01/1929
Bernardino José Leite de Almeida	Proprietário	Presid. da CMS	26-01-1929 - 26/04/1933
João da Costa Júnior	Proprietário	Adm. do Concelho	03/06/1926 - 27/06/1926
Américo Augusto Martins Sanches	Militar	Presid. da CMS e Adm. do Concelho	Adm. do Concelho: 27/06/1926 - 06/09/1926; Presid. da CMS: 19/07/1926 - 01/08/1926
Amadeu Alves Dinis	Comerciante	Adm. do Concelho	06/09/1926 - 18/06/1927
Afonso Martins Correia Gonçalves	Militar	Adm. do Concelho	18/06/1927 - 02/02/1928
Artur Celestino da Conceição	Militar	Adm. do Concelho	02/02/1928 - 20/03/1928
Joaquim de Oliveira Duarte Saúde	Empresário Bancário	Adm. do Concelho	20/03/1928 - 28/08/1928
Henrique Hélder Pedroso	Proprietário	Adm. do Concelho	28/08/1928 - 30/07/1931
Frederico Simões Marques Valido	Guarda-livros	Adm. do Concelho	30/07/1931 - 19/03/1932
Luís da Costa	Militar	Adm. do Concelho	19/03/1932 - 26/10/1933

Fontes e/ou Bibliografia: AHCMS – Fundo da CMS – Livros de Actas; AHCMS – Fundo da Administração do Concelho – Registos de Autos de Juramento e Posse de Autoridades e Funcionários; PALAIO, António Augusto Rodrigues, *Os Presidentes da Câmara Municipal do Concelho do Seixal (1838/1974)*...

Anexo IX – Membros da Comissão Concelhia da Aliança Republicano-Socialista do Seixal

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>
Alfredo dos Reis Silveira	Industrial da construção naval
José Tereso Gomes	Professor primário
António Ferreira Lamarão	Empregado marítimo
João Gomes Pólvora	Industrial
Tomás José da Costa	Operário
Joaquim Reis Jardim	(desconhecida)
Raul Trindade	Comerciante

Fontes e/ou Bibliografia: *Vida Política*, in *República* (Nº374, de 10/08/1931, pág.4); AHCMS – Fundo da CMS – Livros de Recenseamento Eleitoral

Anexo X – Seixalenses identificados como membros da Liga Nacional 28 de Maio

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Data em que aderiu</u>	<u>Nº de membro da Liga</u>
Manuel Saraiva de Carvalho	Proprietário agrícola	Mês de Novembro de 1930	membro Nº4380
Joaquim Antunes Teixeira	Sapateiro	Mês de Dezembro de 1930	membro Nº4586
Joaquim José Rego	Empregado de comércio	Mês de Abril de 1931	membro Nº4981
Manuel Rodrigues Monteiro	Industrial	6 de Abril de 1932	membro Nº5807
Manuel Alexandre	Alfaiate	22 de Abril de 1932	membro Nº6229

Fontes e/ou Bibliografia: ANTT – Fundo da Liga Nacional 28 de Maio – Registo de Sócios, Livro 1 (Cota - N.P 1)

Anexo XI – Membros da Comissão Municipal do Seixal para a «Campanha do Trigo»
(1930)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>
Bernardino José Leite de Almeida	Advogado
Manuel Saraiva de Carvalho	Proprietário
José Maria de Almeida Lima	Proprietário

Fontes e/ou Bibliografia: *A Campanha do Trigo*, in *O Seixalense*, Nº120, de 12/01/1930, pág.1

Anexo XII – Membros da Comissão Concelhia da UN do Seixal (1931)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Filiação</u>
António Manuel Viana Batista	Empregado Fabril	(Desconhecida)
António Cândido Coelho Leite de Almeida	Advogado	(Desconhecida)
António Policarpo Alves Ferreira	Industrial	(Desconhecida)
José da Costa Júnior	Empregado de Escritório	(Desconhecida)
Jorge Francisco Muñoz Cardoso	Médico	(Desconhecida)
Frederico Simões Marques Valido	Proprietário	Monárquico
Joaquim Duarte Saúde	Empresário Bancário	Monárquico
António Lopes da Silva	Operário	Monárquico/Católico
José Augusto Cardoso da Cunha	Empresário Fabril	(Desconhecida)
José Painço Partidário	Marítimo	(Desconhecida)
Amaro José Pereira	Empresário Fabril	(Desconhecida)
Américo Lourenço Tavares	Comerciante	(Desconhecida)
Fernando António Franco	Operário Corticeiro	(Desconhecida)
Cipriano Cardoso da Cunha	Carpinteiro Naval	(Desconhecida)

Fontes e/ou Bibliografia: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.451, [pt.20/2]

Anexo XIII – Lista de Presidentes da CMS durante o Estado Novo (1933-1961)

<u>Nome</u>	<u>Duração do Cargo</u>
Luís da Costa	26/04/1933 – 18/11/1933
Leopoldino Gonçalves de Almeida	1933-1936
António Manuel Viana Baptista	1936-1939
Cosme Narciso Lopes	15/12/1939 – 31/03/1959
Manuel Bonaparte Figueira	1959-1961

Fontes e/ou Bibliografia: AHCMS – Fundo da CMS – Livros de Actas

Anexo XIV – Membros da primeira Direcção do Grémio do Comércio do Seixal (entre 4 de Maio e 31 de Dezembro de 1941)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Cargo</u>
Francisco Cruz	Comerciante	Presidente
António Augusto da Fonseca	Comerciante	Secretário
Manuel Gonçalves Pereira	Comerciante	Tesoureiro

Fontes e/ou Bibliografia: AHP – Sub-Fundo da Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa – Cx.5, nº17

Anexo XV – Lista de dirigentes da «lança» da LP no Seixal e da «Ala Nº11» da MP no concelho do Seixal

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>	<u>Cargo</u>
Amândio da Silva Barradas Fiadeiro	Médico	Delegado da LP
Jaime Nunes Rosa	Veterinário	Comandante de «lança»
Eugénio Cândido Simões	Proprietário	Sub-Delegado dos Serviços de Informação da LP
Roberto Coelho Teixeira	Militar (alferes miliciano)	Comandante de «lança»
António Manuel Viana Baptista	Industrial	Adjunto da MP
Manuel Lourenço Rita	Professor	Adjunto substituto da MP
José Inácio Alves Ferreira	Funcionário público	Comandante da «Ala Nº11»

Fontes e/ou Bibliografia: imprensa local (*A Voz do Seixal*)

Anexo XVI – O programa oficial das «Comemorações Centenárias» para o concelho do Seixal (1940)

“2 de Junho de 1940– Inauguração das Comemorações; um Te Deum na Igreja Matriz do Concelho; Sessão Solene na Câmara Municipal

4 de Junho (a partir das 11 horas) – Concentração de várias representações dos órgãos de Estado, concelhios e de associações em parada frente à Casa dos Pescadores; às 11:30, ouviu-se através da rádio o discurso do Presidente do Conselho; às 12 horas, o Presidente da Câmara içou a bandeira da Fundação, com as colectividades Filarmónicas a tocarem o Hino Nacional, cantando pela Mocidade Portuguesa e pelos vários presentes, a que se seguiu um cortejo pelos Paços do Concelho, com saudações à bandeira aí hasteada

13 de Junho – Festa de Santo António

14 de Junho – Festa de S. João

29 de Junho – Festa de S. Pedro, seguido pela inauguração do brasão, selo e bandeira da vila

30 de Junho – Partidas para as Camarinhas (tradicional número da madrugada)

Mês de Julho – inauguração da Exposição Industrial, Agrícola e Colectivista, e inauguração das novas instalações da GNR, do Registo Civil, do Registo Predial e da Junta de Freguesia

4 de Agosto – Dia Náutico dedicado ao Infante D. Henrique

11 a 14 de Agosto – Festa Tradicional de Paio Pires, com uma evocação de D. Paio Pires Correia

15 a 18 de Agosto – Festa Tradicional de Amora, com evocação dos Lobatos, companheiros de D. Nuno Álvares Pereira

25 a 28 de Agosto – Festa Tradicional da Atalaia, no Seixal

1 de Setembro – Festa na Arrentela

15 de Setembro – Congresso Regional do Desporto

Mês de Outubro – Ciclo de Conferências públicas adaptadas aos vários dias referido a seguir

1 de Novembro – Festa Tradicional na Arrentela

1 de Dezembro – Parada da Restauração, com Desfile das Marchas Populares na sede do concelho

2 de Dezembro – Sessão Solene na Câmara Municipal do Seixal (encerramento das Comemorações Centenárias)

Festividades com datas por fixar: Dia da Colectividade; Dia do Operário; Dia da Mocidade Portuguesa; Dia da Legião Portuguesa”

Fontes e/ou Bibliografia: AHCMS – Fundo da CMS – Documentos Relativos a Festevidades

Anexo XVII – A Comissão Concelhia do Seixal para as Comemorações Centenárias (1940)

“Reverendo Agostinho Vicente Duarte – Serviços Religiosos

Doutor Amândio Fiadeiro – Acção do Estado Novo

Professor Manoel Lourenço Rita – Delegado Escolar

António Manuel Viana Batista – Adjunto da Mocidade Portuguesa

Jaime Rosa – Comandante Lança da Legião Portuguesa

António Lopes da Silva – Presidente do Sindicato Nacional Operário dos Corticeiros

Miguel de Almeida – Presidente da Secção dos Descarregadores

Mário Santos – Representante da Casa do Povo de Amora e da Casa dos Pescadores

Francisco Cruz – Representante da Associação Comercial

Capitão José Elísio Gonçalves Louro e João Calixto Grilo – Assuntos Históricos

Engenheiro Roberto Teixeira e Alexandre Leite de Almeida – Encarregados da Exposição Industrial-Agrícola-Comercial

Elviro Gama – Representante do grupo 67 dos Escuteiros do Seixal

Guilherme Pereira – Representante do Seixal Futebol Clube

Francisco dos Santos – Representante da Sociedade Filarmónica do Timbre Seixalense

Alexandre Araújo – Representante da Sociedade Filarmónica da União Seixalense

Representantes da secção de Propaganda: Amadeu Alves Diniz (Director do jornal A «Voz do Seixal»); Alexandre de Almeida (correspondente dos jornais «O Século» e «1º de Maio»); António Manuel Viana Batista (correspondente do jornal Diário da Manhã); António Policarpo Alves Ferreira (correspondente dos jornais «Diário de Notícias» e de «A Voz»); Reverendo Agostinho Vicente Duarte (correspondente do jornal «As Novidades»); António Eiró (correspondente do jornal «Os Sports»)”

Fontes e/ou Bibliografia: AHCMS – Fundo da CMS – Documentos Relativos a Festevidades

Anexo XVIII – Lista dos preços máximos de géneros alimentícios no Seixal, durante a 2ª Guerra Mundial (1940-1945)

	Anos					
	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Produtos						
Batatas (o quilo)	\$90	1\$20	1\$20	1\$50	1\$70	2\$80
Fava (cada litro)	1\$20	1\$60	1\$20	1\$80		6\$50
Margarina (por pacote)	1\$80	1\$80	3\$60	4\$40		5\$50
Manteiga (o quilo)	22\$00	24\$00	23\$50	29\$00	28\$50	32\$00
Ovos (cada dúzia)	7\$00	9\$00	8\$40	8\$00	9\$60	18\$00
Sardinhas (cada dúzia)	1\$50	4\$00	3\$00	3\$00	4\$00	3\$00
Cavalas (por quilo)	4\$00	6\$50	6\$00	8\$00	9\$00	10\$00
Carapaus (por quilo)	3\$50	4\$50	6\$00	5\$00	6\$00	7\$00
Conservas de Peixe (cada lata)	4\$00	8\$00			12\$00	12\$00
Galinha (cada unidade)	16\$00	30\$00	30\$00	33\$00	35\$00	40\$00
Perú (cada unidade)	40\$00	80\$00	60\$00	60\$00	80\$00	100\$00
Carneiro (cada unidade)	8\$00	8\$00	12\$00	12\$00	10\$00	16\$00
Pato (cada unidade)	10\$00	17\$00	15\$00	15\$00	20\$00	22\$00
Vinho tinto (cada litro)	1\$40	2\$20	3\$00	3\$00	2\$80	2\$80
Vinho branco (cada litro)	1\$60	2\$40	3\$20	3\$20	3\$00	3\$00
Produtos em falta e que não estavam à venda no concelho (cada ano)			Trigo, Centeio, Milho e Conservas de Peixe	Trigo, Centeio, Milho, Conservas de Peixe e Bacalhau	Trigo, Centeio, Cevada, Aveia, Milho, Fava, Margarina, Queijo de cabra, Queijo de ovelha e fiambre	Trigo, Centeio, Cevada e Óleos Comestíveis

Fontes e/ou Bibliografia: AHCMS – Fundo da CMS – Registo da Estiva Camarária, Lv001

Anexo XIX – Membros da Comissão Concelhia do Seixal para a candidatura do General Norton de Matos à presidência da República (1949)

<u>Nome</u>	<u>Profissão</u>
José Xavier dos Santos	Comerciante
Armando da Silva Fernandes	Operário
Hermínio José Filipe	Electricista
António dos Santos Perdigão	Operário
Joaquim José Rodrigues Gomes	Empregado de escritório

Fontes e/ou Bibliografia: *Actividade Opositorista no Concelho do Seixal*, in *República*, Nº6545 de 24/01/1949, pág.7

Anexo XX – Resultados oficiais das eleições presidenciais de 1958 no concelho do Seixal, com a distribuição dos votos entre os candidatos

Pop. Total do Concelho (1960)	Eleitores recenseados (1958)	Votantes (número e %)		Américo Tomás		Humberto Delgado	
20470	982	728	74.1%	461	63.3%	266	36.5%

Fontes e/ou Bibliografia: DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Editora Vega, 1998

Anexo XXI – Lista de presos políticos identificados no Registo Geral dos Presos como originários do concelho do Seixal ou que habitavam neste antes de serem presos (1926-1961)

Nome	Profissão	Dia em que foi preso	Motivo	Dia em que foi solto/transferido	Nº do Registo Geral de Presos (PIDE)
Manuel Augusto da Costa	Servente de pedreiro	20-01-1934	Por ter 300 bombas e um pistola ilegal	(morreu ainda preso, a 03-06-1945)	registo nº142
José Maria Vinagre Preto da Cruz	Professor primário	06-01-1937	Averiguações	06-05-1947	registo nº5632
Sebastião Salvador Rosinha	Ajudante de motorista	21-12-1936	Por ter explosivos	22-10-1945	registo nº5565
António Fernandes Antunes Júnior	Descarregador	30-04-1938	Averiguações	02-02-1939	registo nº9878
Joaquim Pinheiro	Operário corticeiro	30-04-1938	Averiguações	02-02-1939	registo nº9894
Manuel Augusto Afonso	Pedreiro	30-04-1938	Averiguações	06-04-1939	registo nº9875
Manuel Seferino	Operário corticeiro	30-04-1938	Averiguações	02-02-1939	registo nº9876
Manuel Tavares Neves Jr.	Afinador de teares	30-04-1938	Averiguações	06-04-1949	registo nº9899
Artur Alexandre Palet y Armingol	Operário corticeiro	14-05-1938	Averiguações	09-02-1939	registo nº10112
Américo Rodrigues de Santa Iria	Padeiro	27-05-1938	Averiguações	09-02-1939	registo nº10102
José Almeida Reis	Trabalhador Rural	27-05-1938	Averiguações	14-02-1939	registo nº10099
Mapril Ferreira da Costa	Fogueiro	27-05-1938	Averiguações	16-02-1939	registo nº10108
Jaime da Silva Tavares	Afinador de Máquinas	25-06-1938	Por ser comunista	06-04-1949	registo nº10324
Idalécio Valente de Almeida	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17440

António dos Reis Silveira	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17441
João António da Silva	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17442
Jorge Nogueira	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17443
Manuel dos Santos Alves	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17444
Mário Joaquim de Matos	Calafate	16-04-1947	Averiguações	17-05-1947	registo nº17445
Armando da Silva Fernandes	(desconhecida)	09-06-1949	Averiguações	11-06-1949	registo nº19259
Domingos Fernandes de Carvalho	Operário corticeiro	09-03-1959	Por " <i>actividades subversivas</i> "	29-10-1964	registo nº23574
Germano Miranda do Sado	Operário corticeiro	09-03-1959	Por " <i>actividades subversivas</i> "	13-10-1960	registo nº23566
Joaquim Garcês de Oliveira	Operário corticeiro	09-03-1959	Por " <i>actividades subversivas</i> "	26-09-1964	registo nº23575
Libertino de Carvalho	Operário corticeiro	09-03-1959	Por " <i>actividades subversivas</i> "	26-10-1964	registo nº23576

Fontes e/ou Bibliografia: ANTT – Fundo da PIDE/DGS – Registo Geral dos Presos

Anexo XXII – Valores da produção de vários produtos agrícolas, no concelho do Seixal
(anos de 1945, 1950, 1955 e 1960)

Produtos Agrícolas												
Anos	Trigo (q)	Milho (q)	Centeio (q)	Arroz (q)	Aveia (q)	Cevada (q)	Fava (q)	Feijão (q)	Grão-de-bico (q)	Batata (q)	Vinho (hl)	Azeite (hl)
1945	384	230	197	-----	368	193	141	177	50	5206	3816	134
1950	608	3750	655	-----	1950	1590	2854	1254	324	15999	5012	-----
1955	440	4161	612	-----	1250	1657	1720	1099	240	17177	3646	295
1960	855	3236	410	27	432	384	569	1376	162	12810	1632	625

Fontes e/ou Bibliografia: INE, *Estatísticas Agrícolas* (publicações sobre os anos de 1945, 1950, 1955 e 1960)

(q) – quintais (medida de peso)

(hl) – hectolitro

